ALICE FELISBERTO DA SILVA

**O PROCESSO EDUCATIVO DOS TRABALHADORES
DA ERVA-MATE NA OBRA DO MEMORIALISTA DA
FRONTEIRA - HÉLIO SEREJO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CAMPO GRANDE - MS
2010**

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil).

Silva, Alice Felisberto da.

O processo educativo dos trabalhadores da erva-mate na obra do memorialista da fronteira - Hélio Serejo / Alice Felisberto da Silva. - Campo Grande, MS, 2010.

133 f.; 30 cm

Orientadora: Jacira Helena do Valle Pereira.

Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, CME.

Centro de Ciências Humanas e Sociais

1. Educação. 2. Fronteira. 3. Hélio Serejo. I. Pereira, Jacira Helena do Valle II. Título.

ALICE FELISBERTO DA SILVA

**O PROCESSO EDUCATIVO DOS TRABALHADORES
DA ERVA-MATE NA OBRA DO MEMORIALISTA DA
FRONTEIRA - HÉLIO SEREJO**

Dissertação apresentada como exigência final para a obtenção do grau de Mestre em Educação à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Professora Doutora Jacira Helena do Valle Pereira.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CAMPO GRANDE - MS
2010**

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Arlene e Abel, cuja educação que me ofereceram constituiu, em grande parte, quem sou hoje.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, que me deu a vida e a capacidade de pensar e agir sobre ela.

À minha mãe, Arlene, e meu pai, Abel, que me ensinaram a valorizar a busca pelo conhecimento.

À professora Dr^a Jacira Helena do Valle Pereira, pela orientação, compreensão e apoio oferecidos no decorrer de minha trajetória acadêmica.

Aos colegas de mestrado e aos integrantes do GEPEMM – Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Migração e Memória, cujas reflexões também contribuíram na realização deste trabalho.

Aos professores do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pelo trabalho em favor da educação e pela contribuição fundamental para minha formação.

RESUMO

No presente estudo o foco é a obra do memorialista Hélio Serejo intitulada “Carai”, na qual se buscam identificar o homem e a educação na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai no Ciclo da Erva-Mate (1883-1947). São extraídos das memórias do autor elementos que possibilitem a compreensão das relações sociais desenvolvidas na fronteira, a fim de elucidar o processo educativo e a constituição da subjetividade do grupo de trabalhadores dos ervais. A fundamentação teórica tem uma perspectiva histórica e interlocução com autores marxistas. Do ponto de vista metodológico, realizou-se uma investigação com dados qualitativos, por meio da análise de conteúdo. O estudo revelou que a educação à qual os trabalhadores aqui referidos tiveram acesso foi a não-formal – realizada na escola do trabalho – e a informal – desenvolvida nas trocas culturais ali estabelecidas. O acesso à educação escolarizada não foi efetivado. Os aspectos que Hélio Serejo permite abordar referentes às relações sociais são: 1) as relações de trabalho; 2) o movimento migratório dos trabalhadores paraguaios; e 3) a ascensão, estagnação e declínio da empresa ervateira. A análise possibilitou identificar que a educação constitui a subjetividade e é, também, constituída por ela. A trajetória singular do grupo de trabalhadores paraguaios também teve implicações para sua educação que, sendo um processo determinado por condições universais, também se constitui e se manifesta de formas singulares.

Palavras-chave:

Educação; Constituição da subjetividade; Hélio Serejo; Fronteira.

ABSTRACT

In this study, the focus is the memorialist Hélio Serejo's work, entitled "Carai", which aims to identify the man and the education in the border between Mato Grosso and Paraguay at Erva-Mate Cycle (1883-1947). Elements are extracted from the author's memories that enable to understand the social relations established in the border, to elucidate the workers' education and subjectivity constitution. The theoretical fundamentation has a historic perspective and an interlocution with marxist authors. About the methodology, an investigation was done with qualitative data, through content analysis. The study revealed that the worker's education was the non-formal – achieved at the school of work – and the informal – developed in the cultural exchanges established in that context. There was not the access to scholar education. The aspects that Hélio Serejo permits to broach about the social relations are: 1) the work relations; 2) the Paraguayans workers' migratory movement; and 3) the ascension, stagnation and decline of the company. The analysis enabled to identify that the education constitutes the subjectivity and is also constituted by it. The Paraguayan workers' singular trajectory also had implications for their education, which is singularly constituted and manifested, although it is determined by universal conditions.

Key-words:

Education; Subjectivity constitution; Hélio Serejo; Border.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temáticas – Obra “Carai”	44
Quadro 2 - “O que Hélio Serejo retrata/revela acerca das relações sociais estabelecidas na área de fronteira?”	45
Quadro 3 - “Que elementos da memória o escritor Hélio Serejo nos oferece para se conhecer a educação dos trabalhadores dos ervais?”	45

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Quadros do estado da arte.....	125
Apêndice B – Modelo de planilha para seleção dos textos de Hélio Serejo relacionados aos trabalhadores da erva-mate.....	132
Apêndice C – Modelo de planilha para extração das temáticas.....	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
O MEMORIALISTA HÉLIO SEREJO E SUA OBRA	32
1.1. Trajetória individual e social de Hélio Serejo.....	32
1.2. “Carai”: o homem nas atividades ervateiras.....	42
CAPÍTULO II	
O HOMEM E A FRONTEIRA NA OBRA DE HÉLIO SEREJO	47
2.1. A fronteira sul de Mato Grosso no período estudado.....	47
2.2. Relação de trabalho.....	51
2.3. Processo migratório dos trabalhadores.....	64
2.4. A empresa ervateira.....	70
CAPÍTULO III	
O PROCESSO EDUCATIVO DOS TRABALHADORES DA ERVA-MATE NA OBRA DO MEMORIALISTA HÉLIO SEREJO	82
3.1. A educação desenvolvida no trabalho e nas trocas culturais.....	82
3.2. A constituição da subjetividade dos trabalhadores dos ervais no seu processo educativo.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

No presente trabalho apresenta-se uma análise da obra “Carai”¹, do memorialista Hélio Serejo, com o objetivo de identificar o homem e a educação na fronteira de Mato Grosso² com o Paraguai no Ciclo da Erva-Mate (1883-1947). A problematização que fomenta a pesquisa consiste nas seguintes indagações: 1) O que Hélio Serejo retrata/revela acerca das relações sociais estabelecidas na área de fronteira? 2) Que elementos da memória o referido escritor nos oferece para se conhecer a educação dos trabalhadores dos ervais? 3) Como se constituiu a subjetividade desse homem por meio da educação ali desenvolvida?

Como objetivo geral se estabelece estudar como o homem se constitui nos processos educativos – considerando que estes não se restringem à escola – e como essa constituição é retratada na obra de Serejo, para compreender a educação e a fronteira no Ciclo da Erva-Mate.

A presente investigação busca identificar e analisar elementos que retratem o homem e sua educação na área da fronteira no Ciclo da Erva-Mate, sistematizando tais registros a partir de estudos historiográficos relacionados e do referencial teórico-metodológico adotado.

É notória a relevância do trabalho de Hélio Serejo para Mato Grosso do Sul. A partir do contato com sua biografia³, essa questão se torna ainda mais evidente. Apesar de todos os seus compromissos, seus anseios pessoais e das dificuldades que enfrentou, Serejo alimentou profunda admiração e curiosidade pelo seu próprio cotidiano, de modo que sempre buscou saber mais sobre as vivências de seu meio. Era um jovem com olhar e ouvidos atentos ao que os trabalhadores dos ervais tinham para contar, às técnicas, desafios, costumes e crenças que envolviam a atividade ervateira, aos personagens de um modo geral ou individual e, como se não bastasse

¹ O intuito inicial era a análise de todas as obras mais significativas desse autor referentes ao Ciclo da Erva-Mate, porém, quando da realização da qualificação, foi sugerido pelas professoras da Banca delimitar o estudo na obra “Carai”, a fim de ser analisada mais detidamente. Justifica essa escolha o fato da referida obra trazer elementos suficientes, isto é, compreender o objeto do presente estudo. As demais obras, por sua vez, são tomadas como complemento, conforme a necessidade do estudo.

² A referida fronteira compreende hoje o estado de Mato Grosso do Sul, criado com a Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. No presente trabalho, devido à sua periodização, refere-se ao Mato Grosso uno.

³ A trajetória individual e social do autor é focalizada e analisada no capítulo 1.

esse interesse, também teve a iniciativa de registrar as suas descobertas, para então compartilhá-las com aqueles que nutrissem a mesma curiosidade. Ao ler sua obra quase se podem visualizar os acontecimentos, devido à riqueza de detalhes e à forma como os coloca em palavras, utilizando-se inclusive do próprio vocabulário⁴ da área da fronteira internacional. Serejo sempre busca ressaltar a importância do homem dos ervais que, apesar de toda a dificuldade que envolvia seu trabalho, empenhava-se intensamente na execução de suas tarefas. O conteúdo de suas obras é bastante variado, assim como seu formato. Embora sejam predominantes os textos sobre a erva-mate, também há os que abordam sobre folclore, paisagens, animais, fenômenos da natureza, etc.

Sobre a forma como o autor realizava sua narrativa, Centeno (2007, p. 58) afirma:

Autodidata, Serejo descreve tudo que viu e ouviu, em alguns casos sem consulta a nenhum autor ou obra [...]. Na maior parte de suas obras, nota-se a não utilização de fontes historiográficas e uma despreocupação com o rigor acadêmico. O conteúdo é memorialístico e quase toda a pesquisa que o autor realizou foi verificada empiricamente. [...] não era pretensão do autor a exposição sistemática, organizada e rigorosa da história. Não era esse o seu objetivo. Serejo queria expor, por meio da obra literária, os problemas vividos pela população simples, queria mostrar a vida da população fronteiriça [...].

É importante que se diga que, ainda que não houvesse essa sistematização e o interesse do autor fosse mais o de registrar, incessantemente, suas experiências do dia-a-dia e até mesmo acontecimentos que não presenciara, Hélio Serejo tinha o hábito de estudar por conta própria, na biblioteca de seu pai. Pesquisava sobre folclore, geografia e até mesmo sobre as origens da erva-mate. Além da descrição das situações, algumas obras revelam as suas descobertas nessas pesquisas e evidenciam o cuidado do autor em esclarecer seus leitores acerca dos assuntos que tratava. Essa questão pode ser notada no seguinte trecho da obra “Caraf”:

Entre tantos estudiosos da erva-mate, por ser de inteira justiça, devemos registrar o infatigável Azara, que anotou em sua obra *Descripción y historia del Paraguay y del Rio de La Plata*, o seguinte: *Los indios*

⁴ Conforme levantamento do estado da arte, temos o trabalho de Neide Araújo Castilho Teno: TENO, N. A. C. **Um estudo do vocabulário da erva-mate em obras de Hélio Serejo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Câmpus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2003.

silvestres del Mondai y de Maracayu usaban tomar yerba, y de ellos lo aprendieron los españoles. [...]

Alguns dos mais notáveis estudiosos dessa era longeva: Montoya: Companhia de Jesus (através de vários missionários); Saint-Hilare, criador da denominação *Ilex paraguariensis* ou *Ilex paraguayensis*, grafias usadas por inúmeros historiadores da caá; Louis Conty; o famoso botânico Schwacke; Padre Carlos Teschaver e o apóstolo S. Bartolomeu, que, afirma o dr. Gaspar de Scalona Aguero, é o verdadeiro descobridor da erva-mate, e mais o licenciado Diego Zevallos.

[...]

Nesta monografia, cabe muito bem a opinião do famoso cientista francês dr. Shunk de Goldelin, que assim se expressou: O mate é um grande estimulante dos músculos e nervos, assim como do cérebro, facilita a digestão sem afetar o coração nem perturbar o sono, auxiliando o bom funcionamento do intestino e dos rins. (SEREJO, [1986] 2008, p. 12-13, v. 6, grifo do autor)

A importância da análise da obra de Serejo se deve ao fato de ela consistir em registros sobre um grupo de trabalhadores em área de fronteira que, a despeito de sua importância para a história de Mato Grosso do Sul, é “anônimo”. O próprio autor se refere a esses trabalhadores como os “heróis anônimos”. Homens e mulheres que passaram por inúmeros percalços, desempenharam um trabalho de tamanha relevância, mas não tiveram acesso à educação formal⁵. Tinham o conhecimento técnico, mas não tinham a consciência da importância desse conhecimento. Eram parte essencial na atividade econômica, mas apenas sobreviviam num ambiente hostil. É necessário reconhecer o valor da iniciativa de Hélio Serejo ao buscar dar “voz” àqueles homens e mulheres que, ainda que não conhecessem as letras, tiveram a possibilidade, pelas mãos desse memorialista da fronteira, de ter as suas vivências registradas. Sobre essa questão, Centeno (2000, p. 11) observa:

De um modo geral, foram poucos os historiadores que deram importância ao trabalho nos ervais. A historiografia, quando trata da exploração da erva-mate em Mato Grosso, procura fazer menção à atuação da Companhia Matte Larangeira e às querelas políticas locais. Porém, a respeito do ervateiro, pouco ou nada fala.

Podemos dizer que este fato não se constitui num caso isolado. Os trabalhadores, de uma forma geral, índios, escravos, foram praticamente ignorados; quando há alguma menção ao trabalhador, ao homem mais simples, este, normalmente, é visto de forma estigmatizada, com tendências muito próximas à folclorização. Os elementos que determinam o modo de vida dos homens e que expressam sua cultura como um todo costumam não ter relevância, nessa perspectiva. Dessa forma, a relação

⁵ Naquele momento histórico, não se colocava aos trabalhadores a necessidade de uma educação escolar, tampouco a fronteira – que ainda começava a ser povoada – dispunha de condições para oferecer tal educação.

do homem como o seu meio costuma ser, quando não totalmente ignorada, completamente descaracterizada.

Alves (2003, p. 34) defende que os trabalhos de cronistas regionais “[...] contêm numerosas indicações de fatos e de eventos educacionais, além de precisarem datas e personagens envolvidos. Importantes, sobretudo, são os relatos sobre situações vividas e testemunhadas diretamente pelos autores”.

Além dessa questão, há que se considerar que a obra do memorialista tem um alcance maior do que os trabalhos acadêmicos, no que se refere ao acesso. Daí também emerge a importância de tomar essas obras como objeto de análise, extraindo delas o máximo possível de seu potencial narrativo, sistematizando seus registros e elucidando elementos subjacentes. A obra do memorialista é, nessa perspectiva, uma fonte primária⁶ de significativo potencial analítico que pode trazer conteúdos dificilmente encontrados em outras fontes documentais⁷, já que estas, na maioria das vezes, trazem conteúdos mais pontuais – como é o caso dos documentos oficiais.

No que se refere especificamente ao conhecimento acerca da educação dos trabalhadores, Hélio Serejo tem muito a contribuir. Embora sua obra não faça referência direta à questão, o processo educativo está implícito em seu relato, já que faz parte das próprias relações estabelecidas no grupo e consiste na constituição deste, como um meio de incorporação da cultura e parte da relação de trabalho.

Sobre a questão metodológica, destaca-se a necessidade desta estar “aberta” ao objeto de pesquisa, ou seja, o pesquisador não pode se “enclausurar” em técnicas predeterminadas, mas encaminhar sua investigação segundo as necessidades colocadas para o alcance de seus objetivos. “Esta é a prática de pesquisa que tentamos desenvolver: de um lado, ficarmos atentos ao rigor dos conceitos teóricos e

⁶“Podemos chamar de fontes primárias aquelas que foram produzidas em relação direta com o tema estudado. São fontes primárias, por exemplo, as obras de um autor estudado. Elas devem ser relacionadas ao tema e à temática da pesquisa.” (TOLEDO; GIMENEZ, 2009, p. 110).

⁷ Ao se defenderem as obras memorialísticas como objeto de análise, não se está, de modo algum, prescindindo da importância das demais fontes documentais. Defende-se, apenas, que o estudo dessas fontes depende do enfoque da pesquisa, dos objetivos estabelecidos, sendo os procedimentos metodológicos definidos num momento posterior a essas questões. “Trata-se, então, de uma escolha, ou melhor, de uma série de escolhas que o pesquisador faz na fase do planejamento e também da execução de sua pesquisa. Ele seleciona as suas fontes e, para fazê-lo, deve considerar como fatores decisivos, a pertinência ao tema estudado e a acessibilidade das fontes. Esse material torna, assim, para o pesquisador, o conjunto de suas fontes de pesquisa. Delas saem os mananciais de interpretação (Saviani, 2004, p. 4-7).” (TOLEDO; GIMENEZ, 2009, p. 110).

à procura de respostas para a problemática formulada, mas, de outro, estarmos ‘livres’ para podermos captar as tramas da realidade investigada.” (DEMARTINI, 1998, p. 67).

A intenção, nesta pesquisa, é a de olhar para o passado por meio da análise das obras de Hélio Serejo, mas com a consciência de que os fatos ali narrados não são neutros, já que refletem, além da realidade vivenciada, concepções e interpretações dos fatos reais elaboradas pelo autor. Por outro lado, adota-se a concepção de que as memórias, o conhecimento e o pensamento são desenvolvidos coletivamente.

Primordialmente, há a necessidade de se conhecerem as configurações da organização social no período retratado. Essa análise possibilita ao pesquisador uma “leitura das linhas e entrelinhas”, de modo que se compreenda não apenas o que está dito, mas também o que está oculto, permitindo que se apreenda a essência daquelas relações, nesse caso, acerca do processo educativo dos trabalhadores dos ervais. A compreensão do real se faz necessária, pois a educação está inserida nessas relações e, ao mesmo tempo em que é produto dessa realidade, também é um processo. Alves (2001, p. 18, grifo do autor) contribui para essa reflexão:

Como decorrência da abordagem eleita, destaque-se a importância de que se revestem, na análise, as categorias **historicidade** e **totalidade**. Elas não são exclusivas, porém, ao serem enfatizadas, permitem a explicitação de aspectos importantes do tratamento teórico-metodológico dado ao objeto. A totalidade, para efeito de ilustração, por se identificar com a própria sociedade capitalista, impõe, previamente ao esforço de análise da educação e da escola, o entendimento das leis que regem o funcionamento dessa forma histórica de organização social dos homens. Esse esclarecimento é importante, sobretudo pelo fato de o ser da sociedade expressar-se como o ser do próprio homem. Logo, a compreensão do social, pelo acesso à totalidade em pensamento, é a condição para que o homem compreenda não só a si mesmo, mas todas as atividades humanas e os seus resultados, inclusive a educação.

Sendo assim, evidencia-se a necessidade da compreensão das relações dessa totalidade e, ao se buscar conhecer o processo educacional, é essencial que se compreendam as leis que o determinam. Saviani (1998, p. 11-12) faz a seguinte reflexão:

Efetivamente, dada a historicidade do fenômeno educativo cujas origens coincidem com a origem do próprio homem, o debate historiográfico tem profundas implicações para a pesquisa educacional, vez que o significado

de educação está intimamente entrelaçado ao significado da História. E no âmbito da investigação histórico-educativa essa implicação é duplamente reforçada: do ponto de vista do objeto, em razão da determinação histórica que se exerce sobre o fenômeno educativo; e do ponto de vista do enfoque, dado que pesquisar em história da educação é investigar o objeto educação sob a perspectiva histórica.

Alves (2003), ao se contrapor à concepção fragmentada da realidade, defende que um estudo que vise à compreensão das especificidades não deve perder de vista a relação entre o singular e o universal.

Ao se estudarem, portanto, as relações sociais de determinada área geográfica, não se deve desvinculá-la do movimento do capitalismo, pois em última instância é ele o elemento determinante e hegemônico no processo de formação histórico-cultural das Américas. O referido autor afirma que os estudos que reforçam os regionalismos e estereótipos acabam dificultando a relação entre os povos, por enfatizar as diferenças e desconsiderar os seus elementos comuns (ALVES, 2003).

Tendo em vista os objetivos estabelecidos no início da pesquisa e o próprio processo de investigação, é necessário que o pesquisador busque outras fontes que contribuam para a elucidação do período estudado, correspondam às categorias levantadas, “situem” os sujeitos de sua pesquisa histórica e socialmente, ofereçam uma base conceitual coerente com o referencial teórico adotado, enfim, sempre com uma visão crítica não apenas sobre o objeto de pesquisa, mas também acerca de sua própria metodologia. O enfoque dessa discussão, então, coloca-se não apenas às fontes, mas ao pesquisador. É a partir de suas concepções e da apropriação que este fará dos dados levantados que a pesquisa oferecerá maior ou menor rigor científico.

Os aspectos a serem considerados na análise das obras, portanto, dizem respeito à postura do pesquisador, seu referencial teórico-metodológico – que iluminará o objeto de pesquisa –, seus procedimentos durante a investigação, sua “liberdade” na busca pelos objetivos (não se enclausurando em técnicas predeterminadas), à sua visão crítica na realização da análise (para que sua pesquisa não se caracterize apenas por uma descrição ou uma transcrição das narrativas do autor) e por fim, à contribuição de outros estudos na área (que podem apresentar certas lacunas, críticas e informações e também abordagens importantes à realização do trabalho).

Cabe destacar a questão da relação subjetividade-objetividade que é tão presente nesses estudos⁸. O enfoque não deve recair apenas a um ou outro desses aspectos, mas propiciar o entendimento de suas relações, de modo a contemplar, no processo da pesquisa, todos os elementos que caracterizam e determinam o objeto. É um trabalho que exige cautela, porém que pode surtir um estudo devidamente abrangente.

Nessa perspectiva, ao se propor o trabalho com obras de um memorialista, faz-se necessário discutir a questão da subjetividade dessa memória e sua conexão com a objetividade das relações sociais. A memória é fruto das próprias relações sociais, não é algo “inventado”, assim como não pertence apenas a um indivíduo. Conforme afirma Halbwachs (2006, p. 72):

Examinemos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. Não é menos verdade que não conseguimos lembrar senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, ou seja, nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela está muito estreitamente limitada no espaço e no tempo.

Aqui, reporta-se a duas categorias essenciais para se discutir memória e história: o espaço e o tempo. No caso específico deste estudo, é preciso situar o indivíduo Hélio Serejo – de onde, por que, quando e para quem ele fala. Esse entendimento nos permite tanto a consideração dessa memória como contribuição à revelação da história quanto o rigor necessário para uma apropriação cautelosa dos registros desse escritor.

Pollak (1992), baseando-se nos conceitos de Halbwachs, defende que a memória apresenta uma característica mutável, porém também traz elementos imutáveis, que podem ser notados quando são identificados determinados fatos e períodos que sempre são relatados, de uma forma invariante. Isso se deveria a um processo de “solidificação” da memória, que faria com que determinados elementos passassem a fazer parte da essência da pessoa.

⁸ Tal discussão será aprofundada no terceiro capítulo deste trabalho.

Diante disso, Pollak (1992) expõe os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, que seriam os acontecimentos, os personagens e os lugares conhecidos – e aqui se incluiriam até mesmo aqueles que não pertencem ao mesmo espaço-tempo da pessoa ou do grupo. Muitos desses elementos estariam fundados em fatos concretos; outros, porém, seriam fruto de uma “projeção”, que consiste na transferência de um determinado evento, personagem ou lugar para outro, dependendo da importância destes para a vida das pessoas.

Diante dessa argumentação, o referido autor busca evidenciar que a memória é seletiva, ou seja, nem tudo é registrado. Ela é, também, herdada – já que nem sempre parte de experiências da própria pessoa; e sofre flutuações – pois depende do momento em que é articulada e expressa. Defende, ainda, que a memória é um fenômeno construído de modo consciente ou inconsciente e está estreitamente ligada ao sentimento de identidade – e aqui também se destaca que ambas, memória e identidade, são negociadas, pois se constituem em relação ao “outro”.

As obras dos memorialistas podem ser de grande contribuição à pesquisa educacional na medida em que revelam as vivências dos sujeitos, as relações estabelecidas, os percalços enfrentados e, partindo da compreensão do papel desempenhado pela educação – compreendida como um processo de inserção desses indivíduos nos diferentes espaços sociais e também como um produto dessas mesmas relações – tais narrativas podem elucidar questões educacionais.

A trajetória que culminou nesta pesquisa inicia-se na participação no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Migração e Memória (GEPEMM), no ano de 2007, havendo ali um contato maior com trabalhos relacionados à fronteira, identidade e memória. Num dos momentos propiciados pelo grupo, foi apresentada a tese de doutorado de Carla Villamaina Centeno, que analisara as obras de alguns memorialistas⁹ e historiadores¹⁰ sul-mato-grossenses.

Na referida tese, do ano de 2007, intitulada “Educação e fronteira na historiografia mato-grossense (1870-1950)”, é apresentada uma análise da produção historiográfica sul-mato-grossense sobre a educação na fronteira do Brasil com o Paraguai no período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX. Esse trabalho tem consistido num importante referencial ao presente estudo, seja

⁹ Os memorialistas analisados são: Umberto Puiggari, Hélio Serejo, Armando de Arruda Pereira, Astúrio Monteiro de Lima e Elpídio Reis.

¹⁰ Virgílio Corrêa Filho, Pedro Ângelo da Rosa, João Batista de Souza e José de Melo e Silva.

pelas respostas por ele desencadeadas, seja pelos questionamentos explícitos e/ou implícitos no seu conteúdo e, em especial, pelo fato de também contemplar as memórias de Hélio Serejo.

Como fora revelado pela autora supramencionada, a educação que Serejo retrata em sua obra é aquela realizada na “escola do trabalho”:

As informações mais importantes, veiculadas pelas obras de Serejo, são aquelas ligadas ao cotidiano do trabalhador. No que se refere à educação na fronteira, Serejo explora com detalhes o processo educativo no trabalho ervateiro. A educação que Serejo aborda é aquela realizada na **escola do trabalho**. (CENTENO, 2007, p. 72, grifo do autor).

A autora revela que Serejo não mencionou, em sua obra, a presença de escolas nas ranchadas ervateiras. Em entrevista que realizou com o próprio autor, ele afirmou que de fato não havia escolas nos ranchos, porém “[...] sempre surgia um cristão para ensinar as primeiras letras”. (SEREJO, 1999 apud CENTENO, 2007, p. 74).

Essa afirmação se confirma no pequeno texto “Mestre”, da obra “Pelas orilhas da fronteira”, no qual Serejo conta sobre um professor chamado Jobim, que viera do Rio Grande do Sul. Patriota, agradava seus alunos pelos ensinamentos sobre o Brasil. No entanto, quando deu uma aula sobre a Guerra do Paraguai, teria “atacado rudemente” Solano Lopes. Tal atitude fora reprovada pelos estudantes de maioria paraguaia e a escola deixou de ser frequentada. (SEREJO, 2008, p. 149, v. 5).

Embora haja essa breve passagem sobre a educação escolar dos trabalhadores, o objeto deste estudo consiste no que Centeno (2007) revelou sobre a obra de Serejo: a educação que se deu por meio e para o trabalho. Trata-se de uma educação não-formal. Sobre as diferentes “versões” da educação, Cury (1985, p. 104-105, grifo do autor) distingue três:

1. educação informal: quando nascemos, nascemos dentro de um mundo já interpretado e que preexiste ao sujeito. Este horizonte interpretativo é pouco a pouco interiorizado pelos sujeitos. Estes, por sua vez, passam a rever o mundo de acordo com essa interpretação e a expressá-lo **segundo a situação social que os condiciona**. Assim, o cotidiano, a experiência de vida, a família, são fontes informais de educação;
2. educação formal: é a educação que tem na escola seu ponto principal de referência. Nascida dos problemas e necessidades do mundo da produção, tem toda uma estrutura hierárquica, cronológica e burocrática. Dentro dela se dão outras versões escolares cujos elementos constantes são as instituições sustentadoras (Estado, Igreja, complexo econômico-

industrial) que lhes dão um caráter específico: os agentes educativos, o currículo e os meios. [...];

3. educação não-formal: é aquela que se pode definir educativamente em projetos de outras áreas. Por exemplo, há aspectos basicamente educativos em uma política sanitária, previdenciária. [...]

Isso não quer dizer que a educação não-formal se defina apenas pelo grau de institucionalização. [...].

[...] a educação não-formal inclui, sem dúvida, os meios de comunicação de massa, os projetos de saúde e higiene públicas, a publicidade oficial ou não, os grupos da sociedade civil que se reúnem com finalidades comuns e específicas.

Gohn (1999, p. 99-100) diferencia a educação não-formal da informal:

A educação transmitida pelos pais na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas, etc. são considerados temas da educação informal. O que diferencia a educação não-formal da informal é que na primeira existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos. A educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar. Conforme Afonso (1992), a educação informal ocorre nos espaços de possibilidades educativas no decurso da vida dos indivíduos, como a família, tendo, portanto, caráter permanente.

Pelo fato de Serejo trazer, ainda, em sua obra, os traços da cultura dos trabalhadores dos ervais, acaba revelando também uma educação do dia-a-dia, ou seja, uma educação informal.

O processo educativo transmite e manifesta a própria cultura. Valente (1999, p. 16) revela a relação cultura-educação a partir da perspectiva de uma dinamicidade do processo histórico:

Esse processo de criação e transmissão contínuas do conhecimento conforma aquilo que chamamos de processo cultural. Tal processo é inseparável da condição social do homem. Porque se transforma ao longo do tempo, é histórico, e, por ser comum a todos, é considerado universal. Porque implica o conhecimento e o aprendizado, é um processo educacional.

Ao analisar a relação do processo educativo com o trabalho, Fernández Enguita (1989) revela que nos diferentes momentos históricos e sociedades, a educação é desenvolvida a partir das necessidades de integração das pessoas às relações sociais de produção. Desse modo, além da escola, a família, o local de trabalho, também são espaços educativos.

Os primeiros sistemas escolares que surgem na história do Ocidente têm pouco a ver com a economia, respondendo antes a fatores e fins políticos, religiosos ou militares. A primeira parte desta afirmação não deve ter nada de surpreendente, se se toma em consideração que, até o início do processo de industrialização, quase todas as pessoas aprendiam a fazer seu trabalho fazendo-o. A grande maioria, os camponeses, aprendiam, sem necessidade sequer de sair da esfera doméstica, constituída por unidades econômicas quase auto-suficientes. E uma pequena minoria por caminhos de um alcance um pouco maior, como os candidatos a artesãos em seu périplo como aprendizes e oficiais, mas sem necessidade de recorrer a mecanismos alheios às próprias instituições produtivas, embora transcendessem a unidade doméstica de origem. (FERNÁNDEZ ENGUIA, 1989, p. 129).

O autor também busca quebrar a concepção de que a educação sempre passou por um processo evolutivo ao longo da história ao afirmar que “Mais que uma evolução, a história da educação é a de uma sucessão de revoluções e contra-revoluções.” (FERNÁNDEZ ENGUIA, 1989, p. 129). Tais mudanças estão relacionadas às diferentes condições sociais. No caso dos trabalhadores aos quais o presente estudo se refere, a educação se desenvolvia no próprio ambiente de trabalho – uma herança da tradição guarani na elaboração da erva-mate. Tais conhecimentos não apenas inseriam esses homens no processo produtivo, como também lhes permitia estabelecer seu próprio modo de vida, como será explicitado ao longo deste estudo.

O que se busca evidenciar com essas afirmações iniciais, é que a educação está envolvida em todas as relações sociais. Daí emerge a possibilidade de se encontrar, no trabalho de um memorialista, elementos de análise que envolvam o processo educativo, pois esse ocorre ao longo da vida, das relações que o homem vai estabelecendo e da própria constituição de sua subjetividade e cultura.

Quanto à concepção de subjetividade que é adotada no presente estudo, corresponde ao que defende González Rey (2005). O referido autor, ao analisar como a subjetividade e o sujeito têm sido concebidos pelo pensamento psicológico e buscando quebrar a dicotomia social/individual¹¹, adota as categorias de “subjetividade social” e “subjetividade individual” para evidenciar que o sujeito não está submetido à objetividade e esta, por sua vez, também é constituída por elementos subjetivos.

¹¹ “Entre as dicotomias que têm influenciado historicamente a construção do pensamento psicológico, uma das mais pronunciadas tem sido a dicotomia entre o social e o individual.” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 121).

Nessa perspectiva, a “subjetividade individual” é construída na relação do sujeito com a sociedade. Não se restringe, portanto, nem ao individual, nem ao racional, mas corresponde aos elementos de significação e sentido que se desenvolvem na articulação entre o sujeito e os espaços sociais em que vive – esses também constituídos por uma determinada “subjetividade social”.

Ao introduzir a categoria de subjetividade social tinha a intenção de romper com a idéia arraigada nos psicólogos, de que a subjetividade é um fenômeno individual, e apresentá-la como um sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e individual, independentemente de quem em ambos os momentos de sua produção reconhecamos sua gênese histórico-social, isto é, não associada somente às experiências atuais de um sujeito ou instância social, mas à forma em que uma experiência atual adquire sentido e significação dentro da constituição subjetiva da história do agente de significação, que pode ser tanto social como individual. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 202).

O autor defende, ainda, que o objetivo também é constituído de elementos subjetivos e esses estão complexamente relacionados, de forma que não há uma determinação unilateral, ou seja, nem o sujeito está submetido ao social, nem o social é fruto de ações espontâneas do sujeito:

Da perspectiva da subjetividade social, os processos sociais deixam de ser vistos como externos em relação aos indivíduos, ou como um bloco de determinantes consolidados, que adquirem o *status* do “objetivo” diante do subjetivo individual, para serem vistos como processos implicados dentro de um sistema complexo, a subjetividade social, da qual o indivíduo é constituinte e, simultaneamente, constituído. Entretanto, a constituição do indivíduo dentro da subjetividade social não é um processo que siga uma trajetória universal, definida de forma unilateral pelas características dos espaços sociais dentro dos quais os indivíduos vivem. Pelo contrário, a constituição social do indivíduo é um processo diferenciado, em que as conseqüências para as instâncias sociais implicadas e para os indivíduos que as formam dependem dos diferentes modos que adquirem as relações entre o indivíduo e o social, dentro das quais ambos os momentos têm um caráter ativo, isto é, cada momento se configura de formas muito diversas ante a ação do outro, processo que acompanha tanto o desenvolvimento social como o desenvolvimento individual. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 202-203).

É essa perspectiva de subjetividade que é adotada no presente estudo e a partir da qual se busca compreender como o grupo se constituía a partir de suas relações de trabalho e do processo educativo ali desenvolvido. Trata-se, portanto da **relação** entre a subjetividade individual e a subjetividade social.

É importante ressaltar que a proposta inicial da pesquisa seria discutir a constituição identitária dos trabalhadores dos ervais a partir de seu processo educativo. No entanto, no decorrer do estudo e por ocasião da banca de qualificação, foi sugerido que seria discutida a constituição da subjetividade, por se entender que essa evidencia melhor a relação do sujeito com a sociedade e enfoca não apenas o primeiro, mas a relação entre ambos. Ao se evidenciar a constituição identitária, se está conhecendo o indivíduo, porém ao se discutir a constituição da subjetividade, se está compreendendo a relação do indivíduo com a sociedade numa perspectiva de transformação mútua. Essa questão será melhor esclarecida nos capítulos que seguem.

Quando da realização do estado da arte¹², foi revelado que são escassas as produções que enfocam a educação na realidade da fronteira, especialmente quando se trata de estudos historiográficos. Em relação à discussão sobre a constituição da identidade relacionada à fronteira, há um grande volume de estudos, inclusive os que apresentam discussões não apenas sobre a fronteira entre dois países, mas também entre duas culturas e a relação entre as diferenças e suas influências na constituição do sujeito. Há, nesses trabalhos, uma grande preocupação em oferecer uma educação que contemple as diferentes etnias e respeite as identidades. Há diversos estudos¹³ sobre a educação em comunidades indígenas, quilombolas, de trabalhadores, que passam a questionar a escola homogênea.

É importante pontuar que, embora esses estudos não estejam diretamente ligados ao presente objeto, em essência a discussão assemelha-se, pois busca identificar como o homem se constitui e a importância da educação nesse processo, considerando seu contexto histórico, o espaço em que vive e as relações que estabelece. Desse modo, ainda que os estudos levantados no estado da arte não tenham uma maior proximidade com o tema proposto, as discussões realizadas podem enriquecer a abordagem, levantar novos questionamentos e revelar as lacunas das pesquisas na área.

¹² O estado da arte foi realizado antes da delimitação da pesquisa. É por essa razão que a “identidade” também foi objeto de busca. Embora nem todos os trabalhos aqui citados sejam utilizados ao longo da pesquisa, entende-se que o levantamento possibilita a identificação quantitativa dos estudos realizados na área e, por sua vez, aponta possíveis lacunas a eles relacionadas.

¹³ Tais estudos são relacionados nos quadros do estado da arte, nos apêndices.

Para o estado da arte¹⁴, foi realizado um levantamento de teses e dissertações no banco de dados da Capes¹⁵. Partiu-se de palavras-chave, tais como: “fronteira”, “educação”, “sujeito”, “identidade”, “cultura”, “constituição do sujeito”, “constituição identitária”, “Hélio Serejo” e “Ciclo da Erva-Mate”. As palavras-chave foram combinadas, de modo a selecionar os trabalhos que tinham maior proximidade com o tema da pesquisa. Foi feito um recorte de 10 (dez) anos para a seleção dos trabalhos, com o intuito de conhecer as produções mais recentes.

As buscas por algumas palavras-chave não forneceram trabalho algum, outras sequer se aproximavam do tema proposto. Desse modo, num levantamento que não levou em conta a abordagem teórico-metodológica das pesquisas, foram selecionados, no banco de dados da Capes, 60 (sessenta) trabalhos¹⁶, além de outros 2 (dois) que não se encaixam no recorte temporal realizado, mas têm muita proximidade com o tema apresentado.

Dos 24 (vinte e quatro) trabalhos levantados pelas palavras-chave “educação” e “fronteira”¹⁷, 13 (treze) apresentam em seu resumo o estudo da educação na fronteira entre diferentes países, seja ressaltando as especificidades desse espaço, seja apenas identificando-o como o local da pesquisa. Os trabalhos em que o termo “fronteira” é adotado apenas como a relação entre diferentes culturas, não se incluem nessa seleção. Foi realizada uma nova seleção dos resumos, de modo a expor apenas os que apresentam uma preocupação maior acerca das especificidades da educação em contextos de fronteira. Serão considerados, portanto, 6 (seis) trabalhos para a discussão.

Para a dissertação de Centeno (2000¹⁸), intitulada “A Educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930): Crítica da Histografia Regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura”, foi realizado um estudo sobre os trabalhadores dos ervais de Mato Grosso, compreendendo o próprio trabalho como uma ação educativa. A autora realiza um estudo sobre os estudos historiográficos

¹⁴ Nessa dissertação, são apresentados os trabalhos levantados no banco de dados da Capes. Os quadros referentes ao levantamento seguem no apêndice A.

¹⁵ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

¹⁶ Ao longo do texto serão citadas as produções que mais se aproximam do tema proposto. A relação completa dos trabalhos selecionados consta nos quadros.

¹⁷ Apêndice A, quadro 1.

¹⁸ Há uma divergência entre o banco de dados da Capes e a página da Pós-Graduação em Educação da UFMS, na qual o resumo também está disponibilizado. Na Capes, consta o ano de 2000, na página da UFMS, consta o ano de 2002.

sobre o tema e, em relação à vida dos trabalhadores nos ervais, busca evidenciar como se deu a ocupação da região estudada, os indivíduos que ali se estabeleceram, suas relações e os interesses envolvidos.

Já na tese dessa mesma autora, do ano de 2007, intitulada “Educação e fronteira na historiografia mato-grossense (1870-1950)”, conforme já discutido anteriormente, é apresentada uma análise da produção historiográfica sul-mato-grossense sobre a educação na fronteira do Brasil com o Paraguai no período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX. Para o estudo são contempladas produções de cinco memorialistas (entre os quais, Hélio Serejo) e quatro historiadores.

Na dissertação de Pereira (1997), “Migração de estudantes na fronteira do Brasil com o Paraguai”, o foco da pesquisa é a fronteira do Brasil com o Paraguai, especificamente entre as cidades de Ponta Porã/Brasil-Pedro Juan Caballero/Paraguai. A investigação busca evidenciar os motivos pelos quais crianças residentes em Pedro Juan Caballero migram para a cidade brasileira para cursar o 1º grau na escola pública.

Na tese da mesma autora, do ano de 2002, “Educação e fronteira: processos identitários de migrantes de diferentes etnias”, a pesquisa também é sobre a fronteira do Brasil com o Paraguai, nas mesmas cidades contempladas na dissertação supracitada. A autora busca compreender como se dá a constituição da identidade da segunda geração de migrantes dessa região fronteira, tendo em vista os diferentes valores e culturas que compreendem esse espaço, levando em consideração a educação familiar e escolar.

Na tese de Fedatto (1995), intitulada “Educação/cultura/fronteira - um estudo do processo educativo cultural na fronteira Brasil/Paraguai”, a autora busca evidenciar como se dá a educação na fronteira do Brasil com o Paraguai (Ponta Porã/Pedro Juan Caballero), problematizando quais são os limites da educação escolar dessa região, considerando a fronteira como um espaço de diversidade populacional, econômica e cultural.

Na tese de Brito (2001), “Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930 - 1954)”, a autora faz uma análise de um período da história da educação na fronteira Oeste do Brasil - Corumbá/MS, de 1930 a 1954, buscando compreender o discurso acerca da educação nas regiões de fronteira e a sua concretização na região estudada.

Posteriormente, foi realizada uma consulta com as palavras-chave “fronteira”, “identidade” e “cultura”¹⁹. Essa busca apresentou outros 19 (dezenove) trabalhos, dos quais apenas 11 (onze) demonstram uma preocupação maior do pesquisador em identificar a constituição identitária dos indivíduos em regiões fronteiriças. Nenhum dos trabalhos pertence à área de Educação. No entanto, 6 (seis) deles têm uma maior proximidade com o tema aqui proposto, seja por apresentarem estudos sobre a fronteira do Brasil com o Paraguai, seja por também contemplarem obras literárias nas análises realizadas.

A dissertação de Boeira (2001) consiste numa pesquisa em que a autora busca identificar as características culturais dos paraguaios que vivem no município de Jardim/MS, com o intuito de olhar para o território nacional além do nacional, levando em consideração a pluralidade cultural de nosso país.

Kahmann (2006), também em sua dissertação, busca investigar a obra de Sérgio Faraco, de modo a evidenciar os aspectos antropológicos, culturais e identitários de sua obra, sob o prisma dos estudos sobre fronteira. A pesquisadora procura compreender os influxos platinos na literatura sul-rio-grandense e a maneira com que Faraco aborda o "Outro" platino.

Na dissertação de Pohl (2005), o autor busca conhecer a narrativa de Visconde de Taunay sobre a Guerra do Paraguai, em sua obra "A Retirada da Laguna", de modo a revelar o discurso acerca dos atores envolvidos, das dificuldades por eles enfrentadas e da construção do sentimento nacional.

Na dissertação de Silva (2003), busca-se compreender na obra de Érico Veríssimo – “O Continente” – a questão das identidades e fronteiras étnico-culturais sul-rio-grandenses, considerando que essa obra literária revela uma fase da história do Rio Grande do Sul.

Na tese de Albuquerque (2005), o pesquisador parte da concepção de fronteiras em movimento e busca compreender a questão da imigração brasileira no Paraguai, nas esferas demográfica, econômica, política e cultural, considerando os aspectos históricos da relação entre os dois países.

Na dissertação de Sanches (2006), a pesquisadora realiza um estudo sobre o uso das línguas espanhola, guarani e portuguesa na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, respectivamente nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, de

¹⁹ Apêndice A, quadro 2.

modo a compreender esse aspecto da relação entre os indivíduos, de sua identidade e cultura.

A partir da consulta com as palavras-chave “educação”, “identidade”, “cultura” e “sujeito”²⁰, foram apresentados outros 18 (dezoito) trabalhos, dos quais 15 (quinze) demonstravam a preocupação do pesquisador em identificar a relação entre educação (escolarizada ou não) e a constituição da identidade dos indivíduos. Desses trabalhos, 3 (três) foram selecionados, pois contemplam um destes aspectos, que os aproximam ainda mais da pesquisa aqui desenvolvida: 1) caracteriza-se como um estudo historiográfico; ou 2) considera a educação não escolarizada.

Na dissertação de Sartori (2005) busca-se identificar a contribuição da educação escolar, no município de Nova Trento/SC, para a construção de uma identidade nacional no Governo de Getúlio Vargas, a partir de 1937. Para tanto, o autor analisa dados coletados em entrevistas com indivíduos que vivenciaram o período e fontes documentais.

Bonamigo (2001), também em sua dissertação, busca conhecer a realidade de uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), concebendo o trabalho cooperativo como princípio educativo. Desse modo, procura identificar a influência desse trabalho cooperativo na constituição da identidade desses sujeitos.

Oliveira (2006), em sua dissertação, busca conhecer a comunidade quilombola Mangal/Barro Vermelho, do município de Sítio do Mato/BA, visando identificar qual a percepção que essa comunidade tem do “eu”, de sua identidade e qual o papel da educação, escolarizada ou não, nesse processo. A autora parte do pressuposto de que a educação ocorre onde atua o homem, ou seja, não apenas na escola.

Na busca pela palavra-chave “Hélio Serejo”²¹, foram elencados 3 (três) trabalhos, todos da área de Letras. Na dissertação de Viegas (2004), o autor parte da análise de alguns contos de Hélio Serejo e busca identificar as características peculiares da literatura regional sul-mato-grossense. Stefanos (2006), também em sua dissertação, analisa os recursos estilísticos, retóricos e argumentativos do escritor, identificando neste, tanto um narrador tradicional, quanto um orador acadêmico.

²⁰ Apêndice A, quadro 3.

²¹ Apêndice A, quadro 4.

A dissertação de Teno (2003) parte da análise de algumas obras do escritor Hélio Serejo, por meio das quais a pesquisadora busca conhecer o vocabulário da erva-mate, de modo a identificar a cultura da comunidade retratada pelo autor. A autora identifica unidades lexicais de uso geral da língua, unidades consideradas regionalismos de outras regiões brasileiras e lexis classificadas como regionalismos locais. É identificado ainda o bilinguismo na linguagem do grupo de ervateiros, considerando a situação de fronteira e o contato com três línguas, quais sejam: espanhol, guarani e português.

No que se refere ao acesso às obras de Hélio Serejo, vale destacar a iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS) que editou e publicou, em 2008, todas as obras do autor. Tal disponibilização das obras foi significativa para o presente estudo, pois viabilizou que se obtivessem todas as obras, já organizadas.

Segundo Hildebrando Campestrini que trabalhou na Coleção, essas totalizavam, originalmente, 60 (sessenta) obras. Para a publicação das Obras Completas, no entanto, as produções foram reorganizadas, retirando-se alguns textos repetidos ou que pertenciam a outros autores (com exceção daqueles referentes à introdução ou prefácio), e aquelas obras que acabavam se reduzindo demasiadamente foram reunidas no livro “Textos Esparsos”.

Dessa organização, obteve-se 50 (cinquenta) livros, - organizados em 9 (nove) volumes e sob autorização do próprio Serejo, - cujos títulos são: 1) “Tribos revoltadas”; 2) “Modismo do sul de MT”; 3) “Três contos”; 4) “Quatro contos”; 5) “Lobisomem”; 6) “Carreteiro de minha terra”; 7) “Pialo bagual”; 8) “Vento brabo”; 9) “Homens de aço (a luta nos ervais)”; 10) “Prosa xucra”; 11) “Ronda sertaneja”; 12) “Rincão dos xucros”; 13) “Prosa rude”; 14) “Canto caboclo; 15) “O homem mau de Nioaque”; 16) “Poesia mato-grossense”; 17) “Buenas, chamigo!”; 18) “De galpão em galpão”; 19) “Versos da madrugada”; 20) “Carta de Presidente Venceslau ao cumpadre Ansermo”; 21) “Rodeio da saudade (crônicas)”; 22) “Contas do meu rosário”; 23) “Vida de erval”; 24) “Zé Fornalha”; 25) “Abusões de Mato Grosso e de outras terras”; 26) “Sete contos... e uma potoca”; 27) “Fogo de angico”; 28) “Lendas da erva-mate”; 29) “Campeiro da minha terra”; 30) “Pelas orilhas da fronteira”; 31) “Palanques da terra nativa”; 32) “Mãe Preta”; 33) “Nioaque – um pouco de sua história” 34) “Caraí”; 35) “O tereré que me inspira”; 36) “Paisagem sertaneja”; 37) “Nhá Chaló”; 38) “Pialando... no más”; 39) “Balaio de bugre”; 40) “Astúrio

Monteiro de Lima – um exemplo de homem”; 41) “Carai ervateiro”; 42) “Lendas do Estado de Mato Grosso do Sul”; 43) “Sismório, o gringo bochinheiro e bandido”; 44) “No mundo bruto da erva-mate”; 45) “Dórico, um bravo lutador”; 46) “Ronda do entardecer”; 47) “Contos crioulos”; 48) “Dois contos: Zé Fumaça e Chopito”; 49) “Meus bisnetos”; 50) “Textos esparsos e Glossário”.

Para o presente trabalho, analisa-se a obra “Carai”, por ser significativa na exposição das vivências dos trabalhadores dos ervais, porém, as demais obras que contemplam a temática também são consideradas, de modo a trazer elementos complementares para a discussão. A metodologia empregada consiste na análise de conteúdo:

[...] actualmente, e de um modo geral, designa-se sob o termo de análise de conteúdo:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação [...]. (BARDIN, 2006, p. 37, grifo do autor).

No presente trabalho, as fases dessa análise são as seguintes²²:

1. Seleção das obras relacionadas ao Ciclo da Erva-Mate e com referência ao trabalho nos ervais:
 - 1.1. Seleção de todos os textos que façam referência às seguintes palavras-chave: erval, erva-mate, ervateiro, Companhia Matte Larangeira e outras relacionadas. São descartadas as obras cuja referência à temática seja superficial, ou seja, não tragam uma contribuição significativa para a análise das relações sociais no período estudado;
 - 1.2. Divisão dos textos conforme sua relevância e utilidade da análise. As obras mais incisivas sobre a atividade ervateira enquadram-se na categoria “textos principais” – 5 (cinco) obras. Em uma segunda categoria, “textos

²² Os procedimentos referentes ao item 1 foram apresentados no relatório de qualificação, quando então ficou definido que apenas a obra “Carai” seria analisada. Desse modo, os itens 2 e 3 se referem aos procedimentos adotados a partir de então.

complementares”, são enquadrados aqueles que relatam situações, costumes, dificuldades, personagens, crenças, ambiente e vocabulário relacionados aos trabalhadores dos ervais, mas que não têm como elemento primordial o relato sobre a atividade ervateira em si, ou seja, não são textos que se referem prioritariamente ao processo de elaboração da erva-mate, o trabalho empregado – 35 (trinta e cinco) textos. Por fim, numa terceira categoria, são colocados os textos que fazem uma referência rápida ao objeto de investigação, que retratam questões indiretamente relacionadas à vida dos trabalhadores. Essa última categoria denomina-se “textos de referência indireta” – 60 (sessenta) textos. Essa divisão compõe uma planilha, cujo modelo consta no apêndice B.

2. Organização das obras nos quadros para análise de conteúdo:

2.1. É objeto dessa fase da análise da dissertação apenas a obra “Carai”. Essa obra consta em quatro quadros: no primeiro, são extraídas as temáticas abordadas; no segundo, as temáticas são organizadas, de modo a facilitar a extração das categorias; no terceiro, são agrupadas as categorias referentes às relações sociais estabelecidas na área de fronteira; e no quarto, são agrupadas as categorias referentes à educação dos trabalhadores dos ervais.

3. Análise

3.1. A análise consiste na interlocução entre os trabalhos conceituais e de historiografia com as memórias de Hélio Serejo, a partir das categorias levantadas;

3.2. Os textos de apoio que enriquecem a análise são incluídos, de modo a trazer detalhes que porventura não estejam presentes nas obras principais.

Centeno (2007) afirma que Serejo relata uma educação desenvolvida na escola do trabalho. Desse modo, no presente estudo pretendem-se identificar e sistematizar os elementos apresentados pelo autor para se conhecer os trabalhadores, a fronteira e o processo educativo ali desenvolvido.

O trabalho está organizado da seguinte forma: No capítulo I, “O memorialista Hélio Serejo e sua obra”, são expostas a biografia de Hélio Serejo e a principal obra analisada nesse estudo – “Carai”. A importância de se conhecer a vida do autor reside na concepção, aqui adotada, de que para se analisar a sua obra, é imprescindível que se conheça as suas ações e relações, ou seja, para se estudar as

memórias, é preciso conhecer as condições nas quais elas foram construídas. Além disso, são expostos brevemente o conteúdo da obra “Carai” e os elementos dela extraídos para o presente estudo.

No capítulo II, “O homem e a fronteira na obra de Hélio Serejo”, é apresentada a análise realizada no que se refere às relações sociais na fronteira e nas condições de vida dos trabalhadores dos ervais, segundo o que as memórias trazidas por Serejo permitem analisar. Enfocam-se, então, as relações de trabalho, o processo migratório e a empresa ervateira, que são as temáticas extraídas da obra do memorialista as quais permitem a abordagem sobre o processo educativo.

No capítulo III, “O processo educativo dos trabalhadores da erva-mate na obra do memorialista Hélio Serejo”, apresenta-se a análise correspondente ao objetivo geral da pesquisa, qual seja, a de conhecer como se desenvolvia a educação dos trabalhadores dos ervais na denominada “escola do trabalho” e nas trocas culturais ali estabelecidas. Além disso, apresentam-se as implicações desse processo educativo para a constituição da subjetividade do grupo de trabalhadores. Para tanto, toma-se a análise promovida no capítulo anterior, a partir da qual se identificam os elementos próprios da educação desenvolvida nos ervais.

Por fim, nas considerações finais, são resgatados os questionamentos que fomentaram o estudo e as respectivas discussões, possibilitadas pela análise desenvolvida ao longo dos capítulos.

Nada escapara dos meus olhos interrogantes. Era, em verdade, um meninote, que tudo queria saber. Aquele complexo de afazeres, um mundo diferente dos demais de que tinha conhecimento com suas originalidades, me empolgava. (SEREJO, [1986] 2008, v. 6, p. 75).

CAPÍTULO I

O MEMORIALISTA HÉLIO SEREJO E SUA OBRA

Os seus contos, meu caro Hélio, são pedaços da vida, recortados na carne sangrenta da realidade. (José de Mesquita, 1952)

No presente trabalho, é imprescindível que se conheçam a biografia de Hélio Serejo e as condições sociais que envolvem sua obra. É nessa perspectiva que é desenvolvido o presente capítulo. Nele, inicialmente, são apresentadas informações acerca da trajetória individual e social do autor, a partir do trabalho de Elpídio Reis intitulado “Os 13 pontos de Hélio Serejo” (1980) – uma referência quando se trata da biografia de Serejo.

Posteriormente, é apresentada a obra “Carai”, a qual foi selecionada para ser analisada neste trabalho. Além de expor brevemente sobre o conteúdo da referida obra, são expostos os elementos levantados para a análise, de acordo com os objetivos e a metodologia adotados. Entende-se que tal apresentação é necessária, pois situa o leitor em relação à obra e possibilita uma maior compreensão sobre o porquê de ter sido selecionada para análise.

1.1 Trajetória individual e social de Hélio Serejo

Eu sou o homem desajeitado e de gestos xucros que veio de longe. Eu sou o homem fronteiro que na infância atribulada recebeu nas faces sanguíneas os açoites desse vento, vadio e aragano, que, no afirmar da lenda avoenga, nasce nas terras incaicas, num recôncavo do mar, varre o altiplano boliviano, penetra o imenso aberto do Chaco Paraguai, para depois, exausto do bailado demoníaco, numa cólera e estrupício de tormenta, arrebrantar, cortante e gélido, na cidade de Ponta Porã, a Princesa da Fronteira, sentinela avançada das terrarias matogrossenses. Eu vim dos ervais, meus irmãos, do fogo dos “barbaquás”, do canto triste e gemente dos urus, dos bailados divertidos, dos entreveros dos bolichos das estradas, do mais hirsuto da paulama seca, do pôr-do-sol campineiro, dos dutos, das encruzilhadas e das distâncias perdidas. Eu sou filho da “jungle”, sou gaudério de todos os pagos, apaixonado das querências e cria de todos os galpões da terra. Eu vim de longe, eu sou um misto de poeira de estrada, de fogo de queimada, de aboio de vaqueiro, de passarada em sarabanda festiva no romper da madrugada, de lua andeja rendilhando os campos, as matas, as canhadas, o vargado. Sou misto, também, de índio vago, cruza-campo e trota-mundo.

Os ventos do destino – maus e bons – levaram-me a pagos diferentes. Os meus pés dilacerados trilharam muitos caminhos.

Fui, no perpassar inexorável do tempo, obreiro de crença, fé e esperança, como o fui, também, imagem viva de desesperança, revolta e sofrimento. (SEREJO, 1973 apud REIS, 1980, p. 16-17).

As palavras da epígrafe acima estão no discurso de posse de Hélio Serejo na Academia Matogrossense de Letras, no ano de 1973, cuja eleição ocorrera 20 (vinte) anos antes. Serejo não compareceu à cerimônia, pois estava doente. O referido discurso é com frequência reproduzido por, de forma sucinta, representar os diversos elementos que constituíram a identidade de Serejo. Nesses dizeres, o autor traz a sua visão sobre si mesmo e sua trajetória.

Ao relatar a posse de Hélio Serejo na Academia Matogrossense de Letras, Reis (1980) demonstra o que se pode entender por um dos momentos mais significativos no reconhecimento do trabalho de um escritor. No entanto, como será discutido adiante, Serejo não foi somente um escritor, já que exerceu as mais diferentes profissões.

Conforme explicitado no capítulo introdutório deste trabalho, Hélio Serejo é considerado um dos maiores memorialistas sul-mato-grossenses, não somente pela quantidade de sua produção, mas também pela qualificação e prêmios que sua obra recebeu e, sobretudo, pelo registro memorável do local onde viveu e de sua gente. Reflete, em sua obra, “[...] manifestações culturais do trabalhador fronteiriço, hábitos esses ligados ao tipo de trabalho desenvolvido na região” (CENTENO, 2007, p. 57). Segundo Centeno (2007, p. 52-53):

Seus escritos têm um pouco de tudo: de poesia, de folclore, de memória, de contos e de crônicas históricas. [...]. Suas obras mais significativas são crônicas, que envolvem lembranças do sertão e falam do trabalhador, do homem simples do campo, do povo sem instrução, das revoltas, da violência e, sobretudo, da produção da erva-mate. Seus personagens e histórias não são ficcionais e, talvez para não comprometer algumas pessoas, o autor usa nomes fictícios. [...] Serejo sobressai-se como o memorialista dos ervais fronteiriços, em especial, de tudo que esteja ligado aos trabalhadores ervateiros.

Sua obra é fruto do seu olhar atento sobre a realidade. Quanto às vivências dos trabalhadores ervateiros, é marcante como busca retratá-los como “heróis” diante das inúmeras vicissitudes e dificuldades que envolviam sua atividade. Sobre esse escritor, Elpídio Reis (1981, p. 8) afirma:

As histórias que nosso escritor regionalista, folclorista e poeta nos narra, têm todas fundo verídico. Nesse tipo de narração Hélio Serejo se fez

mestre, retratista com palavras diretas, por vezes duras, como dura e pesada foi a vida dos que ele nos apresenta com impressionante autenticidade.

Hélio Serejo, filho de Ernestina Batista Serejo e de Francisco Serejo, nasceu em Nioaque/MS, em 1º de junho de 1912. Casou-se, no ano de 1938, com Henriqueta Barbosa Serejo e teve duas filhas. Foi escritor, jornalista, poeta e folclorista. Autor de 60 (sessenta) obras publicadas, pertenceu a diversas Academias de Letras, Centros Culturais e Sociedades. Faleceu em Campo Grande/MS em 08 de outubro de 2007.

Ao longo de sua vida, Hélio Serejo enfrentou uma série de doenças e acidentes, na maioria das vezes contando com o socorro e os conhecimentos de pessoas da própria região – as chamadas “nhás”, que com folhas, frutos e rezas curavam aqueles que, nas suas precárias condições de vida, contavam com escassa assistência médica. Apesar de seus problemas de saúde, Serejo prosseguia com seu trabalho, com seus inúmeros projetos de vida e nunca deixou de escrever. Sua religiosidade – uma marca bastante forte que é revelada inclusive em seus livros – o fazia aceitar todas essas dificuldades com resignação.

Quanto aos ascendentes de Serejo, seu avô e pai eram ligados ao exército. O avô paterno, Coronel Francisco Marcos Tury Serejo, servira na Guerra do Paraguai. Após a guerra, passou a morar em Cuiabá e ali constituiu família. O pai de Hélio, Francisco Serejo, nasceu em Cuiabá, em 1878, e aos 17 anos auxiliava o pai no policiamento da fronteira. Foi nomeado Tenente da Guarda Nacional, aos 20 anos, pelo Presidente da República, Dr. Campos Sales. Foi incorporado à 3ª Companhia do 21º Batalhão, sediada em Corumbá. Em 1900, passou a servir em Ponta Porã como encarregado do Destacamento Policial. Casou-se com Ernestina Batista, em 15 de Julho de 1901. O casal teve 10 filhos (4 meninos e 6 meninas), sendo Hélio o sétimo deles.

Francisco Serejo passou a falar guarani, o que, segundo Reis (1980, p. 43), “deu notoriedade àquele Oficial”. Devido às necessidades financeiras, Francisco Serejo deixou a Guarda Nacional e tornou-se fazendeiro. Sua fazenda, denominada “São João”, era localizada no município de Nioaque. Francisco acabou vendendo-a, no entanto, pois “[...] viu que sua vocação não era bem aquela. Uma força interior exigia dele algo mais pesado, uma aventura maior, talvez.” (REIS, 1980, p. 44).

Foi então que se tornou ervateiro. Sua iniciativa inicial não foi bem sucedida. Teve sérios prejuízos, mas não desistiu. Abriu outra ranchada em Porto Baunilha, na margem direita do Rio Paraná. Embora o trabalho nos ervais lhe

exigisse muito esforço e tempo, Francisco Serejo não abria mão de seu hábito de ler. Além disso, empenhou-se na elaboração de um dicionário²³, cujos volumes totalizavam 2704 páginas. Para esse trabalho, levou 30 anos. Reis (1980) dá destaque a esse trabalho que fora concluído, apesar das inúmeras dificuldades da época e da região.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Francisco e Hélio montaram uma fábrica de óleo de laranja azeda, destinado aos aviões que participavam do conflito. No entanto, logo no início das atividades industriais, após grande esforço para se conseguirem as máquinas para a fábrica, a guerra terminou e Francisco teve novo prejuízo. Além dessas funções, Francisco Serejo foi agrimensor, comprador e vendedor de gado, couros, peles de animais, crina e outros produtos e proprietário de casa comercial em Ponta Porã e Caarapó. Faleceu em Campo Grande, em 1959.

Como foi dito anteriormente, Hélio Serejo nasceu em Nioaque, em 1º de junho de 1912, na fazenda São João. Sua família mudou-se para Ponta Porã quando ele tinha 5 (cinco) anos. Frequentou o grupo escolar da cidade e, segundo Reis (1980), ali se destacava, em especial em redação e ao representar nos teatrinhos escolares. Ainda no período em que frequentava o curso primário, trabalhava com o pai na Torrefação Brasil, que fornecia café para o Exército Paraguai. Foi ali que teria recebido o seu primeiro “título importante”, quando seu pai o encarregou da gerência da empresa. Reis (1980, p. 50) afirma que após algum tempo a torrefação ficou quase que unicamente sob a responsabilidade de Hélio, sendo que seu pai passou a se dedicar a outra atividade: “[...] viajar, medindo terras, comprando e vendendo gado, couro, crina, etc.”

Aos 14 anos, já tendo concluído o curso primário, Hélio passou a trabalhar com o pai na Ranchada de Porto Baunilha. Exercia as mais diversas atividades:

Ali ele cozinhava o locro (milho cozido com carne. Comida tipicamente paraguaia), comprava o costo (rês para o sustento do trabalhador ervateiro), atendia a comissaria (armazém de suprimento), ajudava na monteação (procura das árvores de mate). Foi ainda balanceador (pessoa encarregada de pesar o raído ou braçada de folhas que o mineiro traz às costas). (REIS, 1980, p. 50).

²³ Denominado “Dicionário dos Charadistas e Cruzadistas”, trazia um conteúdo bastante variado, sobre história, geografia, arte, etc. Sem recursos para editá-lo, doou-o a uma Organização de Charadistas e Cruzadistas de Belo Horizonte, que acabou não o publicando, também por falta de recursos.

Além de aprender tudo sobre o trabalho nos ervais, tinha grande curiosidade pelas coisas que seu pai estudava. Sonhava conhecer outros lugares do mundo e ser professor de Geografia. Na adolescência, às vezes ficava por um ou dois meses em Ponta Porã e era sempre chamado por um casal da cidade – Júlio Martins e Anita Costa – para participar de peças de teatro.

Ao voltar para o trabalho na ranchada, continuava com seus estudos, “[...] aos seus livros de Geografia e já, agora, pendendo para a Geografia Humana (daí se ter transformado em escritor regionalista, com especial pendor para o folclore)” (REIS, 1980, p. 54). Passou, ainda, a registrar tudo o que via, em cadernos. Pelas dificuldades que encontrava nos caminhos onde se transportava a erva-mate, Hélio também passou a alimentar o sonho de se tornar engenheiro, para construir pontes e pontilhões.

Além disso, foi aos 14 anos que Hélio passou a publicar alguns de seus textos no jornal “A Folha do Povo”, de Ponta Porã. Quando estava na cidade, auxiliava na revisão do jornal e com o tempo tornou-se revisor oficialmente. O dono do jornal, Dr. Aral Moreira, incentivava Hélio e sempre lhe pedia opinião sobre os artigos que publicava.

Marcantes em sua trajetória são esses incentivadores que encontrou. Reconheciam a sua responsabilidade, não apenas como escritor, mas nas diferentes funções que exercia. Além do jornal ponta-poranense, Hélio escrevia para revistas do Rio de Janeiro. Aos 18 anos passou a alimentar outro sonho, além daquele de ser engenheiro: ser escritor.

Reis (1980) não especifica o ano, mas afirma que Hélio chegou a estudar em Campo Grande, numa certa época de sua adolescência, no ginásio. Estudou no Colégio Joaquim Murinho e passou a participar do escotismo. Pela sua atuação como escoteiro, chegou a receber três medalhas Baden-Powel (general inglês criador do escotismo).

Um dos capítulos mais difíceis da vida de Hélio, sem dúvida, é o que se refere à sua prisão. Isso ocorreu quando ele servia, como voluntário, no 3º Regimento de Infantaria localizado no Rio de Janeiro, onde ingressou no ano de 1934.

Vale mencionar que Hélio, embora já fosse reservista, entrara para o referido Batalhão devido ao seu desejo de se tornar engenheiro. Como não dispunha de recursos para pagar tal curso, viu no Exército essa oportunidade. Frequentaria quantos cursos fossem necessários, para que pudesse ingressar no curso de

Engenharia do Exército. Assim o fez. Enquanto fazia os cursos especializados, estudava para os exames para obtenção do diploma de ginásio – o qual recebeu. Além dessas atividades, continuava a escrever, inclusive para jornais. Em 1935, a um mês dos exames que realizaria para ingressar no curso e para os quais já se sentia preparado, um fatídico episódio daria um rumo inesperado à sua vida.

O Capitão Agildo Batista, que se declarara comunista, estava preso naquele Batalhão. Como Hélio daria uma aula sobre armas automáticas na manhã seguinte, resolveu dormir no Quartel. Era dia 26 de novembro de 1935. Deixou sua farda numa sala separada e dormiu numa cama improvisada, próxima à cozinha. Na madrugada do dia seguinte, estourou a chamada “Intentona Comunista”²⁴ no Regimento. No conflito, muitos soldados que ali se encontravam – participantes do movimento ou não – foram presos, inclusive Hélio Serejo. Como o lugar onde guardara sua farda estava trancado, acabou sendo preso apenas de calção. Um oficial providenciou um uniforme para Hélio, de um número maior, o que foi motivo de piada para o policial da Casa de Detenção.

Hélio acabou sendo expulso do exército. Como não se declarara comunista, foi mandado para a Ilha das Flores²⁵ para responder a um processo no Tribunal de Segurança Nacional. Os julgamentos desenrolaram-se nos seis meses seguintes. As próprias condições em que Hélio se encontrava no dia do movimento, serviram como um “prova” de que não participara dele. Foi absolvido por unanimidade e sua expulsão do exército foi anulada pelo Ministro da Guerra. Como sua saúde estava seriamente abalada pelo período em que ficou preso, acabou desistindo de seus projetos de se tornar engenheiro e voltou para a casa de sua família, em Campo Grande. Foi na prisão que Hélio, abrindo mão de seu sonho de ser engenheiro, decidiu que seria escritor.

Hélio Serejo exerceu várias atividades como funcionário público. Trabalhou na Comissão de Limites Brasil-Paraguai, foi Fiscal de Rendas dos municípios de Rio Brillhante, Maracaju, Dourados e Bela Vista, trabalhou como escrivão do Cartório de

²⁴ A Intentona Comunista consistiu em rebeliões militares ocorridas em diferentes batalhões, localizados no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro e promovidas por militares ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Tal levante foi rapidamente combatido pelo governo de Getúlio Vargas.

²⁵ A Ilha das Flores era localizada no Rio de Janeiro e pertencia a um sistema penal cujo objetivo era punir os segmentos da população contrários ao governo. Nesses locais, os presos eram torturados e suscetíveis a doenças, fome e maus tratos.

Registro Civil de Rio Brillhante. Foi nesse período, no ano de 1939 que se casou com Henriqueta Barbosa Martins. Em 1940 nasceu sua primeira filha – Nahara Tatiana.

Devido à intensa atividade de escrita, Hélio acabou desenvolvendo a “câimbra dos escrivães”. Vendeu o cartório e mudou-se para Campo Grande, em busca de tratamento médico. Passou, então, a trabalhar na redação do “Jornal do Comércio”. Desenvolveu a habilidade de escrever com a mão esquerda. Além do referido jornal, também colaborava com jornais de São Paulo e revistas do Rio de Janeiro. Foi em Campo Grande que nasceu, em 1945, a sua segunda filha – Helita. No governo de Getúlio Vargas, em 1943, Hélio Serejo atuou como Diretor da Repartição de Terras do Território Federal de Ponta Porã, por ter apresentado um Plano de Colonização para a região. Foi então que passou a sofrer uma doença nos olhos e acabou por pedir demissão da função.

O tratamento dos olhos foi feito em São Paulo. Hélio Serejo e sua esposa tinham como fonte de renda uma pensão que mantinham naquela cidade. Em 1948, após esse tratamento, venderam a pensão e tinham a intenção de morar em Campo Grande, porém ao passarem alguns dias em Presidente Venceslau/SP, Hélio acabou sofrendo um sério problema em seu olho direito. O candidato a prefeito da cidade – Ênio Pipino – recebeu a notícia da chegada de Serejo. Convidou-o, então, para ser redator do jornal da cidade, em prol de sua campanha eleitoral. Diante de sua incapacidade para escrever, ofereceu-lhe inclusive uma secretária. Após relutar, Serejo aceitou a oferta. Quando o candidato se elegeu, convidou-o para permanecer na cidade, na função de Redator principal. Após consultar a esposa, Serejo resolveu ficar. Nesse período, também foi chamado pelo Secretário de Agricultura de Mato Grosso, para auxiliá-lo com os cerca de 400 processos referentes às reivindicações de terras no Estado. Atuou como Perito designado pelo estado de Mato Grosso e deu encaminhamento a cerca de 300 processos.

Reis (1980) dá destaque, ainda, à religiosidade de Hélio Serejo (que era católico, mas também simpatizante do Espiritismo) e à sua atuação em atividades de assistência social. Quando sofreu a “câimbra dos escrivães” fizera uma promessa para que não tivesse paralisia: durante 15 anos auxiliaria quem precisasse de pão e leite. Até o ano de 1980, quando Elpídio Reis publicou a biografia, Hélio Serejo já atuava há cerca de 25 anos em atividades filantrópicas.

Serejo trabalhou por 9 (nove) anos como Diretor do Departamento de Assistência Social de Presidente Venceslau. Sua atuação, segundo Reis (1980),

ultrapassava os limites do município, já que beneficiava doentes inclusive de Mato Grosso e chegou a auxiliar o Departamento de Endemias Rurais do Ministério da Saúde na assistência médica às populações do Pontal do Paranapanema – divisa entre São Paulo e Paraná. Algumas dessas populações eram, inclusive, de Mato Grosso.

Além dessa função, Reis (1980) afirma que Serejo foi Relações Públicas de outras entidades filantrópicas, quais sejam, Abrigo de Velhos “Esperança” (AVE), Associação de Proteção à Infância e à Maternidade (APIM), Obras Reunidas de Assistência Social (ORAS), Centro Espírita Amor e Caridade, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Conselho Vicentino Particular de Presidente Venceslau da Sociedade de São Vicente de Paula. Serejo auxiliava essas entidades ao possibilitar o seu registro em órgãos estaduais ou federais para obtenção de recursos.

Serejo atuou no movimento que possibilitou a construção da ponte entre São Paulo e Mato Grosso, sobre o Rio Paraná. A Campanha Pró-Construção da Ponte sobre o Rio Paraná foi lançada em 8 de fevereiro de 1955, pelo Rotary Clube de Presidente Venceslau, presidido por Percy Rubens de Mello. Hélio Serejo foi designado como presidente da Comissão de Propaganda da Campanha. Em 60 dias foi desenvolvido um projeto para a obra e a referida Comissão passou a atuar na sensibilização de autoridades federais. A ponte foi inaugurada após 5 anos, 10 meses e 17 dias após o lançamento da ideia.

O início da construção da ponte ocorreu no governo de Juscelino Kubitschek. A Comissão de Propaganda fiscalizou a execução da obra, que enfrentara falta de recursos, além de um episódio relatado por Reis (1980), no qual a verba que estava garantida para a ponte acabou sendo direcionada a outra obra – a construção da rodovia Belém-Brasília. Após sucessivas reivindicações da Comissão, a obra teve andamento.

Quando a ponte estava quase pronta, no Governo João Goulart, o clube que lançou a ideia para sua construção solicitou ao governo que a obra tivesse o nome de “Ponte Hélio Serejo”. O Senador Filinto Muller concordou com a ideia, mas alertou Serejo no sentido de que a honraria poderia ser direcionada, de última hora, para um “construtor de obra feita”. Aconteceu, então, que a obra recebeu o nome de Ponte Maurício Joppert, que apesar de ilustre, não teve qualquer ligação com aquela conquista. Tal fato, segundo Reis (1980), não causou qualquer desgosto a Serejo.

Outro fato narrado por Reis (1980), em relação a esse episódio, diz respeito à inauguração da ponte. Era o governo de Castelo Branco. Serejo teve a ideia de

colocar um grande painel, na entrada da ponte, com o registro dos principais atos governamentais que desencadearam a obra. O nome de Juscelino Kubitschek aparecia três vezes. Momentos antes da comemoração para a inauguração, um militar questionou Serejo sobre a inclusão do nome do presidente. Embora Serejo afirmasse que o nome de Juscelino Kubitschek estava ali devido aos atos referentes à construção, o militar encerrou o diálogo, aborrecido. Ocorreu que, ao comparecer ao local onde se realizaria a solenidade de inauguração, portando inclusive convite para tal, Hélio Serejo foi barrado e não pode participar.

Em sua atuação como jornalista, Serejo trabalhou em prol de Mato Grosso, divulgando o seu potencial econômico, locais turísticos, seu folclore, etc. Reis (1980) faz uma lista dos jornais e revistas para os quais Serejo escreveu: “Folha do Povo”, “Correio do Sul”, “O Tempo”, “A Motuca”, “A Fronteira” (Ponta Porã); “Mato Grosso do Sul”, “O Progressista”, “O Satélite”, “O Campograndense”, “A Voz do Sul”, “Correio do Estado”, “O Matogrossense”, “Jornal do Comércio”, “Diário da Serra”, “Folha da Serra” (Campo Grande), “O Progresso” (Dourados); “A Tribuna” (Corumbá); “A Cruz” (Cuiabá); “Correio Paulistano”, “Diário de São Paulo” e a “Brasipés” (São Paulo, capital); “A Gazeta”, “A Tribuna” e “Folha do Povo” (Presidente Prudente), “Vida Doméstica”, “Boa Nova”, “Tico-Tico”, “O Mourisco”, “O Malho” (Rio de Janeiro); “Diário da Tarde” (Lisboa, Portugal); “El Chucaro” (Montevideú, Uruguai).

Na TV, seu conto “Lua do Brejo” foi apresentado. Em rádios, Serejo também atuou divulgando Mato Grosso, como no programa “Coisas de Mato Grosso”, na Rádio Presidente Venceslau, no qual trabalhou durante 10 anos. Reis (1980) cita algumas produções poéticas que resultaram desse programa. Escreveu 100 poemas para serem declamados no programa “Alma da Terra”, da Rádio Tupi (São Paulo). Nessa rádio, Serejo foi inclusive homenageado, em 3 de julho de 1976, e um de seus trabalhos – “A Mulher do Folclore” – foi apresentado.

Fora do Brasil, como foi afirmado, Serejo publicou artigos de caráter regionalista no “Jornal da Ponte” (Lisboa, Portugal); cooperou com a Sociedade Uruguaia de Folclore (seu conto “O tico-tico” teve uma tradução nesse país), com a Sociedade Mexicana de Folclore (para a qual enviou trabalhos dos maiores folcloristas do Brasil) e com o Departamento de Difusão e Cultura do Paraguai (para o qual enviou dados sobre a vida ervateira, ressaltando o papel do peão paraguaio).

Foi, ainda, incluído no Dicionário Internacional de Lendas, editado na Inglaterra (com a lenda “Por que o jaburu é triste”).

Centeno (2007) observa que a origem de classe de Hélio Serejo, na condição de pequeno proprietário dependente da Companhia Matte Larangeira, foi determinante para o seu olhar sobre a realidade da fronteira e, por sua vez, na composição de sua obra. Pela proximidade do autor com o dia-a-dia dos trabalhadores dos ervais, foi possível que ele enxergasse a empresa além dos seus proprietários e articulações políticas, reconhecendo o esforço dos trabalhadores – sem os quais a mesma não haveria se desenvolvido. Embora em sua obra também sejam narradas as trajetórias de algumas das pessoas que detinham o poder na Companhia, é marcante a preocupação do autor em retratar as vivências dos trabalhadores.

Como foi afirmado anteriormente, Serejo foi trabalhar com seu pai nos ervais quando já tinha cerca de 14 (quatorze) anos. Nesse período o domínio da região pela Companhia Matte Larangeira já estava consolidado²⁶. Sendo assim, grande parte do que Serejo diz corresponde ao que outras pessoas lhe relataram. É por esse motivo que ao se trabalhar com a obra desse memorialista, não se está lidando com uma memória individual. Além do fato de se reconhecer que a memória individual se constitui socialmente, no caso de Serejo é notável que reúne em sua obra relatos de diversas pessoas, sejam aquelas que trabalhavam diretamente nos ervais, sejam os donos das ranchadas ou autoridades com as quais Serejo teve contato. É um limite, na análise de sua obra, identificar de quem partem aquelas memórias e é também por isso que é tão importante se considerar o lugar que Serejo ocupou na sociedade e as pessoas com quem conviveu.

Outra característica determinante de sua vida e obra, além do domínio exercido pela empresa na região, era a religiosidade – algo bastante identificável nos trabalhadores aos quais se referia. Serejo retratava a resignação diante das dificuldades enfrentadas por aqueles homens. Não demonstrava uma criticidade diante disso. Na sua própria vida pessoal, a religiosidade fazia com que enxergasse os problemas como uma conformação ao lugar que cada um deveria ocupar e às dificuldades que cada um deveria enfrentar durante sua vida.

Diante dessas questões, nota-se que não se está trabalhando com uma obra de cunho crítico. A obra de Serejo tem muito mais um caráter de registro do que de

²⁶ No capítulo 2 são discutidos os acontecimentos que envolveram a Companhia.

denúncia. Isso não limita, no entanto, a sua importância. A variedade de situações e pessoas que constitui sua obra lhe confere um potencial analítico significativo.

Ao se ler seu discurso, sua obra e ao se conhecer a região onde Serejo viveu, percebem-se as múltiplas influências que lhe constituíram. É desse Hélio Serejo – que reúne em sua vida e obra a dificuldade e a superação, a convivência e o conflito, o brasileiro e o paraguaio, a indignação e a resignação, o ilustre e o anônimo, o precário e o desenvolvido, a prosa e a poesia – que este trabalho trata.

Como se explicitará nos capítulos posteriores, Serejo viveu numa fronteira de características singulares, mas universais, constituída pela identidade e a alteridade, pelas diferenças e semelhanças, pelo domínio e pela resistência, pelos homens ilustres e influentes e pelos “heróis anônimos”, e, por fim, pela desigualdade. E o lugar que ocupou foi entre esses polos opostos e complementares, o que confere à sua obra uma riqueza de elementos a serem analisados.

1.2. “Carai”: O homem nas atividades ervateiras

A obra “Carai” foi selecionada²⁷ devido ao seu conteúdo vasto e variado – já que foi uma obra elaborada para um concurso de monografias sobre o Ciclo da Erva Mate, promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi, no ano de 1986. A obra foi classificada em 1º lugar no referido concurso, o que demonstra sua relevância. Nela, Serejo buscou retratar ao máximo as vivências dos trabalhadores, as articulações políticas e outros acontecimentos do período.

Na obra em questão, Serejo ([1986] 2008) faz uma minuciosa descrição sobre a origem da erva-mate, o trabalho empregado para sua produção, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, etc. Logo no início do livro, ao expor como a erva-mate foi “descoberta” pelos jesuítas e exploradores europeus, o autor ressalta as diferenças culturais entre brancos e índios, deixando claro que havia ali um conhecimento que era dominado pelos índios e era objeto de curiosidade por parte dos que ali chegavam.

²⁷ Conforme foi afirmado anteriormente, a obra “Carai” é uma das principais obras de Serejo no que se refere ao Ciclo da Erva Mate. No momento da qualificação, foi sugerido que apenas ela fosse analisada. Devido à sua importância em relação à temática estudada, entende-se que já é possível depreender dela elementos de análise suficientes para contemplar os objetivos estabelecidos na pesquisa.

Era necessário, acima de qualquer outro feito, que se descobrissem os mistérios dessa planta, a que os brancos chamavam erva e os guaranis, do Paraguai e Uruguai, caá. [...]. Data de 1588 o início dos estudos sérios para um melhor aproveitamento da erva, no continente sul-americano. [...]. Entre tantos estudiosos da erva-mate, [...] devemos registrar o infatigável Azara, que anotou em sua obra *Descripción y historia del Paraguay y del Rio de La Plata*, o seguinte: *Los índios silvestres Del Mondai y del Maracayu usaban tomar yerba, y de ellos lo aprendieron los españoles*. (SEREJO, [1986] 2008, p. 11-12, v. 6).

Hélio Serejo afirma que no início havia, por parte dos jesuítas, uma reprovação quanto ao hábito de consumir a erva-mate. Era uma prática condenada. Porém, segundo o autor, ao tomarem conhecimento sobre os efeitos benéficos da planta ao organismo, tal hábito passou a ser aceito.

Os índios que consumiam a erva-mate já conheciam os seus efeitos na vida cotidiana e dominavam a técnica de sua elaboração, embora não dominassem o conhecimento científico sobre a planta, desenvolvido com pesquisas posteriores. Aqui se revelam as diferenças culturais, o que não inferioriza um grupo ou outro, apenas demonstram que diferentes grupos se relacionam de formas diferentes com a natureza, segundo as necessidades que se colocam à sua vida, a partir de suas práticas.

Por se tratar de uma obra que narra, principalmente, as vivências dos trabalhadores ervateiros a partir da experiência do próprio autor, trata-se de uma fonte que revela, tanto pelo seu conteúdo quanto pela sua forma, a influência das questões culturais nas práticas do homem.

O autor demonstra verdadeira admiração pelos trabalhadores da erva-mate, tanto que, ao descrever as inúmeras dificuldades enfrentadas por eles, os denomina de “homens de aço”. Tais dificuldades consistiam na própria resistência que deveriam apresentar na execução do trabalho, durante todo o processo, e nas diferentes funções, além das doenças e animais que os ameaçavam constantemente.

De fato, uma categoria fundamental na obra de Serejo é o próprio trabalho. Ao descrever o trabalho dos “homens de aço”, Serejo descreve a própria identidade desses trabalhadores, sua relação com o mundo e, por sua vez, a própria cultura. Serejo descreve-os como os “heróis anônimos”, buscando evidenciar que o sucesso da atividade econômica se devia ao esforço e dedicação empregados pelos trabalhadores: “Dos punhos de tigre desses homens rudes saía a erva ideal para transpor os mares. [...] Esses admiráveis homens de aço fazem parte da história do mate. Não esmoreciam nunca. Foram gigantes. Foram amigos. Salvaram muitas

ranchadas.” (SEREJO, [1986] 2008, p. 31-32, v. 6). Ao longo da obra, ainda, Hélio Serejo contempla em sua narrativa, as “heroínas dos ervais” (companheiras dos peões) e sua força diante dos “revezes da vida.

Interessante observar a forma pela qual Serejo categoriza as vivências nos ervais. Em cada subtítulo da obra, o autor expõe as diferentes fases da produção da erva e os grupos de trabalhadores que eram envolvidos em cada processo. Em torno de cada grupo estão os conhecimentos e as funções específicos, adquiridos a partir da própria prática, ao mesmo tempo em que o domínio dos instrumentos e das ações pertinentes a cada função decorre de uma capacidade desenvolvida pelo próprio sujeito. Analisando essas questões é que se poderá conhecer como ocorria o processo educativo e como esse constituía a subjetividade desse grupo.

Para a leitura da obra e a identificação das temáticas nela contidas e relacionadas ao presente estudo, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Para tanto, cada texto da obra foi resumido, retirando-se então as respectivas unidades de análise e temáticas. Essa fase inicial compôs uma “planilha de organização”²⁸.

Num segundo momento, a partir das temáticas extraídas, estas foram agrupadas num segundo quadro:

QUADRO 1 - Temáticas – Obra “Carai”

Costumes e crenças	
Trabalho	Organização
	Conhecimento técnico
	Satisfação das necessidades básicas
	Dificuldades
	Ferramentas
Conhecimento	Empírico
	Científico
Empresa	Surgimento
	Organização
	Ascensão
	Dificuldades
	Domínio da região
	Declínio
Migração	Relação com o Estado
	Motivação
Ambiente	Adaptação
	Modificação e ocupação do espaço
	Dificuldades
Crescimento do Estado	Paisagem
	Personagens

Organização: Silva, 2009

²⁸ Essa forma de organização foi extraída, com as devidas adaptações, da dissertação de Maria Alice Alves da Motta, cujo título é “A apropriação da cultura no processo educativo: a constituição do sujeito em Manoel de Barros e Mário Quintana”. O modelo da planilha consta no apêndice C.

Numa terceira etapa, foram trazidos os questionamentos referentes aos objetivos específicos do presente estudo e elaborados novos quadros com as temáticas a eles correspondentes:

QUADRO 2 - “O que Hélio Serejo retrata/revela acerca das relações sociais estabelecidas na área de fronteira?”

1. Relação de trabalho
1.1. Relação com a empresa
1.2. Relação com os pares
2. Processo educativo
2.1. Educação informal
2.2. Educação não-formal
3. Processo migratório
3.1. Motivação
3.2. Adaptação
4. A empresa
4.1. Ascensão, organização e declínio
4.2. Influência política
4.3. Crescimento do Estado
4.4. Domínio da região

Organização: Silva, 2009.

QUADRO 3 - “Que elementos da memória o escritor Hélio Serejo nos oferece para se conhecer a educação dos trabalhadores dos ervais?”

1. O homem e o conhecimento
1.1. Costumes e crenças
1.2. Conhecimento técnico
2. O homem e o trabalho
2.1. Relação com a empresa (exploração, satisfação das necessidades básicas, domínio da região)
2.2. Relação com os pares
2.3. Organização do trabalho (divisão das funções, dificuldades, instrumentos de trabalho, ambiente)

Organização: Silva, 2009.

Como se pode ver, o último questionamento – “Como se constituiu a subjetividade do homem dos ervais por meio da educação ali desenvolvida?” – não compôs um quadro. Entende-se que a resposta a essa questão será evidenciada após se analisarem os elementos acima expostos.

Uma vez agrupadas as temáticas, segundo o questionamento levantado na pesquisa, a discussão será desenvolvida da seguinte forma: 1) No capítulo 2 – “O homem e a fronteira retratados por Hélio Serejo” – aborda-se a relação de trabalho, o processo migratório e a organização da empresa, que são questões contidas na obra do memorialista e dão condições para se analisarem as relações sociais estabelecidas; 2) No capítulo 3 – “O processo educativo dos trabalhadores da erva-mate na obra do memorialista Hélio Serejo” – discute-se como era desenvolvida a educação desses trabalhadores e como se constituiu a sua subjetividade nesse processo.

Cará ervateiro ficou na história. Na história das ranchadas ervateiras. Na brutal e comovente história da erva-mate. A civilização nunca terá meios para destruir seu feito grandioso. Será ele imperecível. (SEREJO, 2008, v. 8, p. 10).

CAPÍTULO II

O HOMEM E A FRONTEIRA NA OBRA DE HÉLIO SEREJO

Antes de expor especificamente a análise sobre o processo educativo, é importante que se apresentem as relações sociais na fronteira no período estudado. Essa discussão contribui para a compreensão de quem foi o homem dos ervais mato-grossenses e, por sua vez, em que condições se desenvolveu a sua educação. Contempla-se, nesse capítulo, uma parte da problematização levantada no início da pesquisa e possibilita-se a elucidação dos demais questionamentos.

No presente capítulo, portanto, discutem-se os elementos que Serejo retrata relacionados à fronteira no período analisado. No primeiro tópico, é feita uma breve exposição sobre a fronteira no período posterior à Guerra da Tríplice Aliança, de modo a evidenciar em quais condições os ervais mato-grossenses passaram a ser explorados²⁹. No segundo tópico, aborda-se sobre a relação de trabalho na fronteira. No terceiro, é discutido o processo migratório dos trabalhadores dos ervais. No quarto, é apresentada a empresa Matte Larangeira, as articulações que a constituíram, o que ela representou para o Estado e os acontecimentos que influenciaram o seu declínio.

2.1 A fronteira sul de Mato Grosso no período estudado

Antes de se discutir as condições em que se encontrava a fronteira sul de Mato Grosso no período estudado, faz-se necessário evidenciar o que se entende sobre essa temática e de que forma ela deve ser compreendida. A fronteira, por se tratar de um espaço em que as trocas culturais e materiais ganham uma maior dimensão e consistir, dessa forma, mais do que num limite, mas numa “zona de contato”, necessita ser entendida como um espaço historicamente constituído, formado por conflitos de interesses, de modo a apreender a sua dimensão política.

²⁹ Entende-se que não é necessário fazer uma exposição densa sobre aquele momento histórico em Mato Grosso, mas apenas na medida que o objeto assim o exige. Desse modo, o referido tópico contribui para situar o leitor sobre a fronteira sul de Mato Grosso no período em que os ervais passaram a ser explorados.

[...] a problemática da fronteira vai muito além de seus aspectos naturais e geográficos, importando muito mais a complexidade dos fatores históricos que explicam a ocupação econômica desse determinado espaço e as implicações políticas daí decorrentes. É dessa forma que devem ser tratadas as fronteiras do continente americano, que apresentam contextos e problemáticas muito diversas das fronteiras em outros pontos do mundo, pela especificidade de seus processos históricos. (CORRÊA, 1997, p. 44-45)

Segundo Corrêa (1997), devido ao processo de colonização, as fronteiras da América Latina apresentam uma particularidade, já que a sua constituição não dependeu apenas de uma expansão interna, mas também recebeu uma influência externa. “Nesse sentido é que se pode compreender a fronteira do Sul mato-grossense como parte integrante de um processo global de formação de fronteiras no continente americano.” (CORRÊA, 1997, p. 45). Ao fazer tal discussão, a referida autora reforça a necessidade de se conhecer a constituição das fronteiras na sua articulação com o movimento do capitalismo.

[...] a dimensão regional deve ser compreendida através da sua articulação com mercados inter-regionais e externos, estes compreendidos pela região platina, pressupondo a diversidade de relações internacionais com o Paraguai, com a Argentina, com a Bolívia e com o Uruguai. Tal articulação não é apenas espacial, mas, sobretudo, econômica: Mato Grosso inseriu-se na economia mercantil exportadora que, grosso modo, predominou em todas as ex-colônias americanas em estreita vinculação ao mercado mundial emergente nessa época. Em consequência, Mato Grosso, também, fez parte das relações de poder e da luta pela hegemonia do continente. (CORRÊA, 1997, p. 174-175).

Quanto à configuração das fronteiras na Bacia do Prata, a autora afirma que, na segunda metade do século XIX, estas não foram definidas apenas por mediações e arbitragens internacionais, para a solução de conflitos entre Brasil e Argentina – passando pelo Uruguai e pelo Paraguai –, mas também pela tendência da fase imperialista que consistiu na partilha e incorporação econômica e territorial, o que acabou por definir posições entre ricos e pobres, dominantes e dominados, industrializados e periféricos. A autora também cita o aparecimento dos Estados Unidos como potência capitalista, o que completou o cenário para o embate imperialista e dividiu o globo em “áreas de influência” (CORRÊA, 1997).

A exploração dos ervais na região sul de Mato Grosso fez parte de um movimento expansionista interno, que consistiu, conforme defende Corrêa (1997), num processo de ocupação e conquista das fronteiras internas da Bacia do Prata

devido à dinamicidade do mercado exportador-importador. Nesse movimento, houve a geração de economias monoculturais e extensivas “vulneráveis devido à falta diversificação e sujeitas aos altos e baixos inerentes a essas atividades e, ainda, dependentes de circunstâncias externas (por exemplo, de variações de preços em mercados internacionais) ou ambientais (enchentes ou secas extraordinárias).” (CORRÊA, 1997, p. 181-182).

Ainda segundo a autora, tal movimento alterou o contexto das forças sociais e políticas regionais, já que passaram a ser exploradas terras que antes pouco significavam para o mercado global. Esse processo de incorporação de terras no continente sul-americano, além de ter sido impulsionado pelo desenvolvimento da economia mercantil exportadora, segundo Corrêa (1997), também foi influenciado por pelo menos três outros fatores ligados às relações capitalistas no período:

- 1) **O movimento migratório, tanto interno quanto externo, que redefiniu antigos núcleos populacionais** – No caso da região sul de Mato Grosso, isso se deu de forma lenta e gradual no final do século XIX;
- 2) **A Abolição da mão-de-obra escrava** – Em Mato Grosso, no entanto, houve a exploração do trabalho compulsório – entendido aqui como “todas as formas não oficiais ou legais de escravização de mão-de-obra, trabalhos forçados e trabalho de prisioneiros de guerra” (CORRÊA, 1997, p. 183) – como ocorrera nos ervais;
- 3) **O regime de posse extensiva da terra com a incorporação de terras inexploradas, para a produção em larga escala** - “Uma das conseqüências mais relevantes do regime de latifúndio em Mato Grosso foi a formação de uma elite de proprietários rurais, que passou a atuar na política regional ao lado dos fortes comerciantes dos centros urbanos ao longo dos grandes rios.” (CORRÊA, 1997, p.185). Os conflitos decorrentes da divergência de interesses desses grupos tinham um caráter imediatista, relacionado apenas à manutenção ou mudança dos privilégios no campo político, no que se refere aos cargos administrativos ou ao processo eleitoral. Tal situação caracterizou os movimentos políticos em Mato Grosso no primeiro período republicano. Foi o que ocorreu no caso dos conflitos entre os coronéis do norte e do sul do Estado e do movimento separatista sulino.

O conjunto articulado desses fatores – migração interna e externa, mudanças nas relações de trabalho, regime de grande propriedade rural – explicavam, em suas linhas gerais, o processo de ocupação do Sul de Mato Grosso à semelhança de outras regiões continentais: a implantação de fazendas criatórias nos Pantanais e nos campos de Vacaria, o desenvolvimento da atividade extrativa ervateira, e os problemas

decorrentes do poderoso monopólio da Companhia Matte Laranjeira, a formação de latifúndios e a eclosão de violentos conflitos pela posse da terra entre grandes proprietários, novos posseiros e remanescentes das antigas nações indígenas; o afluxo de ondas pioneiras de ocupação de gaúchos, paulistas, mineiros, goianos, a imigração em massa de paraguaios que fugiam da falta de trabalho e da grande instabilidade política reinante no Paraguai pós-guerra da Tríplice Aliança e o deslocamento de estrangeiros de diversas nacionalidades atraídos pelas oportunidades do intercâmbio fluvial de mercadorias de Mato Grosso pela Bacia do Prata. (CORRÊA, 1997, p. 187).

A autora caracteriza Mato Grosso como uma região fornecedora de produtos exportáveis, com uma expectativa otimista, porém um mercado complementar e periférico. Afirma, no entanto, que a agricultura de alimentos e as manufaturas na região foram medíocres. Aponta a dificuldade que havia para o escoamento das mercadorias, a constante falta de capitais e de força de trabalho, além do contrabando. Mesmo a atuação do Estado para coibir tais irregularidades, por meio das agências fiscais, revelava-se morosa e ineficiente³⁰.

A paisagem da fronteira sul do então Mato Grosso era constituída pelos Pantanais, os Campos de Vacaria e a Zona dos Ervais (CORRÊA, 1997).

Nos vales dos rios Ivinhema, Brilhante e Dourados estendiam-se os ervais nativos, que permitiram a extração da erva-mate mato-grossense, tornando-se famosa e rentável pela sua boa qualidade. Os ervais revestiam também a Bacia do Amambaí e a Serra de Maracaju, aparecendo na paisagem de moitas tropicais ou em áreas de planícies, campos e cerrados, estes últimos conhecidos em Mato Grosso como “Caatins”. (CORRÊA, 1997, p. 25-26).

Como já foi evidenciado nos capítulos anteriores, os ervais mato-grossenses passaram a ser explorados no período posterior à demarcação dos limites com o Paraguai, logo após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Corrêa (1999) define a referida Guerra como um “divisor de águas” no que se refere à ocupação da fronteira oeste de Mato Grosso³¹, pois ainda que a província tenha desempenhado um papel secundário no conflito, passou por mudanças significativas principalmente no setor econômico, por receber, a partir de então, influência direta e decisiva da região do Prata.

³⁰ A precária atuação do Estado na região também favoreceu o domínio exercido pela Companhia Matte Laranjeira, como será explicitado no terceiro tópico deste capítulo, referente à empresa ervateira.

³¹ Segundo Fragoso (1990), em 1872 a região Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso) possuía apenas 2,2% da população brasileira.

Na fronteira, pouca coisa restara do período anterior. Uma área devastada pela guerra e por doenças transformara-se numa “terra de ninguém”, sem a presença efetiva das autoridades governamentais - o que favoreceu o crescimento da violência na região. Brasileiros de várias partes do país e estrangeiros – principalmente paraguaios – lutavam pela posse da terra. Corrêa (1999) afirma que diferentemente do que ocorrera a Corumbá – que teve um direcionamento oficial na definição de suas funções econômicas como entreposto comercial importador e exportador –, a fronteira sul foi ocupada de forma desordenada, principalmente pela existência dos ervais nativos.

No plano político, novos grupos surgiam no sul do Estado e passavam a disputar o poder com as antigas lideranças do norte.

[...] forjaram-se os coronéis fazendeiros e seus peões e camaradas, pequenos agricultores, criadores e comerciantes, bandidos e ervateiros. Estes coronéis da nova frente de ocupação do espaço mato-grossense lutaram durante a Primeira República entre si, pela posse da terra, e contra os grupos oligárquicos do norte, pelo controle político do Estado. (CORRÊA, 1999, p. 34).

A exploração dos ervais nativos mato-grossenses³² foi uma das principais atividades econômicas de Mato Grosso no período compreendido entre o final do século XIX e início do XX, além de ter impulsionado o povoamento e desenvolvimento³³ dessa região. Nos tópicos seguintes essa questão será melhor evidenciada, não apenas ao se discutir o domínio exercido pela Companhia Matte Larangeira, mas também a importância dos trabalhadores dos ervais, sem os quais tal atividade não teria se realizado.

2.2 Relação de trabalho

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a

³² Segundo Corrêa (1997), houve um intenso processo de devastação dos ervais, o que era agravado pela extração clandestina e incêndios criminosos causados por ervateiros independentes, contrários ao monopólio da Companhia Matte Larangeira.

³³ Por “desenvolvimento”, entende-se aqui o processo pelo qual determinada sociedade integra-se às relações do modo de produção capitalista. Conforme foi explicitado no capítulo introdutório dessa dissertação, o capitalismo se manifesta de formas singulares ao redor do globo, nas diferentes nações. Desse modo, tomando-se por referência a fase em que o capitalismo se encontra em um determinado momento histórico, passa-se a entender o “lugar” que determinada região ocupa no conjunto dessas relações.

abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1996, p. 297-298).

Como atividade inerente à condição humana, que consiste na capacidade de transformar a natureza em proveito próprio, o trabalho é uma categoria central para se conhecer o homem e a sociedade.

Os fenômenos sociais, por sua vez, emergem das contradições da realidade e são determinados pelo modo de produção dominante. A dinâmica do capitalismo consiste na oposição entre os donos dos meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho³⁴. Esse é o antagonismo fundamental das relações, práticas e ideias³⁵ de nossa sociedade.

Ao analisarem a oposição capital x trabalho, Marx e Engels ([1847], 198-, p. 32) evidenciam que o trabalho do proletariado não gera propriedade para este, mas cria o capital, o qual é justamente a propriedade que explora o trabalho assalariado. O proletariado depende do trabalho para sobreviver e este, por sua vez, aumenta na medida em que aumenta o capital³⁶.

Os trabalhadores dos ervais mato-grossenses viram-se na necessidade de vender sua força de trabalho aos capitalistas, recebendo em troca somente o básico para sua subsistência. Eles eram contratados, em sua maioria, no Paraguai e alguns vinham da Argentina. Recebiam um adiantamento, o qual já era gasto, muitas vezes, na própria comemoração que faziam antes de vir ao Brasil (SEREJO, [1986] 2008, p. 128, v. 6).

Não havia, segundo Serejo ([1986] 2008), dificuldade nessa contratação, já que, por um lado, havia falta de trabalhadores brasileiros capacitados para o trabalho

³⁴ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.” (MARX, 1996, p. 285).

³⁵ A consciência do homem se modifica a partir da sua condição de vida, da sua existência social. As ideias, a produção intelectual, se transformam com a produção material. “As idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante.” (MARX; ENGELS [1847] 198-, p. 36).

³⁶ Marx e Engels ([1847] 198-, p. 32) defendem que o capital não deve ser entendido como propriedade pessoal, pois ele é um produto coletivo. Quanto ao trabalho assalariado, o preço pago por este seria o mínimo necessário para que o operário continue a produzir, mantendo sua subsistência.

nos ervais, e por outro, havia disponibilidade, naqueles países, de pessoas para exercer as mais diversas funções.

Podia o interessado escolher à vontade, pois existia peão para toda e qualquer espécie de trabalho: serrador, roceiro, carpinteiro, condutor de arrias, domador, farinheiro e outros. O que mais interessava, entretanto, era peão para o erval. Profissionais da erva. Desde aguatero até monteador. (SEREJO, [1986] 2008, p. 128, v. 6).

Os principais locais onde se fazia a “conchavação”³⁷ eram em Encarnación, no Paraguai, e Posadas, na Argentina. Segundo Serejo ([1986] 2008, v. 6), o que fazia com que os trabalhadores “optassem” pelos ervais de Mato Grosso, ao invés dos paraguaios, era que o pagamento naquele país não compensava.

De onde vieram esses peões e por quê? Vieram, quase todos, da República do Paraguai, em dezenas e dezenas de levas, porque não estava compensando o pagamento na zona ervateira guarani. Ainda outros vieram (e em número elevado) como fugitivos de uma revolução derrotada. Dada a violência política reinante no país, foram os vencidos considerados *personas* não gratas e em consequência da situação dramática, outra saída não encontraram a não ser a marcha penosa e aflitiva, em busca das fronteiras do Brasil, onde, no extremo sul, existiam em grande quantidade riquíssimos ervais nativos. (SEREJO, [1986] 2008, v. 6, p. 19).

O grande contingente de trabalhadores paraguaios disponíveis deveu-se, segundo Corrêa (1999), aos seguintes fatores:

A difícil recuperação econômica do Estado paraguaio, esfacelado com a guerra, contribuiu para a existência de contingentes populacionais ociosos na fronteira, que, sem outra alternativa de sobrevivência, enveredaram-se pelo banditismo ou sujeitaram-se aos rigores do trabalho ervateiro. Além disso, a partir de 1887, quando foram criados no Paraguai os partidos Colorado e Liberal, a radicalização política daí decorrente, que provocou revoluções e perseguições aos adversários, motivou também uma intensa mobilização de paraguaios através da fronteira. (CORRÊA, 1999, p. 40-41).

Segundo Serejo ([1986] 2008, v. 4, p. 79), a rivalidade entre os partidos Colorado e Liberal estendia-se até os ervais, sendo que o primeiro formava uma legião de trabalhadores.

³⁷ A “conchavação” é o termo usado por Serejo para designar o processo de contratação dos trabalhadores para os ervais, os quais, já de início, recebiam um adiantamento do pagamento e logo se endividavam.

O ódio existente e dominante em todo o território paraguaio se prolongava até os ervais, dentro das ranchadas, nas monteadas, nos bailes, nas festanças religiosas e até mesmo na hora sagrada da tembiú³⁸. Nesse momento, invariavelmente, duas filas se formavam dividindo os dois partidos.

Havia um deslumbramento pela “pujança da empresa”. Vinham, então, pessoas de todas as idades³⁹. Homens e mulheres.

[O trabalho surgira] Primeiro, na entrada dos caatins e depois nos cafundós da mata, no verdadeiro inferno verde da ambicionada aquífoliácea, esperança de todos: dos patrões que viviam em Campanário, Guairá, Conceição, Posadas e Buenos Aires, e da peonada que veio e ficou para escrever com seu sangue, seu suor e suas lágrimas, uma das páginas mais dramáticas, repletas de bravura, desprendimento e resignação da história grandiosa, referente ao povoamento do extremo sul de Mato Grosso, a região ervateira principalmente, que a todos enfeitiçava. (SEREJO, [1986] 2008, v. 6, p. 71).

Ao chegarem, trabalhavam em ranchadas distantes umas das outras, o que, segundo o autor, dificultava a formação de comunidades. Alguns deles não se adaptavam ao ambiente. Os que se adaptavam ao ofício relacionavam-se como “irmãos”, segundo Serejo ([1986] 2008, v. 6), ajudavam-se. Quando adoeciam, ou recebiam tratamento nas próprias ranchadas, por meio do conhecimento das “nhás” com suas folhas, frutos, raízes e rezas, ou, nos casos mais graves e urgentes, eram mandados a um hospital em Campanário⁴⁰.

A Empresa Mate não se descuidou do setor de assistência social, pois montou, em Campanário, um hospital que mereceu sempre referências elogiosas de visitantes e autoridades. Desempenhou, sem dúvida, papel relevante, no atendimento a doentes, inclusive nos casos cirúrgicos considerados graves e urgentes.

[...]

Impossível, no campo social, mormente nas longínquas ranchadas ervateiras, obrar-se milagres. Dependiam todos das folhas, raízes e frutos milagrosos e das preces fervorosas a *Diós*. Era só ter paciência e fé, nos dias de grande angústia... (SEREJO, [1986] 2008, v. 6, p. 21).

A escassez de trabalhadores brasileiros especializados nas atividades ervateiras, somada ao endividamento logo no momento da contratação, fazia com

³⁸ Alimento.

³⁹ A questão específica sobre a migração é abordada no tópico seguinte 2.2, “Processo migratório”.

⁴⁰ A dificuldade de acesso a esse hospital era um agravante. Na maioria das vezes, os acidentados ou adoentados só podiam mesmo contar com os conhecimentos das “nhás”, que no seu respeitado ofício salvaram muitas vidas, como se pode ler em várias obras de Serejo.

que os patrões assegurassem a permanência destes no local a partir desse acúmulo de dívidas (CENTENO, 2007, p. 146).

Desse modo, ainda que aparentemente o trabalho por contrato representasse uma maior liberdade, já que não havia um vínculo permanente com um patrão específico – como no caso do trabalho assalariado –, a forma como era organizado acabava sujeitando os trabalhadores e tornando-os cativos, pois dificilmente suas dívidas eram liquidadas.

Os mineiros que se alistavam nos ervais arrendados pela Companhia não conseguiam jamais escapar do jugo da empresa. A comissaria (armazém), de propriedade da própria Companhia, fornecia alimentos, roupas e outras mercadorias a serem descontadas nos salários e por mais que trabalhasse o mineiro não conseguia pagar a sua dívida. [...]

Como o ganho era contado pelo volume de arrobas transportadas, o ervateiro acabava trabalhando até o limite de suas forças, engrossando o pescoço e enriquecendo a Companhia. Por isso, uma prática nos ervais, que muitas vezes se transformou num bom negócio, consistiu em entregar a própria mulher (esposa ou companheira) como pagamento de dívidas. (CORRÊA, 1999, p. 64-65).

Segundo Serejo ([1986] 2008, v. 6, p. 38), os raídos⁴¹ pesavam entre 150 e 250 quilos⁴². O mineiro⁴³, segundo o autor, deveria ter muito equilíbrio, já que ao cortar as folhas, ficava a seis metros de altura e sustentado em galhos fracos. Ao conduzir o raído, deveria fazê-lo com destreza, já que um passo em falso poderia lhe romper algum órgão. (SEREJO, 2008, v. 1, p. 236-238).

Quanto à prática de entregar a própria mulher para saldar dívidas, há vários textos em que Serejo fala sobre tal situação. No texto “*La cuenta*”, o autor narra um evento no qual um peão queria voltar ao Paraguai, porém tinha uma conta alta ainda a ser paga. Um mineiro que acabara de chegar dos ervais paraguaios, porém, assumiu seus débitos em troca da esposa do outro, que assim pode voltar à sua terra.

O autor afirma que poucos eram os que conseguiam saldar suas dívidas: “Caso raro, raríssimo mesmo, nos ervais, um peão com *haber*, na caderneta. Mas... o impossível também acontece.” (SEREJO, [1986] 2008, p. 122, v. 6). Serejo ([1986]

⁴¹ Carga de folhas que o mineiro traz às costas.

⁴² O autor chega a afirmar que meninos de treze ou quatorze anos chegavam a carregar cem quilos. Mineiros adultos, por sua vez, chegavam a carregar cerca de trezentos quilos. (SEREJO, 2008, v. 9, p. 278).

⁴³ “[...] homem que faz o corte das folhas da erva-mate. Um profissional de respeito sempre. Sobe até seis metros de altura, mantendo equilíbrio perfeito. É o mesmo mensu. É o elemento chave em todas as organizações ervateiras. Sem o mineiro, peão especializado, não há produção de erva-mate. Ele é como seringueiro, um homem adestrado para uma função extremamente delicada.” (SEREJO, 2008, v. 9, p. 273).

2008, v. 6) afirma que os que não produziam o suficiente para saldar suas contas na “caderneta” também ficavam sem trabalho e desmoralizados, obrigados a retornar ao seu país de origem. Quanto àqueles que, por iniciativa própria, tinham a intenção de deixar os ervais, Corrêa (1999, p. 65-66) afirma:

Para o ervateiro restava apenas a alternativa da fuga para libertar-se das cruéis condições de trabalho impostas pela Companhia. A fuga, porém, era considerada como o maior crime que poderia cometer um ervateiro, sendo a sua prática jamais tolerada e os fugitivos, castigados exemplarmente. Os que não morriam fuzilados pelos capangas retornavam amarrados e sucumbiam sob a surra de chicote. Este mesmo castigo era também aplicado aos ladrões de erva que ousavam trabalhar como clandestinos nos ervais da Companhia.

Sobre o esforço dos trabalhadores para o cumprimento dos contratos, cabe um trecho emblemático da obra de Serejo ([1986] 2008, p. 32, v. 6):

Acompanhei os passos de inúmeros deles. Não os olvidarei jamais. Foram amigos valorosos, quando *uno contrauto* precisava ser cumprido, custasse o que custasse, para que não fosse manchado o nome do patrão ou do habilitado zeloso.

Viviam o drama do apronto, como se fossem, em verdade, os donos do compromisso. Só exigiam que a ranchada tivesse provisão suficiente... e fumo pra comer, canha aos domingos, *soó piru* (carne magra, seca), *sardina* (sardinha) e *leche conversado* (leite condensado).

Pode-se notar, nesse trecho, a questão já levantada anteriormente sobre o que o trabalhador recebe ao vender sua força de trabalho – apenas o mínimo necessário para sobreviver e continuar trabalhando. O valor da força de trabalho é determinado pelo “elemento físico” – os artigos de primeira necessidade e os limites da força física – e o “padrão de vida tradicional em cada país” – que corresponde às condições históricas e sociais.

[...] há certos traços peculiares que distinguem o **valor da força de trabalho** dos valores de todas as demais mercadorias. O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social.

Seu **limite mínimo** é determinado pelo **elemento físico**, quer dizer — para poder manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade, absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O **valor** desses meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do **valor do trabalho**. Por outra parte, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximos, se bem que sejam muito elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador. Se o esgotamento diário de suas energias vitais excede um certo grau, ele não poderá fornecê-las outra vez, todos os dias. Mas, como dizia, esse limite é muito

elástico. Uma sucessão rápida de gerações raquíticas e de vida curta manterá abastecido o mercado de trabalho tão bem como uma série de gerações robustas e de vida longa.

Além desse mero elemento físico, na determinação do valor do trabalho entra o **padrão de vida tradicional em cada país**. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens. [...].

Esse elemento histórico ou social, que entra no valor do trabalho, pode acentuar-se, ou debilitar-se e, até mesmo, extinguir-se de todo, de tal modo que só fique de pé o **limite físico**. (MARX, 1996, p. 114-115).

Como se observa no relato de Serejo ([1986] 2008), apesar do esforço físico despendido nas diferentes funções e dos riscos que corriam diariamente, os trabalhadores recebiam apenas o estritamente necessário para se manter. Pode-se afirmar que o seu “padrão de vida” pouco exigia de seus patrões. O que determinava, portanto, o valor de seu trabalho, eram somente os elementos físicos, as necessidades naturais.

As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres. (MARX, 1996, p. 288-289).

Do trecho da obra de Serejo ([1986] 2008) acima analisado, ainda se pode extrair outra discussão: apesar das precárias condições de vida enfrentadas, os trabalhadores se empenhavam como se fossem os “donos do compromisso”, ou seja, não havia neles a consciência de sua exploração. Havia, sim, uma dependência, uma necessidade de vender sua força de trabalho, ainda que o seu trabalho beneficiasse, efetivamente, apenas os seus patrões.

Quanto ao conhecimento técnico, Serejo afirma, no texto “Os heróis anônimos” que “Quase todos, além de mineiros, atacadores e barbaquazeiros, conheciam as diversificações do duro ofício, o que facilitava a entrega da erva [...]” (SEREJO, [1986] 2008, p. 31, v. 6). O autor acrescenta que, devido a esse conhecimento, eles tinham “[...] plena noção de quanto valiam aquelas mãos tomadas por calos duros e aqueles braços feitos de nervos de aço [...]” (SEREJO, [1986] 2008, p. 31-32, v. 6).

O autor expõe as diferentes funções que envolviam o trabalho, como a de reconhecer as áreas com ervais, extrair, conduzir, secar, bater, ensacar e armazenar as

folhas, transportar pelas carretas e embarcações. Sobre esse domínio do conhecimento técnico, Centeno (2007, p. 56-57) afirma:

[...] o trabalho nos ervais era manufatureiro, forma histórica que ainda contava com trabalhadores que dominavam sua especialidade. Era trabalho parcial, mas dependente do conhecimento e da habilidade de cada trabalhador especializado em face das operações que lhe correspondiam. Esse domínio teórico-prático do processo de trabalho foi um importante recurso para que os trabalhadores criassem e impusessem certas resistências, tais como o horário para o tereré e um ritmo mais lento em certos momentos do processo de trabalho. Os hábitos descritos por Serejo eram manifestações culturais do trabalhador fronteiriço, hábitos esses ligados ao tipo de trabalho desenvolvido na região.

A autora afirma ainda que os trabalhadores eram considerados importantes por serem herdeiros da “tradição guarani”⁴⁴. Bem, aqui se observa uma característica daquelas relações de trabalho: Os trabalhadores já obtinham o conhecimento específico de sua função antes de serem contratados, ou iam aprendendo no cotidiano, uns com os outros. Não havia, por parte dos patrões, a necessidade de proporcionar essa formação.

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força

⁴⁴ No título “Origem”, na obra “Carai”, o autor fala sobre o consumo da erva-mate pelos povos indígenas pré-colombianos e os efeitos que esse consumo desencadeava, assim como o contato inicial dos colonizadores e jesuítas com essa planta. Os conquistadores luso-espanhóis, segundo Serejo, teriam apresentado grande curiosidade pela planta e, como entre seus efeitos estaria tornar os índios belicosos, acabou por ser condenada, principalmente pelos jesuítas. Posteriormente, no entanto, com o avanço dos estudos sobre a erva-mate, seu consumo acabou por ser recomendado pelos próprios jesuítas. Segundo Serejo, o início dos estudos sérios sobre a planta data de 1588, sendo que em 1618 já se tinha conhecimento sobre a força que o consumo da planta provocava nos silvícolas, permitindo que estes carregassem braçadas de folhas às costas por longos e ásperos caminhos, até a margem do rio, ponto de embarque. Serejo menciona as diferentes denominações atribuídas ao mate: *matin*, erva-mate, chá-de-paraguai, chá-dos-jesuítas, erva-do-diabo, *yerba santa* e *caá*. Segundo Serejo, o interesse pela planta cresceu assustadoramente quando se descobriu que era possível a produção de um tônico, a partir de sua folha batida, picada e queimada. Inicialmente, o consumo da planta se dava ao quebrar as folhas da planta com as próprias mãos e mascá-las. Posteriormente, estas passaram a ser consumidas no chá, no chimarrão e no tereré, sob aprovação da Companhia de Jesus. Serejo afirma que os jesuítas não apenas aprovavam esse consumo, como trabalhavam sem descanso para aumentar seu plantio em Missões e vender a produção a Buenos Aires. No entanto, segundo o autor, a erva por eles produzida não tinha a mesma qualidade daquelas produzidas pelos guaranis, que constantemente aprimoravam suas técnicas de produção. (SEREJO, [1986] 2008, v. 6).

Embora o processo de elaboração da erva-mate tenha sofrido modificações e os trabalhadores dos ervais não adotassem a técnica original dos grupos indígenas, entende-se que esse conhecimento carregava elementos da cultura guarani, pois parte-se da compreensão de que a cultura é também modificada historicamente. Nesse sentido, a manufatura trouxe tais modificações, mas as técnicas empregadas também eram constituídas pelos conhecimentos trazidos da tradição guarani. Tal questão é evidenciada quando Serejo (2008) fala sobre a qualidade do produto que contribuiu para o crescimento da Companhia, ou sobre o vocabulário utilizado nos ervais, para designar as funções e as ferramentas que compunham o processo de trabalho.

de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram portanto no âmbito dos valores gastos para a sua produção. (MARX, 1996, p. 289).

O que se vê, portanto, é que esse domínio teórico-prático dos trabalhadores não representava um custo⁴⁵ significativo para os seus patrões.

Ainda em relação à fragmentação do conhecimento técnico decorrente da divisão do trabalho⁴⁶, cabe uma afirmação de Marx (1996, p. 475): “Na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, portanto, do capital em força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais”. O domínio parcial do processo produtivo, por parte do trabalhador, implica na sua desvalorização. Quanto menos complexa for a sua função, maior o seu empobrecimento.

Apesar dessa simplificação, ainda há, por parte do trabalhador, certo domínio técnico.

Essencialmente manual (não-mecanizado), o trabalho ainda depende, em grande parte da habilidade e da força do produtor direto. O instrumental de trabalho não sofreu grandes alterações em sua concepção básica, ainda que tenha sido aperfeiçoado e adaptado às operações parcelares. (NOGUEIRA, 1993, p. 96).

O que ocorre, dessa forma, é que, ainda que tenha perdido o domínio absoluto do processo de trabalho, o trabalhador individual ainda domina os procedimentos específicos de sua função. Esse processo ainda representa um obstáculo à expansão da acumulação, pois a extração de sobre-trabalho ainda se baseia fundamentalmente na mais-valia absoluta e em formas diretas de imposição da disciplina.

Durante o período manufatureiro propriamente dito, isto é, o período em que a manufatura era a forma dominante do modo de produção capitalista, a plena realização de suas tendências se choca com obstáculos de diversas naturezas. Embora, como vimos, ela criasse ao lado da graduação hierárquica dos trabalhadores uma divisão simples entre trabalhadores

⁴⁵ “Ora, qual é o custo de produção da própria força de trabalho? É o custo necessário para conservar o operário como tal e educá-lo para este ofício.” (MARX, 1982, p. 79).

⁴⁶ A referência aqui é à divisão manufatureira do trabalho, ou seja, àquela que ocorre dentro da oficina. Ver Marx (1996, p. 466-473) e Fernández Enguita (1993, p. 111-112).

qualificados e não qualificados, o número dos últimos fica muito limitado em virtude da influência predominante dos primeiros. Embora ajustasse as operações especiais aos diversos graus de maturidade, força e desenvolvimento dos seus órgãos vivos de trabalho e portanto induzindo a exploração produtiva de mulheres e crianças, essa tendência malogra geralmente devido aos hábitos e à resistência dos trabalhadores masculinos. Embora a decomposição da atividade artesanal reduzisse os custos de formação e portanto o valor do trabalhador, continua necessário para o trabalho de detalhe mais difícil um tempo mais longo de aprendizagem, e mesmo onde este se tornava supérfluo, os trabalhadores procuravam zelosamente preservá-lo. [...]. Uma vez que a habilidade artesanal continua a ser a base da manufatura e que o mecanismo global que nela funciona não possui nenhum esqueleto objetivo independente dos próprios trabalhadores, o capital luta constantemente com a insubordinação dos trabalhadores. (MARX, 1996, p. 481).

Como já foi afirmado, os trabalhadores dos ervais traziam consigo o conhecimento da elaboração da erva. Alguns sabiam inclusive sobre as demais funções. Sendo assim, apesar da desvalorização de sua força de trabalho, eles usufruíam do conhecimento que detinham, dentro das suas limitações, para manter alguns hábitos de sua cultura.

Falar-se em coisas dos ervais olvidando as festas da semana santa e de *Nuestra Señora (La Virgen de Los Milagros)* é cometer-se uma falha *imperdonable e una ofensa ao devoto peón de los yerbales*.

Espera pela semana santa com uma sofreguidão indizível. Emprega esforço supremo para *disminuir la cuenta e obtener permisión para salir a fuera e festejar el santificado...* Nem sempre realiza esse desejo. Pagar conta alta é tarefa sempre difícil. Não pagando, fica... é a inflexível lei dos ervais.

[...]

Outra festa que o empolga é o 8 de dezembro. Dia de Nossa Senhora, *La Virgen de Los Milagros*. Nesse dia a *fiesta* pode ser na própria ranchada, porque será uma festa de rezario [...]. (SEREJO, [1986] 2008, v. 6, p.24-25).

Os momentos de folga, as festas, faziam parte do cotidiano dos trabalhadores, mas também estavam limitados, como Serejo ([1986] 2008) evidencia, de acordo com a produtividade. Por outro lado, essa resistência⁴⁷ consistia também num obstáculo aos patrões. Ao se referir às rodas de tereré, Serejo (2008, v. 5, p. 197), afirma:

⁴⁷ O termo “resistência” é aplicado aqui com ressalvas. Não se tratava de uma resistência que impedisse a manutenção daquelas relações de trabalho. No entanto, considera-se que aquele grupo de trabalhadores não estava completamente submetido à empresa ervateira, pois mantinham elementos próprios de sua cultura e usufruíam de seus conhecimentos para interferir no seu dia a dia, no exercício das diferentes funções que compunham o trabalho nos ervais.

Disseram já, e é verdade, que o tereré, refrescante, é o abraço de quatro nações amigas: Paraguai, o grande líder no uso, Uruguai, Argentina e Brasil. Afirmativa sem *contestación*. Esta bebida *crioja*, em qualquer um desses pagos, significa emotivamente: descanso, hora de meditação, amizade, troça, parceria para trabalho, alegria e, algumas vezes... troca de idéia para a fuga temerária.

Os momentos dedicados às rodas de tereré, portanto, não eram apenas uma pausa na execução das tarefas. Embora o autor afirme que a distância entre as ranchadas impedia a formação de comunidades, havia momentos em que os trabalhadores se reuniam e estabeleciam vínculos, constituindo-se num grupo com interesses comuns, havendo até mesmo a possibilidade de planejarem fugas.

O empenho dos trabalhadores paraguaios na execução de suas tarefas é apontado por Serejo como uma característica da própria personalidade deles:

Esta era, no geral, a personalidade do peão de erval: a inércia ou tudo aquilo que dependia de retenção de movimentos, não lhe agradava. Descendente de uma raça guerreira, afeito às lutas revolucionárias, preferia os entreveros dos jeroquis⁴⁸, do que o comodismo enervante. (SEREJO, [1986] 2008, v. 6, p.44-45).

Ao fazer tal afirmação, o autor deixa de considerar que o esforço ao qual os trabalhadores se submetiam não era uma questão de opção, mas de necessidade, já que, como se discutiu anteriormente, o trabalho nos ervais era a alternativa que surgira à precária situação em que se encontravam em seu país. Por outro lado, esse trecho da obra de Serejo ([1986] 2008) permite que alguns preconceitos relacionados aos paraguaios sejam quebrados, evidenciando a importância do seu trabalho na história de Mato Grosso do Sul.

Seguindo com os relatos de Serejo ([1986] 2008), este menciona, ao longo da obra, algumas modificações nas técnicas empregadas, principalmente para a condução da erva-mate, mas ressalta que as dificuldades ainda perduravam. Além dessas dificuldades, inerentes ao próprio trabalho, o autor descreve os desafios que o próprio ambiente hostil apresentava, como os animais selvagens e transmissores de doenças (escorpiões, aranhas, besouros, mosquitos, carrapatos).

O autor relata ainda que alguns trabalhadores se dispunham a fazer qualquer tipo de serviço, inclusive roubar erva de outras ranchadas, a pedido do patrão. Tais tarefas muitas vezes custavam a própria vida dos que se arriscavam a desempenhá-

⁴⁸ Bailes.

las. A violência⁴⁹, questão muito presente nos relatos de Serejo (2008), também envolvia assassinatos pela disputa por faixas de terra. Há que se considerar, ainda, a violência dos patrões contra os próprios trabalhadores (CENTENO, 2007, p. 147). A autora faz uma análise do modo como Serejo aborda a questão da violência em sua obra:

Hélio Serejo denunciou [...] a violência contra trabalhadores. Não poupou detalhes na descrição do sofrimento, sobretudo dos ervateiros. Em termos de volume e de minúcias de informação, supera Puiggari. Mas a sua crítica é marcada por alguns limites, decorrentes da própria origem de classe. Ele fazia parte da fração pequeno-burguesa ligada à produção da erva-mate, inteiramente dependente da empresa monopólica. Fruto dessa dependência, sua condição de pequeno proprietário não permitiu uma crítica mais incisiva à Companhia Matte Larangeira. (CENTENO, 2007, p. 231).

Prosseguindo com sua análise, a autora afirma que, embora Serejo apresente uma visão crítica sobre o poder econômico na fronteira, não faz uma análise radical dos determinantes econômico-sociais.

A violência na fronteira foi causada pelas próprias condições materiais que marcaram a sua ocupação e a sua colonização, associadas ao arrendamento de grandes extensões de terras pela Companhia Matte Larangeira e à imposição do trabalho compulsório, de início, à luta desigual pela posse da terra, em seguida, e à expropriação indígena. As causas da violência não foram analisadas em seus fundamentos, não foram buscadas, decididamente, nas relações de produção, nem referidas à luta de classes. A cisão e o antagonismo entre capital e trabalho geravam a violência. (CENTENO, 2007, p. 231).

Por fim, sobre a relação de trabalho, uma característica importante que vale ressaltar da obra de Serejo ([1986] 2008) é justamente a preocupação em ir além do relato sobre a empresa Matte e seus proprietários. Sem deixar de fazê-lo, busca dar destaque ao papel do “carai ervateiro”, ainda que sem a análise radical dos seus determinantes. Após relatar sobre Thomaz Larangeira e a empresa Matte, o autor dá destaque àqueles que estiveram, direta ou indiretamente, ligados às atividades nos ervais e sua importância para a própria formação do Estado:

⁴⁹ Corrêa (1999, p. 43) afirma que a precária atuação do Estado na fronteira fazia com que os próprios fazendeiros se organizassem e eliminassem os bandidos. “[...] as leis, os códigos morais da sociedade e a ação do governo, que pressupunham a manutenção da ordem, da segurança individual e da tranquilidade pública, adquiriram na fronteira um alto nível de abstração e relatividade.”

Carai ervateiro, diretamente ligado à Mate ou produzindo por conta própria, foi, indubitavelmente, o grande herói dessa epopéia gigantesca. Ele, o carai ervateiro – mineiro, atacador, comissário, balanceador, *mayordomo*, cancheador, chasque, aguatero, habilitado, monteador, provistero, mbureador, barbaquazeiro, capataz, arrieiro, conchavador, *mitã-i*, mensualeiro, *mitãrusu*, *mitã-karaiá-y*, *mboeva*, maquinero, uru, acierrero, alçaprimero, carretero, cuestero, perchelero, cunhataí, as cunhãs de todas as idades, as incomparáveis heroínas dos ervais brasileiros, paraguaios, argentinos e tantos outros, abrindo milhares de quilômetros de excelentes estradas, construindo pontes, pontilhões, aterros, empaliçados, ranchadas, galpões, depósitos, imensas picadas na mata virgem, tapê-hacienda, tape-poí, tape-guaçu, piques infindáveis, erguendo vaqueria, montando acierreria, fazendolas, fábricas de rapadura e farinha de mandioca, abrindo bolichos nos pontos de passagem forçada, contribuíram, decisivamente, na formação do Estado de Mato Grosso do Sul. Não há como negar isso. (SEREJO, [1986] 2008, p. 73-74, v. 6).

Ao final de sua obra, Serejo ([1986] 2008) expõe a importância do peão paraguaio e da mulher guarani que enfrentaram inúmeros desafios, sofreram, mas contribuíram para o enriquecimento de muitos e para o povoamento do sul do Estado. “Ambos derramaram o seu próprio sangue e tiveram as faces empapadas pelo suor, mas não o fizeram em vão, porque abriram a senda para que, por ela, um dia, mais comodamente, avançasse a civilização.” (SEREJO, [1986] 2008, p. 155, v. 6).

Nesse e em outros trechos da obra do autor nota-se certa visão ufanista em relação ao grupo de trabalhadores. Por outro lado, reconhece-se que Serejo buscou registrar a importância dos homens e mulheres que, apesar do grande esforço e dos desafios que enfrentaram durante suas vidas, têm pouco reconhecimento na historiografia e na memória dos sul-mato-grossenses. Ao mesmo tempo em que se sabe que nenhum grupo social constrói, sozinho, a história de um estado – como dá a entender o trecho em questão –, também é preciso considerar que, por se tratar de uma obra memorialística, cujo conteúdo é predominantemente dedicado aos trabalhadores, a intenção do autor foi transmitir aos seus leitores, ao máximo, a sua visão sobre suas vivências de importância desproporcional aos registros que ficaram.

O que se depreende, das memórias do autor sobre as relações de trabalho, é que embora não haja, em sua obra, uma crítica radical à exploração, há o reconhecimento e a exposição dos sofrimentos enfrentados pelos trabalhadores e da importância deles para a atividade econômica desenvolvida nos ervais. Há que se considerar, ainda, que apesar do valor do conhecimento que detinham, permaneciam sujeitados às precárias condições de trabalho, ou seja, mesmo sabendo, de uma forma superficial, da importância que tinham no processo, não havia ali condições, tanto no

plano objetivo quanto subjetivo para que se desvencilhassem desse tipo de exploração.

Ao descrever os trabalhadores como “heróis anônimos”, nota-se a intenção do autor em, ao mesmo tempo em que traz à tona as suas dificuldades e importância, também chama a atenção sobre uma característica de muitos trabalhos memorialísticos e historiográficos, qual seja, ressaltar os feitos da classe dominante em detrimento das ações dos trabalhadores, desconsiderando, assim, que a história é construída por todos os homens. Ao se ocultar a real importância do trabalhador nas relações sociais, diminuindo-o a uma mera ferramenta do capital, contribui-se para manter a exploração. Nisso reside a relevância de trabalhos que contemplem essa temática, pois é um dos meios pelos quais estes deixarão de ser “anônimos” e passarão a ter voz na história.

2.3 Processo migratório dos trabalhadores

O caraí ervateiro paraguaio veio de sua Pátria para o início de uma nova vida no eldorado da caá. (SEREJO, [1986] 2008, v. 6, p. 155).

Conforme foi discutido no início do capítulo, o final do século XIX foi significativo no que se refere aos movimentos migratórios. A história de Mato Grosso do Sul – e do próprio país –, por sua vez, evidencia a importância dos migrantes na sua constituição. Segundo perspectiva de Demartini (2004, p. 216):

É preciso considerar que, em algumas sociedades, a imigração é constituinte de sua história, é marca que se torna mais evidente quando os processos migratórios estão em curso, mas que permanece nessa sociedade de recepção; os processos migratórios, se são datados, enquanto entradas de imigrantes, são constituídos por levas de pessoas que carregam consigo as vivências e a cultura da sociedade de origem, as relações com povos distantes, a convivência com um outro Estado, que não o da sociedade de recepção.

A autora acrescenta à sua colocação uma afirmação de Sayad (2000, p. 10 apud DEMARTINI, 2004, p. 216):

Não se pode ignorar a particularidade dos países do Novo Mundo que, em razão de sua história singular, são, por definição, países de imigração e países que, até o momento, apesar de parecerem ter esgotado sua capacidade de receber população, têm uma relação diferente com a imigração, distinguindo-se muito, neste ponto, dos países do Velho

Mundo e, essencialmente, dos países europeus; uma particularidade que faz de toda a sua história, uma história de imigração [...].

O processo migratório marca tanto a sociedade de partida quanto a de adoção. Tanto a ausência como a presença tem seus efeitos, cuja intensidade depende da forma como se dá o contato (SAYAD, 2000, p. 14 apud DEMARTINI, 2004, p. 216).

Sobre a ocupação da fronteira oeste de Mato Grosso, Corrêa (1999, p. 35) afirma:

Além [da demarcação dos limites com o Paraguai], diversas foram as motivações que levaram à ocupação da fronteira oeste. A reocupação da região de Corumbá, por exemplo, através da utilização do rio Paraguai, sofreu uma decisiva interferência dos interesses da Corte brasileira. Por outro lado, na região mais ao sul, a atração que motivou correntes migratórias de gaúchos, mineiros e paraguaios encontrava-se nos extensos ervais nativos e nos campos próprios à atividade criatória.

Segundo Arruda (1993, p. 44), o período de exploração da erva-mate foi significativo para o processo migratório na história de Mato Grosso do Sul. O autor afirma que a origem desses “[...] trabalhadores e seu saber-fazer trouxeram certas características culturais para a região ervateira e, portanto, para Campo Grande.” (ARRUDA, 1993, p. 45).

Essa influência compreende o próprio idioma guarani naquelas regiões: “A preservação do idioma foi um dos meios utilizados pelos trabalhadores para se defenderem da Matte Larangeira, preservando o seu fazer.” (ARRUDA, 1993, p. 45). O autor destaca que o idioma era visto como um obstáculo à disciplina capitalista no início do Século XX, pois os trabalhadores paraguaios tinham sua própria concepção de trabalho e de utilização do seu tempo (isso ocorria com as demais categorias de trabalhadores paraguaios, não apenas os dos ervais). Tinham em seus hábitos momentos de folga, de festas, feriados, etc. Empregavam seu idioma nos instrumentos de trabalho, ranchos, tipos de erva, o que obrigava que seus *patrons* também aprendessem a língua.

A cultura guarani era encarada como um obstáculo também ao processo de “civilização”⁵⁰. Essa questão já foi discutida nos tópicos anteriores. Apesar das

⁵⁰ “À época do Estado Novo e do movimento designado Marcha para o Oeste, o proselitismo realizado por essas obras encontrou um ambiente propício à sua difusão. Movido pela preocupação de nacionalizar a fronteira, Melo e Silva divisou o “mestiço guarani” como o inimigo a ser atacado. Tipo

providências da empresa para mudar essa situação, os trabalhadores, por dominarem o saber-fazer, acabavam tomando sua cultura como uma forma de resistência. Mantiveram muitos de seus costumes, que passaram aos seus descendentes e acabaram por influenciar a cultura do Estado.

Corrêa (1999, p. 43) caracteriza o homem da fronteira sul como uma “[...] mescla de costumes indígenas, paraguaios e gaúchos, falando uma língua de fronteira em que se entrelaçavam o português, o regionalismo gaúcho, o guarani e o castelhano.” Sobre o processo migratório e sua implicação para a identidade, vale expor o que defende Lang (1999, p. 1):

O imigrante carrega consigo a identidade forjada pelo processo de socialização no país de origem. Sob as novas condições em que irá viver, em outra realidade, esta identidade irá se reconstruir. Não se rompem, contudo, os elos que ligam o imigrante ao país de origem, elementos constitutivos de sua identidade.

Como afirmado anteriormente, foi a precária situação em que se encontravam os trabalhadores paraguaios em seu país, após a guerra, que os fez se deslocar para Mato Grosso, submetendo-se aos perigos do ambiente e à dificuldade do próprio ofício. Os “patrões” não tinham dificuldade de “conchavar” novos peões.

Tanto em Pedro Juan Caballero como em Ponta Porã residiam muitos conchavadores e, sendo a falta de peão de erval o grande problema para os ervateiros sulinos, os chegantes eram logo contratados. Recebiam o adelanto de praxe e seguiam para os ervais. Iam iniciar uma vida de sacrifícios inenarráveis, num meio hostil, enfrentando a apavorante malária, mil e um perigos e dias e dias de incertezas e desespero. (SEREJO, [1986] 2008, v. 6, p. 20).

A ascensão da atividade ervateira representava a esperança para muitos. Houve, então, uma migração em massa, de homens e mulheres de todas as idades, atraídos pelo “eldorado da erva”. Esse foi, como afirmado, um momento significativo para o próprio crescimento populacional da região sul de Mato Grosso, hoje, Mato Grosso do Sul.

Segundo Centeno (2007, p. 12), os paraguaios começaram a migrar para o sul de Mato Grosso logo ao final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), devido

humano predominante na fronteira, esse mestiço encarnaria todos os vícios: a preguiça, a bebida, a violência e a indisciplina. Exemplo de indisciplina ele via, inclusive, no nocivo hábito do tereré que, mesmo sem autorização do patrão, levava os trabalhadores a interromperem o trabalho, para sorvê-lo, segundo um ritual coletivo, em certos momentos do dia.” (ALVES, 2003, p. 39-40).

à instabilidade que o conflito causou naquele país. Vieram pela fronteira seca e ali constituíram o maior contingente estrangeiro. Muitos deles eram camponeses expropriados de suas terras, que viam, no trabalho nos ervais, a alternativa à sua situação. Ainda de acordo com a autora, muitos eram trazidos à força. Havia, segundo fontes⁵¹ consultadas pela autora, cerca de 3000 paraguaios nos domínios da Matte Larangeira.

[...] um dos efeitos principais da guerra da Tríplice Aliança em solo mato-grossense foi a contribuição da grande migração paraguaia, fenômeno de efeito marcante na formação econômica, social e cultural do Sul de Mato Grosso. Os paraguaios, ao lado dos remanescentes das comunidades que restaram após esse período, representaram os braços da lavoura tão necessários ao desenvolvimento da região Sul e fronteira de Mato Grosso. (CORRÊA, 1997, p. 142).

Segundo Serejo ([1986] 2008, v. 6, p. 71):

Carai ervateiro, em menos de um ano, formou uma legião de quatro mil criaturas, dos mais diferentes tipos, hábitos e costumes. Veio e ficou deslumbrado com a pujança da Empresa Mate, nome pelo qual ficou sendo conhecida até sua extinção.

Velhos, moços e crianças se embrenhavam na selva bruta – enfrentando estoicamente o ambiente hostil – e as ranchadas ervateiras, os trabalhadores foram surgindo aqui e a ali.

Ainda segundo o autor, os peões, em sua maioria, paraguaios, eram conchavados principalmente nas cidades de Posadas, na Argentina e Encarnación, no Paraguai. Havia os que vinham devido ao fato de o pagamento em seu país não compensar, ou eram fugitivos de uma revolução derrotada no Paraguai, que buscara derrubar o governo.

Segundo Serejo ([1986] 2008), muitos não se adaptavam, como os “desordeiros”, “fora-da-lei”, “assassinos” e “desertores do exército”⁵², sendo rapidamente expulsos. Outros, por sua vez, eram expulsos, pois não conseguiam atingir a produtividade suficiente para saldar suas dívidas. Voltavam ao seu país desmoralizados.

⁵¹ O próprio Serejo (2008) apresenta essa informação.

⁵² É importante fazer uma ressalva em relação a essas expressões empregadas pelo autor. Elas refletem uma visão enviesada que desvincula esses indivíduos das determinações históricas. A situação em que se encontrava o Paraguai após a guerra favoreceu o crescimento da violência, assim como as condições que envolveram as relações sociais na fronteira, explicitadas no tópico inicial desse capítulo.

Os que conseguiam se adaptar enfrentavam uma série de dificuldades, tanto no próprio ofício, como com as doenças frequentes, o ambiente hostil e suas precárias condições de sobrevivência, a violência, a distância entre as ranchadas e os problemas de comunicação. Além disso, embora houvesse, segundo o autor, um hospital bem estruturado em Campanário para o atendimento aos casos mais graves e urgentes, na maior parte das vezes o tratamento de que dispunham era com as próprias “nhás”, que tinham conhecimento sobre as plantas que curavam, além da própria fé, uma característica desse grupo de trabalhadores bastante ressaltada pelo autor.

Além do próprio processo migratório e suas implicações, há que se considerar o fato de ser, ali, uma região de fronteira, a qual é marcada justamente pelas constantes trocas culturais e materiais. A concepção de fronteira aqui adotada é que essa não é um mero espaço físico que separa dois países (limite), mas é, principalmente, uma área onde esses países (e suas produções culturais e materiais) interagem. É inserida, aqui, uma afirmação de Pereira (2007, p. 3): “[...] o limite é rígido em contraste com a fluidez da fronteira”.

Uma das questões recorrentes em Geografia Política tem sido sempre a preocupação em delinear e distinguir as definições de fronteiras e limites. Dado que os termos são usados no senso comum alternadamente, Peter Taylor justifica esta necessidade declarando que “fronteira vem da noção de *in front*: ‘em frente’ como a ponta de lança da civilização. Limite vem de *bounds* – ‘limites, fins’, implicando limites territoriais. Fronteira é por isso orientada para fora (exterior) e limite é uma linha de separação definida; a fronteira é uma zona de contato” (Taylor, 1985). (MESQUITA, 1994, p. 69).

Segundo Mesquita (1994), embora vivamos em um mundo transnacionalizado⁵³, com uma economia cada vez mais globalizante, as fronteiras não deixam de existir, mas nessa interação global ela é entendida justamente em “[...] seu significado como zona de contato, portanto, de permeabilidade e intercâmbios.” (MESQUITA, 1994, p. 70).

⁵³ “As demarcações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio e o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que lhes correspondem.” (MARX; ENGELS, [1847] 198-, p. 35).

Analisando a concepção de fronteira na sua relação com outros conceitos⁵⁴, como o de divisa, limite, demarcação, delimitação, território e territorialidade, a autora busca evidenciar que todas essas questões envolvem a constituição da identidade de um povo. Essa identidade é construída na relação com o outro, que ao mesmo tempo em que é contraponto, também é par. Ela se define por diferenças e semelhanças. Com isso, entende-se que nas áreas de fronteira a identidade toma uma dimensão ainda maior, devido à intensidade das relações de alteridade.

No caso da fronteira de Mato Grosso com o Paraguai no período aqui referido, deve-se considerar outra questão: a própria fronteira estava em constituição, conforme discutido no início do capítulo. Foi nessas circunstâncias que se constituiu a cultura do grupo de trabalhadores dos ervais, o que também perpassou o seu processo educativo.

Ao analisar a maneira como Serejo aborda a questão do processo migratório na fronteira, percebe-se a importância que se atribuía a esses migrantes, a partir do conhecimento que traziam consigo.

Quando falamos em povoamento de ranchada ervateira, cunhamos na *jungle* hostil a imagem [do peão paraguaio e da mulher guarani] que, na data longa, enfrentaram estoicamente toda sorte de martírios, na grande e vigorosa arrancada da época da penetração ervateira. Superiormente intrépido, foi o peão paraguaio e engrandecedoramente corajosa a mulher guarani dos ervais. Ambos trilharam, inquebrantavelmente, o caminho de todos os desalentos e amarguras. Ambos fizeram morada na selva quase impenetrável, numa provação grandiloquente, para que das erveiras, que representavam o sangue e as lágrimas de cada um, saísse a prata para enriquecimento de muitos. (SEREJO, [1986] 2008, v. 6, p. 155).

Numa área ainda pouco habitada, ou seja, num espaço que estava começando a ser povoado pelos próprios migrantes, construía-se então uma identidade própria das trocas culturais.

⁵⁴ Baseando-se em Martin (1992) a autora define que a divisa é o aspecto visível do limite apoiado em acidentes naturais; o limite, por sua vez, é uma linha puramente imaginária, marcada na superfície terrestre por objetos naturais ou artificiais; a demarcação é o aspecto técnico que constrói a divisa; e a delimitação precede a demarcação, pois envolve um tratado entre as partes envolvidas. O território é constituído a partir da territorialidade, por meio da projeção sobre ele dos constituintes da identidade da população que o habita e que nele concretiza as suas relações sociais. (MESQUITA, 1994, p. 70).

2.4 A empresa ervateira

O Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso durou de 1882 a 1947. O início desse período corresponde à concessão do governo imperial a Thomaz Larangeira para exploração dos ervais da região sul de Mato Grosso e estende-se até o fim do monopólio exercido pela Companhia Matte Larangeira – criada em 1891 e extinta no ano de 1947. Essa é a fase em que essa atividade teve uma maior importância para a economia do Estado⁵⁵.

A origem desse ciclo econômico corresponde ao final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), durante o processo de demarcação dos limites na fronteira com o Paraguai. Os ervais nativos, assim como a própria região sul de Mato Grosso, passaram a ser conhecidos e divulgados por aqueles que ali passaram durante a guerra. Conforme apontado por Centeno (2000, p. 130), a presença de índios Guaicuru dificultava a entrada de exploradores na região, o que a deixou praticamente intocada até a década de 1870.

Nota-se, na obra de Serejo ([1986] 2008), que o autor dá importância tanto ao esforço empregado pelo “carai” no seu duro ofício, quanto à iniciativa de Thomaz Larangeira e dos irmãos Murinho ao desenvolver a empresa, negociando com o governo e com compradores, promovendo alianças e investindo em novas técnicas de produção e acessos que facilitassem a exportação⁵⁶.

Sobre Thomaz Larangeira, Serejo ([1986] 2008) destaca o papel deste no início da exploração, aproveitando-se de seus contatos com autoridades da região e conhecimentos sobre a atividade e embrenhando-se na mata densa, em busca de áreas para exploração. Ao se referir à importância da empresa para o Estado, Serejo ([1986] 2008) defende que essa foi “[...] pioneira no progresso no sul de Mato Grosso.” (SEREJO, [1986] 2008, p. 153, v. 6). Os interesses da empresa, segundo o autor, eram tanto no Paraguai, como na Argentina.

⁵⁵ Segundo Centeno (2000, p. 130), a exploração da erva-mate na região já ocorria anteriormente, por capitalistas instalados no Paraguai. Após 1947, com o fim da concessão à Companhia Matte Larangeira, a atividade continuou a ser exercida por cooperativas de pequenos produtores, mas já não tinha importância significativa para a economia do Estado. (CENTENO, 2000, p. 4).

⁵⁶ “A burguesia, durante seu domínio de classe, apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando na terra como por encanto [...]” (MARX; ENGELS, [1847] 198-, p. 25).

Segundo Serejo ([1986] 2008), Larangeira considerava a erva de Mato Grosso melhor do que a da Argentina, embora a técnica empregada nesse país facilitasse a produtividade. Devido à superioridade da qualidade do produto mato-grossense e por meio da habilidade da empresa Larangeira, Mendes & Cia, a ervamate do Estado passou a ser reconhecida, equiparando-se à paraguaia. O autor relata, no entanto, que o mate de Mato Grosso era misturado ao argentino, sendo o primeiro em maior quantidade. Apesar disso, o produto era comercializado com o rótulo “produção industrial argentina”.

Embora a produção argentina fosse considerada mais econômica, a mato-grossense tinha maior qualidade, já que a técnica empregada preservava as plantas nativas, além do cuidado na armazenagem e transporte. A Empresa Matte, segundo Serejo ([1986] 2008), era organizada em zonas, de modo a facilitar a comunicação e favorecer a localização e instalação de ranchos, com saída para a produção em qualquer época do ano. Larangeira era bem conceituado devido à sua organização tanto na produção quanto no transporte da erva.

O crescimento da empresa fez com que aumentasse consideravelmente o número de peões, sendo alguns deles índios (das tribos Teís e Caiuá), outros argentinos, paraguaios (a maioria) e poucos brasileiros. A empresa alcançou, ainda, projeção internacional, investiu em saídas mais seguras e menos onerosas e em novas ferramentas e meios de transporte.

Em relação aos fatores que envolveram o desenvolvimento da empresa, Serejo ([1986] 2008) relata que, após a Guerra da Tríplice Aliança, em 1870, Larangeira teria integrado como secretário, por um breve período, a Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai. Resolveu, então, fornecer víveres à comissão. Foi durante suas viagens pela região que Larangeira teria descoberto os ervais e se interessou em explorá-los, já que no estado do qual viera, Santa Catarina, já havia tido contato com a atividade, indiretamente. Quando o processo de demarcação terminou, em 1874, Larangeira recebeu, no acerto de contas, duas carretas. Passou a explorar a região e conhecer os ervais nativos.

Em 1878, passou a industrializar a erva e requereu, em 1879, por meio de carta ao governo de Cuiabá, concessão para industrializar o produto dentro da lei, sob o argumento de que em pouco tempo a atividade beneficiaria, inclusive, os próprios

cofres públicos. Foi por meio do Decreto 8.799⁵⁷, de 9 de dezembro de 1882, que Larangeira obteve a permissão. Passou, então, a adotar novas técnicas, contratar uma legião de peões, estudar novas saídas e divulgar a qualidade do produto nos países platinos. Ia frequentemente a Encarnación, no Paraguai, para conchavar peões⁵⁸.

De acordo com Centeno (2000), Larangeira beneficiou-se de seus contatos com nomes influentes da política mato-grossense⁵⁹ para conseguir o direito de exploração dos ervais, no ano de 1882. Inicialmente, a sede da empresa de Thomaz Larangeira era localizada em Concepción, no Paraguai⁶⁰. O Decreto de concessão estabelecia que Larangeira não poderia impedir a exploração também por parte dos moradores do território.

Quanto às concessões para exploração, embora na década de 1880 tenha havido um aumento no número de pedidos, a maior parte não foi atendida. O que ocorria, então, é que muitos passavam a explorar clandestinamente. Devido à falta de controle por parte das autoridades, havia inclusive, nos ervais mato-grossenses, capitalistas ligados à Industrial Paraguaia (CENTENO, 2000, p. 131-133). Nessa época, segundo a autora, Larangeira ainda não monopolizava a atividade na região. O monopólio iniciou-se, de fato, após a fundação da Companhia Matte Larangeira.

Com o início da República, o contrato de concessão foi renovado e Thomaz Larangeira se retirou da empresa. A Matte Larangeira foi, então, criada, no ano de 1891, incorporando-se a ela os irmãos Murinho. Contou com a empresa Francisco Mendes & Cia⁶¹, para atingir o mercado de Buenos Aires. Com a criação da Matte Larangeira, devido aos investimentos, houve um aumento considerável na produção.

⁵⁷ Consta, na obra, o nº 81.799, mas sabe-se que o referido Decreto é, de fato, de nº 8.799. O próprio autor apresenta esta informação, em outro trecho da obra. Nos termos do Decreto nº 8.799, de 9 de dezembro de 1882, em sua cláusula primeira: “É concedida a Thomaz Larangeira permissão por 10 anos para colher matte nos herveas existentes nos limites da Provincia de Mato Grosso com a Republica do Paraguay, no perímetro compreendido pelos morros do Rincão de Julho e as cabeceiras do Iguatemy, ou entre os rios Amambahy e Verde, e pela linha que desses pontos for levada para o interior, na extensão de 40 kilometros.” (BRASIL, 1882).

⁵⁸ Os primeiros vieram de um famoso erval paraguaio, Tacuru Pucu, conhecido pelo grande número de pessoas que acabavam morrendo ali. Entre esses peões, segundo Serejo (2008), havia assassinos de alta periculosidade. O autor dá importância a esses trabalhadores de Tacuru, pois segundo ele, foram eles os que ensinaram o ofício dos ervais, os segredos da elaboração da erva. Ressalta o autor que eles nunca retornaram ao Paraguai, pois “Tiveram, como sepultura, o chão bruto dos ervais.” (SEREJO, 2008, p. 153, v. 6).

⁵⁹ O Barão de Maracaju, que ocupou a presidência da província em 1879, e Antônio Maria Coelho, que após a Proclamação da República assumiu a presidência do Estado. Na ocasião, ambos eram comandantes da Comissão de Demarcação (CENTENO, 2000, p. 131).

⁶⁰ A erva-mate era elaborada em Mato Grosso e, através do Paraguai, exportada à Argentina, onde era beneficiada, por uma outra empresa à qual Larangeira era associado, a Francisco Mendes & Cia (CENTENO, 2000, p. 134)

⁶¹ Fundada em 1874 (SEREJO, 2008, v. 6).

Centeno (2000) afirma que logo após a criação da Companhia, essa foi vendida⁶², em 1892, aos irmãos Murtinho, sócios do Banco Rio-Mato Grosso⁶³. A Companhia foi criada, pois Larangeira, até então sem o suporte legal para transferir sua concessão, viu nessa transação tal possibilidade, por meio da incorporação do direito de concessão à empresa, que a partir daí poderia pertencer a terceiros. A criação da Companhia foi autorizada, então, pelo Decreto nº 436, de 1891 (CENTENO, 2000, p. 137).

A partir do ano de 1893, Serejo ([1986] 2008) fala sobre o investimento da Companhia na construção estradas, pontes, rede telefônica, depósitos e até uma ferrovia, que ligava Guáira a Porto Mendes. O autor dá destaque a dois nomes que considera importantes na caminhada da erva: os irmãos Raul Mendes Gonçalves e Heitor Mendes Gonçalves, que dirigiram a empresa. Porto Murtinho foi fundado, em 1893, para a exportação da erva.

Nos anos de 1894 e 1895, segundo Centeno (2000), durante o governo de Manoel Murtinho, a empresa ampliou seu domínio, consolidando seu monopólio. Obteve novas concessões⁶⁴, passando então a explorar mais de 5 (cinco) milhões de hectares. A lei que autorizava a exploração⁶⁵ estabelecia que a empresa teria a posse das terras, de tal modo que a ela cabia autorizar ou não a exploração dos ervais por terceiros (CENTENO, 2000, p. 140). A Companhia passou, então, a investir em novas técnicas de beneficiamento e comprar outras empresas na Argentina e no Paraguai.

⁶² Centeno (2000) afirma que há divergências em relação às condições que implicaram na venda da Companhia. A autora fica com a versão de que a família Murtinho, influente no Estado e interessada pela rentabilidade da exploração, teria pressionado Larangeira. Para evidenciar essa questão, a autora ressalta que o período de criação da Companhia corresponde à exoneração de Antônio Maria Coelho da presidência do Estado por Deodoro da Fonseca, em 1891, devido à aliança deste com Murtinho e Ponce, que estiveram ligados ao poder no Estado até o ano de 1910, defendendo os interesses de diferentes grupos da classe burguesa – Murtinho, ligado ao capital financeiro e Ponce, ligado ao comércio. Esses embates entre diferentes setores da burguesia decorrem, segundo a autora, da descentralização fundiária após a Proclamação da República, que permitiu aos Estados decidir sobre a concessão de terras. Essas articulações políticas implicaram na contestação dos privilégios de Larangeira e na ascensão dos Murtinho, que então passaram a monopolizar a exploração da erva-mate por meio da recém-criada Companhia Matte Larangeira. A disputa entre os diferentes grupos da burguesia, no entanto, continuou, já que o grupo ligado ao comércio, aliando-se aos migrantes gaúchos que passaram a ocupar a região, contestava o poder da Companhia. Analisando essas relações, a autora revela a ligação entre o Estado e a empresa, característica do Estado burguês.

⁶³ Criado pelo Decreto nº 1.149, de 6 de dezembro de 1890. Esse banco era sediado no Rio de Janeiro. Em Mato Grosso, teve vários negócios, além da Matte Larangeira, inclusive no arrendamento de outras áreas com ervais inexplorados (CENTENO, 2000).

⁶⁴ Por meio da Resolução nº. 102, de 15 de Julho de 1895.

⁶⁵ Resolução nº 76, de 13 de Julho de 1894.

Segundo Serejo ([1986] 2008), em 1904, foi criada a empresa Larangeira, Mendes & Cia⁶⁶, com sede em Buenos Aires, a qual incorporou a Matte Larangeira. O arrendamento foi transferido mediante um contrato firmado em 4 de fevereiro daquele ano. Francisco Mendes Gonçalves introduziu inovações e acelerou a exportação da empresa. Seus produtos tinham as seguintes marcas: TL, Murtinho e Cruz de Malta, sendo que, segundo o autor, essa última ganhou fama internacional.

Sobre o mesmo ano, o autor afirma que foi firmado um convênio para uma guarda fiscal na fronteira, entre o governo de Mato Grosso e o Ministério da Fazenda, este representado por Joaquim Murtinho. O objetivo era evitar o contrabando⁶⁷. A grande visada era a empresa Matte Larangeira e a guarda fiscal acabou favorecendo-a. Em setembro do mesmo ano, um pelotão comandado pelos gaúchos⁶⁸ Felipe de Brum e Bento Xavier derrotou a referida guarda. A ação contra a guarda fiscal não teria surtido efeitos significativos, já que o contrabando persistiu. Serejo ([1986] 2008) fala sobre os caminhos que esses contrabandistas tomavam para despistar a guarda. Eram caminhos perigosos e difíceis. Muitos chegavam ao destino, porém alguns eram mortos. Segundo o autor, isso durou até 1914.

O autor fala sobre uma nova frente de exportação para a Matte: Porto Murtinho⁶⁹, sobre o rio Paraguai.

[Ali era localizada a] fazenda Três Barras, do Major Boaventura da Mota, que a vendeu a S. A. Banco Rio-Mato Grosso, ligado à Companhia, que, por sua vez, doou ao Estado 3.660 hectares de terras, para que aí fosse construído um povoado, com o honrado nome do dr. Joaquim Murtinho, em homenagem ao notável estadista mato-grossense. O que aconteceu. (SEREJO, [1986] 2008, p. 99, v. 6).

Por ali passou a ser exportada a erva de Ponta Porã e de parte da zona sul. O referido porto contribuíra para o crescimento da região fronteira, já que por ele também entravam mercadorias do Paraguai, Argentina e Europa. A Companhia Matte, então, transferiu sua administração para São Tomás, no Brasil. A erva passou a ser transportada de São Tomás até Porto Murtinho, por uma estrada de 390 quilômetros.

⁶⁶ Essa transação ocorreu a partir da liquidação do Banco Rio-Mato Grosso, em 1902, e a Companhia foi vendida, em 1904, a Francisco Mendes & Companhia (CENTENO, 2000).

⁶⁷ Segundo Corrêa (1999), a falta de aparatos institucionais do Estado na região acabou possibilitando o aumento do contrabando de produtos como sal, erva-mate e gado.

⁶⁸ Corrêa (1999) afirma que era crescente a oposição dos gaúchos ao domínio que a Companhia exercia na fronteira, ainda que inicialmente a empresa tenha apresentado interesse em recebê-los.

⁶⁹ Fundado em 1893.

Mais tarde, o ponto terminal das tropas de carretas ficou sendo a paragem denominada São Roque, início da via férrea (ferrocarril), que foi construída para se levar, com maior facilidade, a erva-mate até as barrancas do Rio Paraguai.

Este ferrocarril solucionou um gravíssimo problema, pois não mais as carretas tiveram que cruzar terrenos baixos e pantanosos. Uma travessia de sacrifícios indescritíveis. (SEREJO, [1986] 2008, p. 100, v. 6).

Como o transporte da erva-mate no trajeto de Ponta Porã ao porto era oneroso, a empresa buscou alternativas passando a usar o transporte fluvial. A administração foi, então, organizada em Nhuverá, fronteira com o Paraguai, sob a responsabilidade de Raul Mendes Gonçalves. A erva era então transportada até Guaíra, no Paraná. Foi nesse período que, segundo o autor, a Companhia passou a construir estradas, pontes, rede telefônica, depósitos e uma ferrovia, que ligava Guaíra a Porto Mendes. Esse crescimento motivou, em 1918, a organização da sede da empresa em Campanário⁷⁰.

A partir do ano de 1909, segundo o autor, após a saída de Thomaz Larangeira da empresa, seus seguidores, no intuito de reforçar o mercado, passaram a negociar diretamente com as empresas compradoras, Isnardi & Cia, na Argentina e Industrial Paraguaia, as quais formavam um “poderoso truste”. Tal negociação asfixiou os produtores de Mato Grosso, pois dominava a produção entre a barranca do rio Paraguai até a margem direita do Alto Paraná. Nesse período, ainda, a polícia dos ervais se tornou mais poderosa, impedindo o corte e a venda do mate em várias zonas (SEREJO, [1986] 2008, p. 102, v. 6). Em 1917, a empresa passou por nova mudança em sua denominação: “Empresa Matte Larangeira”.

Devido ao conflito de interesses que envolviam a renovação das concessões à Companhia Matte Larangeira, Serejo ([1986] 2008) cita a queda do presidente do Estado, Cel. Antônio Paes de Barros, no ano de 1912. Sobre a influência política da empresa no Estado, Serejo ([1986] 2008) afirma que os acordos que essa fazia com o governo, surtindo em benefícios para ambos os lados, fez com que ela aumentasse seu domínio, a ponto de ter influência inclusive nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Como a atividade ervateira foi bem sucedida, a autoridade obtida por Larangeira, segundo o autor, foi passada aos seus sucessores, que poderiam prosseguir sem maiores dificuldades burocráticas.

⁷⁰ A empresa possuía “[...] polícia e moeda própria em seus domínios.” (CENTENO, 2007, p. 12).

Segundo Centeno (2007, p. 12), a Companhia “[...] teve uma importante atuação na economia mato-grossense, chegando, até mesmo, a conceder empréstimos ao Estado. Como resultado, passou a exercer um controle político e econômico muito grande na região”. Foi, durante muito tempo, sua principal fonte de arrecadação.

Sobre essa influência de determinados grupos nos pequenos estados como Mato Grosso, após o período imperial, Monteiro (1990, p. 302) afirma:

Em muitos estados, como Ceará, Alagoas e Mato Grosso, com a desaparecimento do poder imperial – que impunha o consenso através da nomeação de seus presidentes de província – a Federação representará a tomada do poder por grupos familiares poderosos, grandes latifundiários, que utilizaram o Estado como uma agência distribuidora de favores e reprodutora de suas necessidades de base política e econômica.

Segundo Serejo ([1986] 2008), a empresa “mandava e não pedia” junto ao governo e particulares e passou a exercer “avassaladora influência nos meios políticos do Estado de Mato Grosso”. (SEREJO, [1986] 2008, p. 18, v. 6). Devido às suas relações comerciais, a empresa tinha “um eleitorado da mais alta valia, que cumpria cegamente as ordens, não traíndo nunca.” (SEREJO, [1986] 2008, p. 18, v. 6). Indicava governador, vice, deputado estadual, deputado federal, senador, prefeitos, os quais eram eleitos. “Estendia o seu poderio político até São Paulo e Rio, traçando diretrizes para este ou aquele cometimento e sempre se avantajando na sentença final” (SEREJO, [1986] 2008, p. 19, v. 6). O autor afirma ainda que a empresa se valia dessa influência política para fortalecer os alicerces de sua industrialização, deixando sua marca desbravadora no chão bruto dos ervais. “Que essa influência política foi prejudicial a muitos, não resta a menor dúvida”. (SEREJO, [1986] 2008, p.19, v. 6).

Serejo expõe minuciosamente os números da empresa – desde a sua organização – os recursos de que dispunha, até o montante de sua produção e contribuição para os cofres do Estado.

A Companhia Mate Laranjeira, uma demonstração de sua pujança na era remota, além de três mil homens em “serviço permanente”, como elementos de transporte possuía o seguinte: 700 carretas, 50 chatas, 8 lanchas a vapor, 150 depósitos, 2.000 animais, entre cavalos e burros, 30 mil bois mansos, excelentes estradas de rodagem, centenas de pontes da mais absoluta segurança, “postos de comunicação” e duas linhas decauville (via férrea – ferrocarril), com 85 quilômetros de extensão. Quando da encampação da Companhia, pelo Governo Federal, era esta um nome mundialmente conhecido. (SEREJO, [1986] 2008, p. 105, v. 6).

Era uma empresa respeitada e prestigiada devido à sua dimensão e considerada, em 1929, uma das maiores organizações industriais no campo extrativo do país.

[...] contando com mão-de-obra, em sua quase totalidade de paraguaios e de gaúchos egressos da Revolução Federalista, em regime de semi-escavidão, a Matte Larangeira transformou-se num grande império econômico, formando, na verdade, um poder paralelo dentro do estado de Mato Grosso. As relações de trabalho impostas pela Companhia caracterizaram-se pela violência, determinada e prenunciada desde o início de suas atividades, quando “utilizou na produção ervateira prisioneiros paraguaios, em regime de trabalho forçado. (CORRÊA, 1999, p. 64).

Sobre o declínio da empresa, Serejo ([1986] 2008) afirma que o que teria influenciado seriam o aumento da produção e a melhoria na qualidade da erva argentina e a Nova República, com novas ideias, novos métodos, um desejo de reformulação da estrutura social, política e econômica do país. Segundo o autor, o governo do Estado concedeu à empresa um prazo para que liquidasse os seus bens, pertences de trabalho e estabelecimentos em geral. Nesse período desapropriou-se a navegação do Alto Paraná e das instalações de Guairá, no Paraná, devido à importância do porto fluvial. Algumas ranchadas cessaram sua produção, outras continuaram, até que venceu o contrato com Buenos Aires.

Segundo Centeno (2000), em 1929, houve uma separação na empresa, ficando a Argentina com a maior parte das ações. Em 1930, devido à política nacionalista de Getúlio Vargas, os sócios foram procurados para a nacionalização da empresa.

Ao falar sobre o truste que foi formado na exploração do mate, a autora menciona a ligação de Francisco Mendes Gonçalves com o Banco de Comércio, da Argentina, que era associado ao capital inglês proveniente do *London Bank of Mexico and South America*. Além disso, Francisco Mendes foi vice-presidente do *Banco de La Provincia de Buenos Aires*, de 1906 a 1930.

Para entender todas essas articulações que envolveram a exploração do mate, a autora revela que o crescimento da Companhia Matte Larangeira ocorreu num momento de transição do capitalismo que passava da fase da livre concorrência à monopolista. Esse processo decorreu da crescente acumulação da produção por um grupo cada vez mais reduzido de capitalistas, a partir da disputa desses para se

manter no mercado. A eliminação das pequenas empresas e a concentração da produção geraram o monopólio⁷¹ (CENTENO, 2000, p. 126).

[...] a concentração, atingido um certo grau do seu desenvolvimento, conduz, por ela própria, permita-se a expressão, diretamente ao monopólio. Com efeito, algumas dezenas de empresas gigantescas têm possibilidade de crescerem facilmente e, por outro lado, a dificuldade de concorrência e a tendência para o monopólio nascem, exatamente, da grandeza das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio é um dos fenômenos mais importantes - senão o mais importante - da economia do capitalismo moderno. (LENIN, 1982, p. 17-18).

Centeno (2000) destaca, como características da fase monopólica, a formação de cartéis – acordos entre empresas do mesmo ramo para o enfraquecimento da concorrência –, de trustes – empresas monopólicas que absorvem as menores – e o crescimento dos bancos – que passam de simples intermediários de pagamentos a controladores do capital que circula a partir da produção.

Essa transformação se dá devido à junção do capital industrial com o capital bancário, surgindo, dessa forma, o capital financeiro. Se antes era o capital em geral, proveniente da indústria, que dominava a produção, nesse momento, é o capital financeiro que exerce essa função, fazendo com que toda a sociedade dele dependa. Os trustes nada mais são do que associações ligadas ao capital financeiro. (CENTENO, 2000, p. 127).

Essa tendência mundial, segundo a autora, também se revelou em Mato Grosso. Nos anos subsequentes à guerra, como não havia bancos na região, eram as casas comerciais que faziam essa intermediação e monopolizavam a economia da província, ao exercer um controle na importação e exportação de mercadorias, interferir na produção e assumir o papel de bancos. “Tornaram-se, então, representantes do capital financeiro, intermediando a ação de vários bancos estrangeiros” (ALVES, 1984, p. 39-40 apud CENTENO, 2000, p. 127).

O poder da casa comercial se enfraqueceu nas primeiras décadas do século XX devido ao controle das empresas estrangeiras monopolistas, as quais foram

⁷¹ “A ciência oficial tentou aniquilar, pela conspiração do silêncio, a obra de Marx, a qual demonstrava, através de uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, a qual, atingindo um certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio.” (LENIN, 1982, p. 20).

atraídas a partir da liberação da navegação no rio Paraguai e da consequente intensificação da comunicação entre os países do Prata. Foi a partir do domínio dessas empresas sobre o capital financeiro na região que houve a concentração cada vez maior da produção (ALVES, 1984, p. 41-43 apud CENTENO, 2000, p. 128).

Esse processo também se manifesta na exploração da erva-mate, já que poucas empresas assumiram o controle da produção, como a Industrial Paraguaia⁷², em Concepción/Paraguai e a Matte Larangeira, no sul de Mato Grosso, ambas ligadas ao capital financeiro.

A autora aponta duas fases da exploração da erva-mate: a de ascensão, até a década de 1930 e a de estagnação e declínio, a partir de então. Os motivos que desencadearam o declínio da Companhia Matte Larangeira são, segundo a autora: 1) a auto-suficiência da produção dos ervais argentinos e uma maior oferta de erva-mate no mercado; 2) as medidas do governo de Getúlio Vargas contra os latifúndios, devido à crise enfrentada pelo capitalismo a partir da década de 1920, a qual desencadeara uma pressão por parte de grupos como a burguesia industrial, as classes médias urbanas e a classe trabalhadora; 3) a ocupação de terras em áreas fronteiriças, consideradas de segurança nacional; 4) o trabalho de estrangeiros, que era considerado ilegal.

Em suma, foi a crise econômica por ela enfrentada e a perda da concessão devido à política getulista que levaram à derrocada e ao fim de sua exploração. A primeira afetou, de um modo geral, as exportações brasileiras (inclusive no Estado do Paraná) e a segunda teve relação direta com a política de concessão de terras em Mato Grosso, atingindo os privilégios obtidos pela empresa no arrendamento dos ervais. A Companhia respondeu com inúmeros cortes de despesas e tentou, ao mesmo tempo, investir em propaganda; contudo, em 1947 não conseguiu mais resistir e perdeu a concessão de exploração. A partir de então, a erva-mate passou a ser explorada no Estado por pequenos produtores que se reuniam em cooperativas; porém, a atividade não tinha mais importância para a economia regional. (CENTENO, 2000, p. 4)

Sobre as medidas de nacionalização, segundo a autora, a referida crise mundial, tendo gerado desemprego e super exploração do trabalho, também desencadeou movimentos organizados. Como uma resposta – superficial – a esses movimentos – já que não atinge os problemas reais – a burguesia constituiu movimentos nacionalistas, cujos alvos principais passaram a ser os estrangeiros,

⁷² Criada em 1886 por pessoas ligadas ao poder no Paraguai, possuía moinhos em Assunção, Buenos Aires e Corrientes. Exportava para a Argentina e chegou a dominar 75% da exportação da erva-mate no Paraguai. (LAÍNO, 1976 apud CENTENO, 2000, p. 129).

negros, judeus, etc. Essa pressão também se manifestou sobre a população paraguaia na fronteira. Ali passou a se desenvolver uma educação escolar que visava à nacionalização da fronteira contra a cultura guarani que ali prevalecia.

Após expor sobre a fase do capitalismo e como esse se manifestou em Mato Grosso, durante o monopólio da Companhia Matte Larangeira, a autora busca evidenciar que o capital envolvido naquela atividade não pertencia nem ao Brasil, nem à Argentina, já que a ligação da empresa com o capital financeiro proveniente dos mais diferentes países, corresponde à tendência desse modo de produção de não se prender a uma determinada nação, mas de se expandir ao redor do mundo, sempre em busca de lucro. “Assim, foi através de um monopólio exercido por um truste do mate que se conseguiu estabelecer um controle efetivo sobre as terras na região ervateira.” (CENTENO, 2000, p. 145).

Desse modo, evidencia-se que o capitalismo, embora se manifeste de formas diferentes diante das especificidades das atividades econômicas, do momento histórico e do contexto social, as suas relações e objetivos fundamentais são os mesmos, quais sejam, a oposição entre o capital e o trabalho, a busca pelo acúmulo de capital, a influência política e ideológica, etc. Esse processo consiste na reciprocidade entre o singular e o universal, entre o fenômeno e a sua essência.

A assimilação ou *costumbriamiento* não foi fácil. Tinha, no meio ambiente, uma escola ao vivo. Ensinadores de boa vontade, pacientes, é que não faltavam. E eram muitos. (SEREJO, [1986] 2008, v. 6, p. 76).

CAPÍTULO III

O PROCESSO EDUCATIVO DOS TRABALHADORES DA ERVA-MATE NA OBRA DO MEMORIALISTA HÉLIO SEREJO

Uma vez explicitadas as relações sociais do trabalhador dos ervais no capítulo anterior, ou seja, aquelas que são possíveis de serem analisadas a partir dos textos de Hélio Serejo, inserem-se aqui discussões de como se desenvolveu a educação dos trabalhadores quando da sua inserção nas relações de trabalho, do movimento migratório a ela relacionado e das trocas culturais que se desenvolveram na fronteira sul de Mato Grosso com o Paraguai naquele momento histórico, assim como a implicação desses fenômenos para a constituição da subjetividade do grupo social aqui estudado.

Sendo assim, o presente capítulo é composto por dois tópicos. No primeiro, intitulado “A educação desenvolvida no trabalho e nas trocas culturais”, discute-se a educação não-formal desenvolvida nos ervais, que correspondeu à aprendizagem das funções específicas a serem desempenhadas pelos trabalhadores e a educação informal, ocorrida nas trocas culturais, mas que não se relacionavam especificamente à escola do trabalho – o que não quer dizer que não exercesse influência sobre ela.

No segundo tópico, por sua vez, intitulado “A constituição da subjetividade dos trabalhadores dos ervais no seu processo educativo”, aborda-se a intrínseca relação entre o processo educativo e a constituição da subjetividade e como esta ocorreu com os trabalhadores dos ervais, também a partir dos fenômenos que Hélio Serejo apresenta em sua obra.

3.1 A educação desenvolvida no trabalho e nas trocas culturais

Saviani (2008) refere-se à educação e ao trabalho como ações próprias dos seres humanos. Segundo o autor, para se compreender a natureza da educação é preciso compreender a natureza humana. O que diferencia o homem dos demais animais – conforme abordado no capítulo anterior – é a sua necessidade de produzir

continuamente sua própria existência, transformando a natureza por meio do trabalho.

[...] o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho. E o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Conseqüentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional.

Para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura).

Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho. (SAVIANI, 2008, p. 11-12).

Conforme explicitado em capítulos anteriores, a pertinência da análise do processo educativo na obra de Serejo ([1986] 2008) – tendo em vista que ele não se ateve à educação de um modo específico – se deve ao fato de que seus textos são permeados por essa discussão, pois se referem à cultura⁷³ de um grupo e à formação dos trabalhadores dos ervais. Na perspectiva adotada neste trabalho, o processo educativo não está desvinculado das demais relações sociais:

A educação se opera, na sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social. Essa relação exige que se considere como historicamente determinada por um modo de produção dominante, em nosso caso, o capitalista.

[...]

A educação e sua análise, então, devem ter como ponto de partida sua presença imanente numa totalidade histórica e social. Ela manifesta essa totalidade, no mesmo tempo em que participa na sua produção. (CURY, 1985, p. 13-14).

Assim como a própria ordem social, a educação também manifesta as relações de classe. Segundo Cury (1985), as contradições existentes nas relações de classe estão presentes na educação, por ela estar inserida nessa totalidade histórica e

⁷³ Williams (2000, p. 206) define cultura como um “sistema de significações realizado”, distinguindo-o dos demais sistemas da organização social (econômicos, políticos, geracionais) e dos sistemas de sinais e signos mais específicos. O que esse autor revela em sua teoria é que as relações entre os sistemas sociais são perpassadas pela cultura, não apenas por essa se constituir no processo de significação dessas relações, mas também por fazer parte da produção da vida material.

Sobre a educação, o teórico defende duas dimensões: a educação tanto é um meio de reprodução cultural (com graus variáveis de autonomia) quanto de formação de uma consciência coletiva global. Ao mesmo tempo em que está inserida nas relações sociais como um sistema que as reproduz, também pode contribuir para a mudança dessas relações.

social. “A educação articula-se com a totalidade mediante as relações de classes, como também as relações de classe se articulam com a totalidade mediante a educação.” (CURY, 1985, p. 53). Para a reprodução das relações sociais, é necessário, segundo o autor, não apenas um poder coercitivo, mas também um “consenso” entre as classes. A educação, nesse processo, assume um importante papel, contribuindo para a hegemonia da classe dominante.

A educação é imaneamente presente à totalidade histórica e social e coopera no processo de incorporação de novos grupos e de indivíduos, o que é feito também mediante a interiorização de uma visão de mundo já existente e preexistente aos indivíduos. Essa visão de mundo já interpretada, existente na própria prática social dessa sociedade, é passada adiante nas próprias práticas sociais e sob a forma de costumes, idéias, valores e conhecimentos. (CURY, 1985, p. 53).

No caso específico dos trabalhadores dos ervais, a educação que ali se desenvolvia era no próprio trabalho e nas trocas culturais próprias das relações que estabeleciam. No primeiro caso, tratava-se de uma educação não-formal, tendo em vista que havia um objetivo implícito nessa formação, qual seja, instruir os trabalhadores para as funções específicas. No segundo caso, também havia uma educação informal, que embora não se desenvolvesse a partir de objetivos específicos, também contribuía para a formação do homem da fronteira sul de Mato Grosso com o Paraguai.

Desse modo, embora não houvesse uma educação escolarizada, o processo educativo ali desenvolvido também contribuía para a reprodução das relações sociais, pois os trabalhadores eram educados para as suas funções específicas, fragmentadas. Educavam-se, portanto, para a divisão do trabalho⁷⁴. O conhecimento que detinham

⁷⁴ Centeno (2000), ao discutir sobre a substituição do trabalho artesanal pelo trabalho especializado, afirma que no período de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista, o trabalho foi aos poucos sendo organizado. Nesse período, os trabalhadores congregavam-se em corporações e tinham o domínio de todo o processo de trabalho, tanto de sua concepção quanto de sua execução. Iniciavam como aprendizes e com o tempo tornavam-se mestres, constituindo-se assim como trabalhadores qualificados, cuja qualidade dos produtos que produziam dependia da habilidade que adquiriam ao longo dos anos de dedicação e aprendizado. Já sob o regime capitalista, no início, o trabalhador, embora não possuísse os meios de produção, ainda dominava o conhecimento de todo o processo de trabalho. Vendia sua força de trabalho ao capitalista e agrupava-se a outros trabalhadores. As vantagens que se colocavam ao capitalista, nesse caso, eram as seguintes: 1) aumento do trabalho médio (que consiste na compensação obtida entre o trabalho menos produtivo e o mais produtivo); 2) o trabalho coletivo era mais estimulante – e, portanto, mais produtivo – do que o individual; e 3) diminuição dos custos com o capital constante (aquele empregado nos meios de produção). O aumento da produção que acarretou, então, o barateamento da mercadoria e a necessidade de produzir, cada vez mais em menos tempo, gerou a manufatura baseada na divisão do trabalho, que consiste na fragmentação do processo de produção por meio da especialização do trabalhador, cujo conhecimento,

era especializado, se referia às funções específicas do processo de elaboração da erva-mate.

Quanto ao processo educativo informal, que Serejo também explicita, este trazia tanto a visão de mundo de uma sociedade anterior ao grupo, ou seja, as ideias e valores que favoreciam a hegemonia da classe dominante, como também elementos que conflitavam com essa visão de mundo.

O processo educativo traz em si tanto a reprodução das relações sociais quanto os meios para a transformação – ambas as condições são determinadas historicamente. Nessa perspectiva, embora o conhecimento adquirido fosse parcial, era ele que permitia algumas conquistas aos trabalhadores – relacionadas justamente à sua própria cultura –, como manter suas crenças e hábitos, utilizar-se de vocábulos da língua guarani, comemorar as datas religiosas, participar de festas e, principalmente, manter um ritmo próprio de trabalho. Há que se considerar, ainda, o que Serejo ([1986] 2008) afirma sobre os trabalhadores que desempenhavam suas funções específicas, mas tinham o conhecimento dos demais ofícios⁷⁵. Esse conhecimento que compartilhavam também contribuía para que mantivessem a sua cultura.

Além disso, era nessas oportunidades em que se reuniam, que planejavam as “fugas”. Referindo-se às possibilidades de organização dos trabalhadores mesmo nas situações mais alienantes, Ciavatta (2009, p. 214) afirma:

Análises recentes criticam o trabalho como princípio educativo, com base em que, se o trabalho é fonte de alienação para o trabalhador, não pode ser educativo no sentido de formação humana, de humanização. É uma visão unilateral, que tende ao mecanicismo, visão não dialética porque não incorpora a contradição, o movimento da realidade e a possibilidade de alternativas nas ações dos sujeitos sociais. É uma perspectiva não

por mais importante que ainda fosse, não era tanto quanto o conhecimento do artesão, que dominava todo o processo. A vantagem para o capitalista provinha da maior rapidez e dedicação que o trabalhador empregava à sua função. Nessa fase, o trabalho ainda não estava totalmente objetivado. Isso ocorreria mais tarde, com a introdução da maquinaria. “A origem da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é [...] dúplice. De um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies, que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. De outro lado, ela parte da cooperação de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico. Por um lado a manufatura introduz, portanto, a divisão do trabalho em um processo de produção ou a desenvolve mais; por outro lado, ela combina ofícios anteriormente separados. Qualquer que seja seu ponto particular de partida, sua figura final é a mesma — um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos.” (MARX, 1996, p. 455).

⁷⁵ Serejo ([1986] 2008, p. 31). Trecho já referido no capítulo anterior.

dialética, ainda, pois o trabalho não é necessariamente alienante – ele existe, primordialmente como produção de valores de uso, produção da vida (Lukács, 1978, 1979). Ele não será educativo nas condições adversas do trabalho brutal, degradante ou como produção de mercadorias e alienação do trabalhador. Aqui, porém, pergunta-se: como o trabalhador se educa para se organizar e resistir mesmo nas formas mais alienantes (nas minas, por exemplo)? Talvez, nos intervalos, nos interstícios, na conscientização de sua situação.

É pertinente o questionamento levantado pela autora. Pelo princípio da contradição, mesmo diante dos limites do trabalho mais alienante, ainda há a possibilidade do movimento contrário, por meio do qual os trabalhadores acabam se organizando e estabelecendo resistências – inclui-se aqui a discussão sobre a disciplina, já realizada no capítulo anterior. No caso dos trabalhadores dos ervais, os “intervalos” eram momentos importantes em que se reuniam e compartilhavam interesses comuns, planejavam soluções para seus problemas, ainda que tais soluções tivessem um caráter imediato.

O conhecimento técnico para a produção da erva-mate é uma herança da tradição guarani. Os índios tinham hábito de consumir a erva e, com a vinda dos espanhóis e das missões jesuíticas a planta tornou-se conhecida e explorada. Os que já detinham esse conhecimento sobre a elaboração da erva são citados pelo autor como “mestres”, cuja importância consistiu em passar o que sabiam, os segredos de sua atividade, aos demais. Os jovens aprendizes, chamados de “guainos”⁷⁶, demonstravam obediência e responsabilidade e ouviam com atenção as instruções do mestre.

Guaino - menino ajudante, menino aprendiz. Um aluno ervateiro que, normalmente, dá prova, logo de início, de apurado senso de responsabilidade. Ouve com atenção as explicações do mestre e segue as suas recomendações com obediência filial. (SEREJO, 2008, v. 4, p. 80).

⁷⁶ Centeno (2000) afirma que, devido à complexidade do trabalho nos ervais, era indispensável a sua aprendizagem. Para tanto, contava-se com a experiência dos mineiros mais “antigos”. Para o exercício do trabalho nos ervais eram necessárias a destreza e a sorte, pois havia perigos que, por mais experiente que fosse o trabalhador, ainda representavam um constante desafio. Para a aquisição desse conhecimento, era necessário um período de experiência. Havia, então, meninos que se iniciavam nesse trabalho já desde os 12 (doze) anos de idade. Como se pode observar em vários trechos da obra de Serejo, esses meninos também estavam suscetíveis aos mesmos desafios – e punições – dos adultos. Segundo Centeno (2000), ainda, os guainos, ou eram filhos dos trabalhadores ervateiros, ou eram órfãos que, abandonados à própria sorte, dirigiam-se aos ervais junto com os trabalhadores que vinham do Paraguai.

Em entrevista que concedeu em 1999, Serejo afirmou que não havia limite de idade para exercer o trabalho nos ervais, pois dependia apenas da saúde e do vigor físico⁷⁷ (CENTENO, 2007). Tal aprendizado se dava no próprio ambiente de trabalho. Os jovens acompanhavam os adultos, iam recebendo suas orientações e aplicando-as. Aqui, portanto, revela-se uma educação não-formal. Sobre a educação que se desenvolve no local de trabalho, Fernández Enguita (1993, p. 196-197) afirma:

A formação no próprio local de trabalho não requer muitas vezes nenhum procedimento nem técnicas especiais. O próprio desejo de conservar o emprego, no qual geralmente se está à prova, funciona como um “reforço” suficiente para que o trabalhador em formação ponha em funcionamento suas capacidades e aprenda o que querem fazê-lo aprender. Em grande parte dos processos de trabalho, as tarefas podem ser aprendidas mediante sua prática direta sob a supervisão de um encarregado ou um veterano, sem necessidade de um procedimento específico de instrução.

Diante do que o autor discute, observa-se que com os trabalhadores dos ervais essa instrução também necessitava dos “veteranos”, ou “mestres”, como menciona Serejo. A diferença é que, no lugar desse desejo de conservar o emprego devido à concorrência no mercado de trabalho explicitado por Fernández Enguita (1993), havia, como foi discutido no capítulo anterior, uma escassez de trabalhadores especializados nas funções para a produção da erva-mate. Nesse caso, no entanto, o que os mantinha naquelas condições de trabalho era a falta de opções de trabalho no seu país, questão também já explicitada no capítulo anterior. O que se deseja dizer com isso é que, ainda que essa instrução não partisse de uma situação de desafio ao “posto” de trabalho – próprio das situações de grande concorrência –, havia outras questões que acabavam determinando-a, como a condição precária em que se encontrava o Paraguai após a guerra e o regime de trabalho adotado nos ervais – que envolvia o endividamento do trabalhador.

Se por um lado, porém, a educação desenvolvida nos ervais fosse determinada pelos limites que se colocavam à vida dos trabalhadores, também era constituída pelo domínio de um conhecimento que lhes possibilitava empregar elementos próprios de sua cultura ao seu trabalho e ao seu dia-a-dia. Não era,

⁷⁷ Há um texto intitulado “Dois Hércules” em que o autor se refere a um guaino de treze anos, morto por uma picada de cobra – a qual estaria escondida entre as folhas do raído que carregava – e cuja carga que trazia às costas era de 118 (cento e dezoito) quilos.

portanto, uma submissão total às determinações da empresa. Como será discutido no próximo tópico deste capítulo, havia questões subjetivas que interferiam também na objetividade de suas relações.

Ao relatar sobre seu contato inicial com as atividades dos ervais, o autor afirma que em pouco tempo, cerca de um mês, já havia aprendido várias coisas, pois os trabalhadores demonstravam disposição em ensiná-lo. As conversas que prevaleciam nas ranchadas eram relacionadas ao trabalho e o conhecimento que era adquirido partia dessa oralidade:

A fala é produto do próprio meio. Chama a atenção de qualquer um pela originalidade. Nada, nesse ambiente, procedeu da cultura dos livros. Nasceu, sim, ali nas ranchadas, nas rodas do cair da noite, nas algazarras da peonada, no instante solene do tereré, na caminhada pelo tapê-hacienda ou na porta das comissarias.

Bate-papo que chega, muitas vezes, a empolgar aquele que pouco ou nada conhece desse lidar de tanta agressividade e sobressalto. Fomos, ao longo do tempo, anotando essa conversação, esses hábitos, esses costumes exóticos, bem como os ditos, que marcam a luta brava e o nascer de um linguajar que veio da erva, como fruto dos causos acontecidos, em todas as ranchadas. (SEREJO, [1986] 2008, p. 122, v. 6).

Havia, desse modo, uma linguagem própria dos ervais. A linguagem é entendida aqui como um elemento primordial na constituição do sujeito, pois é ela que medeia o pensamento, o qual tem origem na própria atividade prática. “O pensamento verbal vai se estruturando à medida que a atividade se interioriza. [...] no pensamento, que tem sua origem na atividade prática, age de forma mediada a linguagem, a palavra.” (LEONTIEV, 1996, p. 456).

Cada geração começa [...] a sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criado pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas deste mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolvendo assim as aptidões especificamente humanas que se cristalizaram, encarnaram nesse mundo. Com efeito, mesmo a aptidão para usar a linguagem articulada só se forma, em cada geração, pela aprendizagem da língua. O mesmo se passa com o desenvolvimento do pensamento ou da aquisição do saber. [...] De fato, o mesmo pensamento e o saber de uma geração formam-se a partir da apropriação dos resultados da atividade cognitiva das gerações precedentes. (LEONTIEV, 1978, p. 3).

O homem, portanto, se constitui numa cultura que se desenvolveu ao longo das gerações e, por sua vez, age sobre essa cultura, transformando-a para as gerações seguintes. Essa questão, no entanto, não pode ser vista apenas sob uma ótica evolutiva que inferioriza as gerações anteriores em relação às gerações que as

sucedem, mas sob uma perspectiva histórica, segundo a qual o homem produz a sua existência de acordo com as necessidades que se colocam à sua vida. O homem se constitui como tal ao ser inserido em uma cultura e essa se constitui também historicamente.

Por sua vez, é necessário considerar que “[...] cada indivíduo **aprende** a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana.” (LEONTIEV, 1978, p.4, grifo do autor). Sendo assim, o desenvolvimento histórico das aptidões humanas, uma vez posto na sociedade, é apropriado pelo homem por meio da educação. Revela-se aqui que, tanto o processo educativo é influenciado pelo desenvolvimento histórico quanto o desenvolvimento histórico também é influenciado pelo processo educativo, pois sem este as gerações não teriam como se apropriar da cultura e, por sua vez, não poderiam também modificá-la: “O movimento da história só é, portanto, possível com a transmissão, às novas gerações, das aquisições da cultura humana, isto é, com educação.” (LEONTIEV, 1978, p.7). Há aqui um movimento em que educação, cultura e processo histórico constituem-se mutuamente. As práticas sociais pressupõem um processo educativo e este, por sua vez, corresponde à sociedade em que está inserido o indivíduo.

A constituição do sujeito, o desenvolvimento do homem, dá-se a partir da sua relação com outros homens. O desenvolvimento da humanidade e do próprio sujeito ocorre a partir da apropriação, ao longo das gerações, dos conhecimentos e da “evolução” adquirida historicamente. A “fixação” desses conhecimentos se dá pelo processo educativo, sendo que as diferentes sociedades e culturas desenvolvem uma educação específica, determinada pelas necessidades da realidade objetiva. É na relação com a sociedade que o homem se constitui como homem, ao apropriar-se da cultura material e intelectual desenvolvida historicamente.

Leontiev (1978) também discute sobre a desigualdade social e a divisão do trabalho que fazem com que a cultura intelectual seja distribuída de forma desigual:

A divisão social do trabalho tem igualmente como conseqüência que a atividade material e intelectual, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo se separem e pertençam a homens diferentes. Assim, enquanto **globalmente** a atividade do homem se enriquece e se diversifica, a de cada indivíduo **tomado à parte** estreita-se e empobrece. Esta limitação, este empobrecimento podem tornar-se extremos, sabemos-lo bem, quando um operário, por exemplo, gasta todas as suas forças para realizar uma operação que tem de repetir milhares de vezes.

A concentração das riquezas materiais nas mãos de uma classe dominante é acompanhada de uma concentração da cultura intelectual nas mesmas mãos. (LEÓNTIEV, 1978, p. 8-9, grifo do autor).

No que se refere aos trabalhadores dos ervais, há que se considerar que o conhecimento sobre sua atividade, embora não envolvesse conteúdos escolarizados, partia de suas necessidades práticas, como por exemplo, os cálculos matemáticos. Os costumes e crenças que perpassavam todas as suas vivências também são elementos culturais que, passados pelas gerações, compõem a visão de mundo do grupo. Essa questão se evidencia nos diversos textos em que Serejo aborda a fé, as superstições, as lendas e os hábitos mantidos pelo grupo, que interferiam direta e indiretamente nas atividades do cotidiano.

O peão paraguaio é um ser humano, seja qual for a sua condição de vida, temente a Deus. Reza todas as noites, em comovente posição, balbuciando demoradamente as palavras, olhos fixos no teto do rancho, para pedir a *Diós omnipotente* proteção para a ranchada, afastando os males e pondo esperança em cada coração. Mesmo em sendo um bruto, um analfabeto, um caú, sabe ter fé, porque *hombre que no tiene fé és hijo de brujo*. (SEREJO, [1986] 2008, v. 6, p. 21).

Tais manifestações culturais, por outro lado, também se desenvolviam a partir das próprias atividades que os trabalhadores exerciam. A fé e a resignação eram importantes para se manter uma conformação às precárias condições em que viviam. Sobre essa questão, vale transcrever alguns trechos da obra “Carai ervateiro”:

Fomos integrantes de uma legião de sofrendores mas também de esperançosos. Aninhamos no coração expectativas iguais, juntos, fortalecidos pela palavra do Senhor, cultivamos a fé inquebrantável. Trilhamos, estoicamente os mesmos caminhos. Fomos companheiros e irmãos. Fomos amigos. Grandes e leais amigos.

Nosso pão de cada dia era a erva. Seu cheiro estava em nós. Vivíamos por ela. A bruteza e as dificuldades não nos assustavam. Tínhamos consciência plena de que essa vivência era o destino traçado pela sabedoria de *Diós*. Que cada um cumprisse o seu fadário, pois se tratava de uma determinação inexorável. (SEREJO, 2008, v. 8, p. 9).

Na mesma obra encontra-se também a seguinte afirmação:

Carai ervateiro é a própria história da erva. Ele escolheu o mundo bruto da caá para a sua vivência porque era um enfeitado das arboreras, barbaquás e tapes. Quando adentrou a *jungle*, sabia que iniciava uma vida de sofrimentos inenarráveis. Estava preparado. Não cairia vencido, assim,

tão facilmente. Era uma predestinação, só lhe restava cumpri-la. E foi o que fez.

Os nossos caminhos foram os mesmos. Iguais em tudo. Jamais mudamos a direção. A fé sempre foi a grande força. (SEREJO, 2008, v. 8, p. 10).

Observa-se, portanto, o papel que a fé cumpria na vida desses trabalhadores. Como uma conformação ao “destino inevitável”, aceitavam os desafios que deveriam enfrentar em seu dia-a-dia, na execução de seu trabalho. Desse modo, se por um lado a possibilidade de manter os hábitos de sua religião, como as festas e os feriados mencionados no capítulo anterior, consistia numa conquista, era essa mesma fé que servia como um elemento de submissão a uma situação para a qual, segundo suas crenças, estavam “predestinados”.

Sobre o papel que assume a religião na vida do homem, cabe trazer uma discussão de Konder (2009, p. 80-81), que busca analisar a alienação religiosa no referencial marxista:

Enquanto a humanidade afinal reunificada não puder se reapoderar do seu próprio projeto, enquanto não for superada a **alienação** do homem em relação ao seu trabalho e ao fruto do seu trabalho, enquanto não se desenvolver a real dominação pelo homem tanto da realidade material quanto da realidade social, a consciência religiosa manifestará a extraordinária capacidade de resistência histórica que vem manifestando ao longo de todos estes séculos.

Segundo o autor, a religião desempenha um importante papel na história da humanidade, pois parte da necessidade do homem de buscar um sentido para sua existência. Nessa perspectiva, a religião tem um caráter reflexivo, pois, ao desenvolvê-la, o homem empenha-se em conquistar uma vida propriamente humana. “[...] vemo-lo não mais como joguete dos instintos e forças naturais, mas dotado de reflexão [...]” (KONDER, 2009, p. 82). Se a religião parte da capacidade humana de refletir sobre sua existência, também parte de um estado de coisas em que o homem não tem o domínio sobre a sua vida. É o que se observa nas vivências dos trabalhadores dos ervais, diante de uma vida com tamanhas limitações.

Serejo ([1986] 2008) fala sobre a maneira folclorizada⁷⁸ como os trabalhadores eram vistos e a curiosidade que o seu modo de vida despertava nas pessoas:

⁷⁸ O problema da “folclorização” é quando a visão sobre o folclore recai sobre ele mesmo, sem a compreensão de que este é um fenômeno social e tem relação com a estrutura social. “[Florestan Fernandes] demarcou a posição de considerar o folclore como esfera da cultura e fenômeno social, ou

Os comentários em geral, as grandes reportagens ilustradas, as palestras, conferências e livros sobre o assunto cunhavam cultura, indubitavelmente, pois ventilavam uma atividade extrativa sem similar no país. [...].

Difundia-se o desconhecido, aumentando-se a cultura de cada um a respeito de um trabalho de peculiaridades que extasiavam, pondo em fogo o pensamento pelo anseio de tudo conhecer, através de uma curiosidade doentia, originária de um assunto arrebatador, assimilado por todo e qualquer ângulo, pelo extravagante, pelo *modus vivendi* da peonada divertida, pelo traje típico, pelo grito anunciador que se perdia nas brenhas e pela dedicação elogiável, ao trabalho, de cada um, fosse mensualeiro, barbaquazeiro, *mayordomo*, mineiro ou guaino.

Bem que podemos afirmar que uma ranchada ervateira é um celeiro folclórico, tantos são os painéis que nos magnetizam, não só pelo imprevisto como pelo burlesco. (SEREJO, [1986] 2008, p. 22-23, v. 6).

Aqui, o autor se refere aos costumes dos trabalhadores, buscando evidenciar as especificidades de sua atividade. Relata sobre as festas, os costumes religiosos, as superstições e alguns costumes adquiridos no próprio trabalho (como o modo de conduzir e tratar os animais). Os trabalhadores são retratados de uma maneira folclorizada, embora esses elementos culturais se originem das próprias práticas. A essencialização das diferenças é um fator que dificulta a compreensão de um grupo dentro da totalidade social, pois é como se ele pudesse ser conhecido somente pelas suas manifestações particulares.

[...] o relativismo, que se propõe a compreender a diversidade cultural exclusivamente no contexto particular em que foi elaborada, sem qualquer determinação universal, torna-se presa, segundo alguns estudiosos, de uma análise redutora. Isso porque, ao centrar sua atenção apenas no contexto particular no qual a diversidade é produzida, perde de vista o contexto histórico global no qual essa e outras particularidades estão mergulhadas. [...]

[...] o relativismo tem dificuldade em conciliar as dimensões universal e singular da condição humana. Quando ocorrem iniciativas nesse sentido, perde-se de vista que essa conciliação não pode ocorrer sem conflitos ou contradições, já que a universalidade é hoje definida pela organização social capitalista, marcada por contradições e pela desigualdade. (VALENTE, 1999, p. 101-102).

Serejo ([1986] 2008) defende que a cultura desenvolvida nos ervais também teve sua influência na cultura nacional, já que “[...] levou a quase todos os quadrantes do território nacional uma atividade industrial de aspectos variados, sistemas

seja, não tomou o folclore pelo folclore, mas inseriu-o na estrutura e na dinâmica social, conforme situações sociais dadas.” (MAZZA, 2001, p. 15).

desconhecidos e formas originais de trabalho para se poder obter um produto capaz de interessar às massas.” (SEREJO, [1986] 2008, p. 22, v. 6).

Sobre essa última colocação, embora nos trechos anteriores o autor tenha se referido ao modo de vida dos trabalhadores como uma questão folclórica, aqui se evidencia que as culturas não são isoladas e estáticas, tampouco podem ser vistas como algo abstrato, desvinculado da realidade concreta. Elas se desenvolvem a partir das ações dos grupos e das relações que estabelecem entre si. Em um contexto de fronteira, essa questão se intensifica. Já não se trata apenas da relação entre culturas dentro de um mesmo país, mas também entre países vizinhos:

[...] entendemos a fronteira como uma realidade específica, marcada por uma identidade econômica e social que reflete, por um lado a intersecção das culturas das nações limítrofes e de outro, o desencontro das respectivas esferas político-administrativas nacionais. Nesse enfoque, é necessário reconhecer que, o corte imposto por uma linha de fronteira não representa uma descontinuidade cultural abrupta. Muito ao contrário, trata-se de uma zona, que podendo gerar conflitos, também emerge como áreas abertas a trocas de benefícios recíprocos entre povos vizinhos. (FEDATTO, 2005, p. 492).

Desse modo, revela-se a complexidade das relações sociais estabelecidas nos ervais mato-grossenses. Havia ali um intercâmbio cultural significativo que configurou um processo educativo singular, o qual trazia elementos da cultura guarani, ao mesmo tempo em que se organizava segundo a divisão manufatureira do trabalho. Tal processo também era permeado por costumes e crenças que envolviam conformação e resistência.

As práticas do trabalhador paraguaio traziam muito de sua cultura, mas é notável que contribuíram para o desenvolvimento daquela atividade econômica. Pode-se analisar, diante dessas questões, que o conhecimento especializado que os trabalhadores detinham lhes possibilitou manter sua cultura, mas não representou prejuízos à empresa. Pelo contrário, a cultura guarani se estabeleceu nos ervais até a medida do possível, até o momento em que o trabalhador, buscando se desvencilhar daquela situação – como nas tentativas de fuga – recebesse a “punição” por “não ter cumprido” a sua parte no contrato estabelecido.

3.2 A constituição da subjetividade dos trabalhadores dos ervais no seu processo educativo

A educação, na sua concepção mais ampla, consiste num processo que ocorre ao longo da vida e está complexamente vinculada à própria constituição da subjetividade, já que ocorre a partir da relação do indivíduo com a sociedade e contribui na sua inserção nos diferentes espaços sociais. O processo educativo, nessa perspectiva, ocorre sempre que o sujeito, nas relações que estabelece ao longo de sua vida, vai reconfigurando sua subjetividade de modo a agir sobre a realidade. Embora nem todos os momentos da constituição da subjetividade partam de uma ação educativa, toda ação educativa tem implicações para a subjetividade.

Disso decorre a pertinência de trazer, neste tópico, discussões sobre o movimento migratório, as relações de trabalho e as trocas culturais que envolveram o grupo de trabalhadores dos ervais. Tais fenômenos trazem em si uma reconfiguração da subjetividade que envolveu também um processo educativo, já que correspondem à inserção desses homens num determinado espaço social.

Conforme pôde ser explicitado nos capítulos anteriores e em especial no primeiro tópico deste capítulo, o homem dos ervais constituiu-se num grupo social a partir das relações de trabalho e agregou elementos da cultura guarani. É importante que se resgate aqui a discussão sobre a importância do trabalho e do processo educativo na constituição da subjetividade.

O homem se hominiza na sua relação com outros homens, na incorporação da cultura. Esse processo só é possível a partir da educação que, como discutido por Leontiev (1978), é o meio pelo qual o sujeito se apropria da cultura intelectual e material desenvolvidas historicamente pela humanidade. Tal apropriação, no entanto, não ocorre passivamente. O indivíduo tem um papel ativo nesse processo. Por mais limitadas que sejam as suas condições de vida, ele age sobre a realidade objetiva, a constrói, a partir de sua subjetividade.

Parte-se, portanto, da seguinte perspectiva: o homem se constitui como tal ativamente e a partir de um processo educativo que ocorre na sua relação com a sociedade. A educação, por sua vez, ocorre ao longo de toda a vida, pois o homem está em permanente constituição.

Para fomentar essa discussão, é pertinente trazer alguns conceitos discutidos por Saviani (2004) sobre a relação subjetividade-intersubjetividade. Esse autor busca derrubar o estereótipo que recai sobre a perspectiva de Marx de que esta reduziria a

subjetividade a um mero reflexo das determinações materiais. Em seu texto, Saviani (2004) defende a indissociabilidade entre subjetividade e intersubjetividade, ou seja, a relação entre o subjetivo e o social.

O que se vê frequentemente em trabalhos acadêmicos é uma dualidade entre o “subjetivo” e o “objetivo” que empobrece a análise da realidade, já que esta não se constitui a partir de um ou outro polo, mas na relação recíproca destes. No caso do processo educativo, ao invés de se afirmar que os indivíduos são inteiramente condicionados pelas determinações sociais ou, num outro extremo, que esses são autônomos na determinação dos rumos de sua educação, deve-se considerar a relação dialética entre esses polos opostos.

O autor discute essa questão ao citar um conhecido trecho da obra de Marx, contida em “O 18 Brumário”, de Luis Bonaparte: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado.” (MARX, 1968 apud SAVIANI, 2004, p. 26).

No caso que está sendo considerado, em lugar de termos que decidir entre duas proposições mutuamente excludentes, a saber, ou os homens determinam as circunstâncias ou são determinados por elas, cabe considerar que os homens determinam as circunstâncias ao mesmo tempo que são determinados por elas. Em vez do pensar formal, esta é a forma dialética de pensar. É este o método de Marx. (SAVIANI, 2004, p. 26).

Ao desenvolver sua análise dos textos marxianos sobre o trabalho e a essência humana, o autor revela que inicialmente, nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, havia um caráter especulativo, idealizado, da concepção de essência humana, já que ali se defendia a tese de que o trabalhador, ao alienar-se do seu trabalho, também alienava sua essência. A existência e a essência estariam de tal modo desvinculadas que os indivíduos viveriam na negação de sua essência. O que se vê nessa teoria é que há uma idealização do que seria a essência humana.

Esses resquícios especulativos, segundo o autor, foram superados em “A Ideologia Alemã” e nas “Teses sobre Feuerbach”. Da especulação, então, passa-se a analisar o homem nas suas condições reais de existência, ou seja, o que o homem é coincide com sua produção. “É, portanto, na existência efetiva dos homens, nas contradições de seu movimento real, e não numa essência externa a essa existência, que se descobre o que o homem é [...]” (SAVIANI, 2004, p. 37). É aqui que a

essência humana passa a coincidir com a práxis. O homem passa a ser entendido como ser prático, produtor e transformador.

A alienação é concebida, assim, com um fenômeno social decorrente da divisão do trabalho. A essência humana, por sua vez, deixa de ser algo estático, abstrato e passa a ser compreendida no seu caráter histórico. O indivíduo se constitui na sua relação com os outros. O “ser” do homem constitui-se no seu “fazer”.

Em síntese, a definição do homem como o conjunto das relações sociais indica que o indivíduo se põe, na concepção marxiana, como um sujeito histórico e social. Isto significa que “o indivíduo só pode se tornar um homem se assimilar e incorporar à sua própria vida, à sua própria atividade, as forças, as formas de comportamento e idéias que foram criadas pelos indivíduos que o precederam e que vivem ao seu redor” (MARKUS, 1974, p. 88). Assim, o indivíduo só pode constituir-se como homem e, nessa condição, como sujeito de seus próprios atos, nas relações cotidianas com os outros homens. Eis por que afirmei [...] que em Marx a questão da subjetividade se manifesta como indissociável da intersubjetividade. (SAVIANI, 2004, p. 41).

Para se compreender o indivíduo concreto, o autor defende que se deve ir além do indivíduo empírico, pois esse não apreende todas as determinações que o constituem. O empírico é o sensível, o aparente, é uma abstração, pois não alcança as múltiplas relações e conexões que o configuram. “[...] apreender o indivíduo em termos concretos significa considerá-lo síntese de múltiplas determinações, síntese de relações sociais, o que coincide com a definição de homem enunciada por Marx na sexta tese sobre Feuerbach: o homem é o conjunto das relações sociais.” (SAVIANI, 2004, p. 44-45).

Sobre a educação, o autor defende que essa é o processo pelo qual o indivíduo se torna homem, ao incorporar à sua subjetividade

[...] formas de comportamento e idéias criadas pelas gerações anteriores e retrabalhadas por ele e por aqueles que com ele convivem. [...] “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. [...]”. (SAVIANI, 2004, p. 46).

Partindo das discussões de Saviani (2004) e Leontiev (1978), passa-se a entender a subjetividade dos trabalhadores dos ervais a partir de suas práticas, de suas relações sociais. No seu processo educativo – esse também determinado pelas condições históricas e sociais – vão incorporando elementos de sua realidade e constituindo sua subjetividade.

González Rey (2005, p. 9) afirma que “A subjetividade [...] é um complexo e plurideterminado sistema, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem dentro do contínuo movimento das complexas redes de relações que caracterizam o movimento social.”. Desse modo, a subjetividade não se constitui apenas a partir da trajetória percorrida pelo indivíduo, mas também a partir das vivências do grupo do qual ele participa e das relações que configuram a sociedade na qual esse grupo se insere – o que inclui momentos anteriores da história dessa sociedade. “Cada configuração subjetiva de um espaço social está constituída por elementos de sentidos procedentes de outros espaços sociais, assim como de elementos que caracterizam esse próprio espaço em momentos históricos anteriores [...]” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 209).

Observa-se essa questão no caso dos trabalhadores dos ervais, que aplicaram no seu trabalho e no seu dia-a-dia elementos da cultura guarani passados ao longo das gerações. Estes, no entanto, também foram reconfigurados pelas diferentes condições em que foram apropriados e aplicados, inclusive pela própria divisão do trabalho.

O autor desenvolve as categorias de “subjetividade individual” e “subjetividade social”. A subjetividade individual se constitui na relação do sujeito com a sociedade e corresponde aos elementos de significação e sentido que se desenvolvem nessa relação. Quanto à “subjetividade social”, trata-se dos elementos subjetivos que constituem os diferentes espaços em que o sujeito está inserido.

Nessa perspectiva, não há fundamento na cisão entre o “indivíduo” e o “coletivo”, pois ambos se constituem mutuamente. É por essa razão que, neste trabalho, tomam-se as categorias de subjetividade individual e subjetividade social para analisar as vivências do grupo de trabalhadores. Embora não se esteja analisando apenas um indivíduo, parte-se da concepção de que o grupo é constituído por indivíduos e o indivíduo se constitui na sua relação com os grupos dos quais participa. Desse modo, a análise aqui desenvolvida parte da **relação recíproca** entre o indivíduo e a sociedade, e não de um ou outro desses polos, por razões já explicitadas anteriormente.

González Rey (2005) demonstra quão complexamente estão relacionadas a objetividade e a subjetividade. Não há uma determinação unilateral de uma ou de outra, ou seja, nem o sujeito está submetido ao social, nem este é produzido a partir

de ações “espontâneas” do sujeito. Nas palavras do autor, o indivíduo é constituinte da subjetividade social, ao mesmo tempo em que é constituído por ela.

A atuação dos sujeitos concretos é de forma simultânea individual e social, e a forma como suas ações se integram no sistema da subjetividade social não depende de suas intenções, mas das configurações sociais em que essas ações se inscrevem e dos sistemas de relações dentro dos quais cobram vida.

Portanto, os processos de subjetividade social e individual não mantêm uma relação de externalidade, mas se expressam como momentos contraditórios que se integram de forma tensa na constituição complexa da subjetividade humana, que é inseparável da condição social do homem. Sendo assim, para entender a subjetividade a partir da definição dialética e complexa [...], temos de ter clareza em todo o momento em que a condição de sujeito individual se define somente dentro do tecido social em que o homem vive, no qual os processos de subjetividade individual são um momento da subjetividade social, momentos que se constituem de forma recíproca sem que um se dilua no outro, e que têm de ser compreendidos em sua dimensão processual permanente. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 205-206).

Esse processo, no entanto, se dá de forma diferenciada para cada indivíduo. Embora a ação dos sujeitos de determinado espaço social envolva sentidos e significados comuns que vão constituindo a subjetividade individual, essa também é constituída por um sujeito ativo, cuja trajetória diferenciada também é contraditória com o *status quo* dominante nos espaços sociais nos quais o sujeito atua. “Esta condição de integração e ruptura, de constituído e constituinte que caracteriza a relação entre o sujeito individual e a subjetividade social, é um dos processos característicos do desenvolvimento humano.” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 207). O autor defende a ideia do sujeito por essa recuperar:

[...] o caráter dialético e complexo do homem, de um homem que de forma simultânea representa uma singularidade e um ser social, relação esta que não é uma relação de determinação externa, mas uma ação recursiva em que cada um está simultaneamente implicado na configuração plurideterminada dentro da qual se manifesta a ação do outro. O conceito do sujeito é incompatível com o determinismo mecanicista causalista, pois a ação do sujeito é imprevisível. No entanto, o momento atual é constituinte da configuração subjetiva da ação que tem lugar neste momento.

A relação entre o sujeito e o social é contraditória por natureza e nessa contradição encontra-se a possibilidade de desenvolvimento de ambos os espaços: o social e o individual. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 224-225).

É nesse entendimento que reside a possibilidade da emancipação humana, já que o sujeito deixa de ser passivo diante da realidade e passa a ter um papel na construção desta. No caso dos trabalhadores dos ervais, observa-se que apesar de sua

condição de exploração, eles tinham um papel essencial na atividade econômica ali desenvolvida. Sua importância se deve à sua prática e aos conhecimentos que a envolviam. Se naquele momento só lhes foram possíveis pequenas conquistas – de caráter imediato –, isso não se deve a uma submissão total a um estado de coisas, mas à falta de condições objetivas e subjetivas de conquistas maiores. Nessa perspectiva, “[...] o sujeito não pode ser compreendido dentro de um referencial determinista, pois ele está constituído por suas condições e, simultaneamente, é constituinte dessas condições.” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 228).

González Rey (2005) também discute sobre a importância da ação intersubjetiva como um momento permanente de expressão e confronto que garante processualidade à organização da subjetividade individual. A constituição do sujeito, nessa perspectiva, pressupõe a sua relação com outros sujeitos.

A teoria da subjetividade que assumo rompe com a representação que constringe a subjetividade ao intrapsíquico e se orienta para uma apresentação da subjetividade que em todo momento se manifesta na dialética entre o momento social e o individual, este último representado por um sujeito implicado de forma constante no processo de suas práticas, de suas reflexões e de seus sentidos subjetivos. O sujeito representa um momento de contradição e confrontação não somente com o social, mas também com sua própria constituição subjetiva que representa um momento gerador de sentido de suas práticas. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 240).

Outra questão discutida pelo autor e observada neste estudo é a linguagem. Essa também é constituída na tensão mútua entre a subjetividade social e a subjetividade individual:

[...] “O sujeito individual nos fala sempre a partir de uma posição social em um contexto relacional e ideológico, mas ao mesmo tempo nos fala de forma diferenciada através de sua história, que aparece nas diferentes formas em que nos apresenta as construções de seu pensamento” (pág. 6). (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 229).

A concepção de linguagem, portanto, não se refere apenas às formas pelas quais o sujeito se expressa, mas também ao próprio processo constitutivo de sua subjetividade:

A linguagem não é somente uma manifestação simbólica presente nos discursos que circulam socialmente, é também uma expressão simbólica do sujeito pela qual este constrói suas diferentes formas de participação no complexo processo de sua vida social e atua sobre seu próprio

desenvolvimento subjetivo, com independência de que o impacto subjetivo dessa participação não esteja limitado na intencionalidade dessa participação consciente. [...] A construção de uma experiência por meio da linguagem e sua articulação com o pensamento próprio é um dos processos que definem o ser sujeito. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 236).

Apenas analisando-se a linguagem dos trabalhadores dos ervais não é possível apreender a sua subjetividade. Também se faz necessário compreender o processo pelo qual essa linguagem é incorporada e manifestada pelo sujeito – trazendo, para tanto, outros elementos constitutivos de sua subjetividade que dão sentido à linguagem.

Nesse processo é claro que a linguagem não aparece como espelho, tampouco como manifestação direta da subjetividade que a expressa, mas como momento de um processo de subjetivação dentro do qual adquire sentido e, por sua vez, se converte em um novo momento constituinte das configurações subjetivas que participaram na definição de seu sentido subjetivo em um contexto concreto. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 236).

A linguagem dos trabalhadores dos ervais trazia elementos da cultura guarani, estes também reconfigurados diante das relações de trabalho ali estabelecidas. A partir da divisão do trabalho, cada um se identificava com funções específicas da produção e tinham um domínio parcial do processo produtivo. Como o que o homem é coincide com a sua produção, há que se considerar que

Os trabalhos parciais específicos são não só distribuídos entre os diversos indivíduos, mas o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial [...]. Se o trabalhador originalmente vendeu sua força de trabalho ao capital, por lhe faltarem os meios materiais para a produção de uma mercadoria, agora sua força individual de trabalho deixa de cumprir seu serviço se não estiver vendida ao capital. Ela apenas funciona numa conexão que existe somente depois de sua venda, na oficina do capitalista. Incapacitado em sua qualidade natural de fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como acessório da oficina capitalista. (MARX, 1996, p. 474-475).

Nogueira (1993, p. 96-97), analisando a concepção marxiana sobre a manufatura, afirma que a divisão manufatureira do trabalho repousa em dois princípios fundamentais: 1) o parcelamento do trabalho que corresponde à decomposição do processo de trabalho do artesão em seus diferentes segmentos; e 2) a especialização do operário que consiste na fixação do trabalhador a um desses segmentos do processo de trabalho. É dessa divisão que provém o chamado

“trabalhador coletivo”, composto por membros hierarquicamente dispostos, de acordo com a habilidade e a força empregadas em cada função.

Os conhecimentos, a compreensão e a vontade, que o camponês ou artesão autônomo desenvolve mesmo que em pequena escala, como o selvagem exercita toda arte da guerra como astúcia pessoal, agora passam a ser exigidos apenas pela oficina em seu conjunto. As potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado porque desaparecem por muitos lados. (MARX, 1996, p. 475).

Em face desse “trabalhador coletivo” do capitalismo há, como foi afirmado anteriormente, o empobrecimento do “trabalhador individual”. Partindo da concepção de que a subjetividade se constitui nas ações do homem, o que vemos na divisão do trabalho é um indivíduo parcial:

A causa não está na **consciência**, mas no **ser**. Não no pensamento, mas na vida; a causa está na evolução e na conduta empírica do indivíduo que, por sua vez, dependem das condições universais. Se as circunstâncias em que este indivíduo evoluiu só lhe permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras, se estas circunstâncias apenas lhe fornecem os elementos materiais e o tempo propícios ao desenvolvimento desta única qualidade, este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado. (MARX; ENGELS, 1983, p. 28, grifo do autor).

É preciso considerar que essa “mutilação do indivíduo”, que ocorre no capitalismo, decorre não apenas do desempenho de funções parciais, fragmentadas, mas também pelo produtor não possuir o que provém de seu trabalho. Acrescente-se, a essa discussão, o que afirmam Palangana e Fabiano (2000, p. 4):

O indivíduo, absorvido por uma função parcial, é privado da compreensão e da capacidade de análise do processo produtivo como um todo. Junto com a objetividade, a subjetividade humana é modificada. A percepção, a sensibilidade, a concentração, a atenção, enfim, as faculdades humanas são moldadas de acordo com a tarefa empreendida. A consciência individual perde o parâmetro de auto-reconhecimento. Desarma-se a identidade formada no aprendizado e na prática do ofício.

Como se vê, o trabalho parcial constitui também uma subjetividade fragmentada. O homem, que se constitui como homem por meio da educação, ao aprender – e agir – de forma limitada pelas suas condições objetivas, limita, também, a sua subjetividade. Nesse processo de formação de um homem parcial, a educação cumpre um papel crucial.

No entanto, no caso dos trabalhadores dos ervais, as suas manifestações culturais e, por sua vez, a sua subjetividade, tanto eram determinadas pelas suas condições de existência, quanto eram constitutivas dessas mesmas condições. Em outras palavras, não havia ali uma passividade que reduzisse esses homens a um mero reflexo das suas limitações objetivas, já que eles também encontravam, nessa mesma objetividade, possibilidades de defender o seu modo de vida, estabelecendo algumas resistências. É uma subjetividade modificada continuamente, determinada pelas condições concretas, numa dinâmica de limites e possibilidades, de negação e afirmação.

Já foi discutido sobre as limitações do trabalhador na manufatura. Ele não desenvolve todo o seu potencial humano, já que é apenas parte do processo, desempenha uma função simples que o separa do produto de seu trabalho. Relacionando essa afirmação à concepção de que o homem se constitui na sua ação e na sua produção, o que há no capitalismo é um homem cuja subjetividade é construída nessa relação de troca. A existência do trabalhador está condicionada à permanente necessidade deste de vender sua força de trabalho. Desse modo, se o seu “ser” é o seu “fazer” e o seu “fazer” deve ser vendido ao capital, assim também ocorre com o seu “ser”, que só se concretiza nesse processo de “coisificação”.

Uma das questões singulares desse grupo de trabalhadores é a sua condição de migrantes⁷⁹. O migrante comporta em sua identidade duas facetas⁸⁰ – a de emigrante, em seu país⁸¹ de origem, e a de imigrante no país de acolhimento. Olhar para o fenômeno migratório a partir dessas duas perspectivas não é uma obviedade. Decorre da necessidade de compreender os aspectos que implicaram para o deslocamento (como se encontrava o migrante em sua sociedade de origem e o que fez com que esse optasse por mudar-se) e as condições em que se deu a recepção desse migrante no outro país (e aqui entra a discussão tanto sobre as condições materiais em que ocorreu essa recepção quanto a forma como é visto pela sociedade que o recebe).

Essas duas facetas que constituem a migração, por sua vez, são determinantes também para a constituição da subjetividade daquele que migra – e também daqueles que o recebem. Desse modo, o migrante traz consigo esse conflito

⁷⁹ O sentido empregado no presente trabalho é o de imigrante.

⁸⁰ Essa discussão tem como base principal o trabalho de Sayad (1998).

⁸¹ O fenômeno migratório tem outras configurações, mas no caso desta pesquisa, é a migração de um país para outro.

– de intensidade variável, mas sempre presente – entre a sua origem e a sua nova condição de vida, entre a sua cultura e a cultura da sociedade em que está se inserindo, entre a sua intenção de “voltar” e a sua necessidade de permanecer – mas uma permanência de caráter provisório, como será discutido adiante.

O que ocorre, a partir dessa provisoriedade, desse sentimento por parte do indivíduo de que ele é um migrante e não pertence àquele local, é uma superfluidade em sua identidade, pois embora ele crie novos vínculos e relações, não cria raízes. Isso não apenas pela sua intenção de “voltar”, mas porque, quando assim determinam as condições objetivas, em especial nos períodos de crise do capitalismo e das políticas nacionalistas, ele é lembrado de que não é dali. Constantemente o migrante lida com a necessidade de afirmar essa provisoriedade, pois os fluxos migratórios – influenciados principalmente pelas necessidades do mercado de trabalho – são circunstanciais, o que faz com que o migrante seja sempre um “estrangeiro”, ainda que o tempo de sua permanência seja longo.

Esses são os aspectos apontados por Sayad (1998) que podem iluminar o que está, de certo modo, subjacente ao relato de Serejo. O memorialista não enfatiza a questão da migração, mas traz algumas informações sobre os baixos salários dos trabalhadores no Paraguai, o processo de “conchavação” e a forma como passaram a viver – e conviver – em Mato Grosso. Desse modo, para contemplar as duas facetas desse processo migratório, a análise contempla esses aspectos relatados pelo autor.

Como aqui a referência é a um grupo de migrantes e não a um indivíduo migrante, não são apreendidas questões mais específicas que envolveram o processo de subjetivação na migração. No entanto, é preciso considerar que se trata de um fluxo migratório, motivado por questões econômicas, e que isto se configura em um ponto crucial e central para a apreensão do fenômeno. Golgher (2004, p. 33), ao discutir sobre as “migrações espontâneas”, ou seja, aquelas que ocorrem a partir de uma opção do indivíduo se deve mudar ou não, afirma:

O indivíduo buscaria dentre todas as possibilidades, a região mais atraente. Surge então um problema a ser explicado: o que torna uma região mais atraente do que uma outra? A resposta é: por causa de uma série de fatores como características econômicas, além de outras facetas políticas, sociais e físicas do local. De forma geral, considera-se os fatores econômicos os mais importantes. (GOLGHER, 2004, p. 33).

É importante ressaltar a aplicação do termo “migrações espontâneas” utilizada pelo autor. Ainda que haja uma relativa possibilidade de escolha por parte

do indivíduo em migrar ou não, o ato de migrar não é fruto da espontaneidade, mas das necessidades que se colocam à vida. Mesmo quando o indivíduo tem opções melhores, ainda assim se deve a uma condição social determinada. Por outro lado, é importante considerar o que afirma Raffestin (1993, p. 88):

[...] a mobilidade é autônoma quando resulta de uma escolha deliberada, e heteronômica quando resulta de uma coerção. Há, naturalmente, casos limite. Trata-se de uma mobilidade autônoma o caso daqueles que têm para escolher o deslocamento ou a morte? A alternativa é brutal, mas devemos admitir que ainda há uma escolha, quando resulta de uma decisão própria do migrante. [...] Por outro lado, aquele que é deslocado à força por uma autoridade qualquer é coagido a uma mobilidade heteronômica, uma vez que a decisão lhe foi imposta do exterior.

Diante dessas discussões, observa-se que os trabalhadores ervateiros não foram coagidos a deslocar-se, tampouco o fizeram por uma decisão espontânea. Ainda que limitadas, havia opções e, ainda que houvesse opções, estas não estavam desvinculadas de uma situação determinada. Colocaram-se, portanto, as seguintes condições: ou eles permaneciam em seu país, com os baixos salários e as condições precárias que se desenrolaram depois da guerra, ou aderiam à oportunidade que lhes surgia, numa atividade econômica em ascensão e cujo conhecimento técnico eles dominavam. Esses foram os fatores que influenciaram sua emigração.

Golgher (2004, p. 33-34) vai além ao discutir como os grupos da base da pirâmide social optam pela migração:

[...] diferenças regionais atuam diretamente sobre as razões que fazem um indivíduo trocar de local de moradia ou permanecer em seu local de origem. Dois grupos de fatores atuam em conjunto na formação dos fluxos de migrantes: a baixa qualidade de vida no local de origem e um melhor nível de vida no local de destino. Os determinantes da migração são usualmente descritos a partir desses dois grupos. Esses são respectivamente conhecidos como: fatores “*push*”, que significa ser empurrado ou impelido; e “*pull*”, que significa ser puxado ou atraído.

A força principal subjacente ao processo migratório na linha dos fatores “*push*” seria o baixo nível de qualidade de vida no local de origem. Assim, o indivíduo teria um ganho muito baixo em seu local atual de moradia, sendo que qualquer outro local de moradia apresentaria um ganho superior. Dessa forma, o indivíduo teria uma grande propensão a mudar, menos por causa de um alto retorno em um novo local de moradia e mais por causa do baixo retorno em seu local atual de residência. O migrante em potencial seria, então, impelido a sair de seu local de origem e não, essencialmente, atraído por outros sítios.

Indivíduos na base da pirâmide social tendem a apresentar uma condição precária de vida em seu local atual de residência, principalmente por causa de fatores econômicos como a dificuldade de obtenção de níveis mínimos de renda que garantam sua subsistência. Esses indivíduos seriam impelidos a trocar de local de domicílio pela incapacidade de se

manterem em sua condição atual de moradia de forma satisfatória. [...]. Assim, acredita-se que as classes mais desfavorecidas em termos de renda preocupem-se quase que exclusivamente com questões econômicas e, ao migrar, façam isso basicamente pelas forças “*push*”.

Assim, é possível falar em “opção pela migração” no caso dos trabalhadores dos ervais. No entanto, é preciso considerar que mais do que uma “opção”, o que se colocava como primazia era a necessidade de vender sua força de trabalho e garantir condições – mínimas – de sobrevivência. Essa é a dinâmica que implicou na emigração dos trabalhadores paraguaios para Mato Grosso.

Quanto à imigração, ou melhor, à condição dos trabalhadores como imigrantes, vale trazer um trecho da obra de Sayad (1998, p. 54-55):

Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está diretamente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante. Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser.

O que há aqui é uma questão bastante complexa que envolve a constituição da subjetividade do migrante. Como já foi discutido anteriormente, a existência do trabalhador está condicionada à relação de trabalho, à venda de sua força de trabalho. Foi evidenciado que o “ser” do trabalhador se concretiza quando ele vende parte de si, quando ele se submete ao capital. Ao discutir sobre a condição do imigrante, há uma intensificação desse caráter de submissão. O “imigrante trabalhador” – expressão que o autor define como quase um “pleonasma”, devido ao fato de que nesse caso o fator constitutivo do migrante é justamente a sua condição de trabalhador – não apenas está sujeito à instabilidade própria da relação de trabalho, mas também ao próprio caráter circunstancial de seu estado atual. A sua posição na sociedade é constantemente desafiada devido à provisoriedade das condições que a determinam.

E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes. Como o trabalho (definido para imigrantes) é a própria justificativa do imigrante, essa justificativa, ou seja, em última instância, o próprio imigrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que os cria a ambos. [...]

Afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele. (SAYAD, 1998, p. 55).

Percebe-se então a complexidade, o quão desafiado – e ameaçado – o “imigrante trabalhador” se encontra. Sua condição de imigrante é muito mais um fruto das circunstâncias do que uma escolha sua. Disso decorre o caráter de superfluidade que configura também sua identidade e tem implicações na constituição de sua subjetividade.

Como por um efeito bumerangue, os imigrantes, confrontados hoje à verdade de sua condição, descobrem o turbilhão no qual estão presos [...]: eles são os grãos de areia (*i. e.*, os indivíduos esparsos) arrancados à rocha-mãe (*i. e.*, a sua sociedade, as suas comunidades de origem) pela ação de um vento que assopra numa longa tempestade (*i. e.*, os efeitos destruidores, perturbadores, iniciados pela imposição da economia monetária) e que, transplantados para longe, acabaram constituindo, assim que encontraram o primeiro acidente de terreno (*i. e.*, a primeira fábrica que os atraía e que se oferecia para comprar a força de trabalho que as condições novas haviam liberado neles), essa imensa “duna” (o paradoxo do “monte de trigo”) em que hoje se transformaram os imigrantes. Eles também estão descobrindo que, afinal, a tempestade inicial que os levava e o elemento que os manteve em sua louca corrida eram uma só e única coisa: a economia capitalista e seus efeitos de transferência de um campo econômico (a agricultura, aquela que é chamada de tradicional) para outro (a indústria, essa atividade que se autodenomina moderna), de um país para outro, de um continente para outro, de uma civilização para outra. Será preciso que essa tormenta ainda dure e que hoje levante ou retome os imigrantes para voltar a transportá-los para seu ponto de partida, sem poder contudo colá-los de volta à “rocha” de origem, que, aliás, já não existe? (SAYAD, 1998, p. 72).

No caso dos trabalhadores dos ervais, embora Serejo não evidencie essas questões conflituosas – e em sua obra, ao que parece, a convivência entre os imigrantes paraguaios e os brasileiros era amigável – não se pode negar que pelas

próprias conjunturas que envolveram esse fluxo migratório, a subjetividade desses trabalhadores era influenciada por essa condição de provisoriedade⁸².

Outra questão particular ocorrida com os trabalhadores paraguaios dos ervais foi o seu deslocamento para a fronteira entre o Brasil e o seu país – uma fronteira em constituição e uma atividade econômica em que eram maioria. Bem, do ponto de vista da constituição de uma subjetividade, esse fenômeno pode ser entendido a partir de dois ângulos:

1) Por constituírem um grupo grande de migrantes, pela proximidade com seu país (fronteira) e por ser uma área ainda pouco habitada, havia uma possibilidade maior de manter elementos culturais de seu país de origem;

2) Por ser uma área fronteira, apesar de ainda em constituição, como foi discutido anteriormente, as trocas culturais são intensificadas e fazem parte da vivência dos grupos.

Ao analisar as memórias de Serejo, podem-se identificar elementos tanto da primeira hipótese quanto da segunda. Quando o autor evidencia o quanto de sua cultura os trabalhadores paraguaios trouxeram para Mato Grosso do Sul⁸³, elementos que influenciaram inclusive a própria constituição da identidade do Estado, pode-se perceber que foram as condições explicitadas na primeira hipótese que contribuíram para esse processo. Por outro lado, quando o autor fala sobre as relações próprias daquela fronteira, a convivência entre paraguaios, brasileiros – e até argentinos –

⁸² Essa questão se evidenciou no período nacionalista que decorreu da crise econômica mundial de 1929.

⁸³ Aqui se inclui a própria questão evidenciada por Serejo sobre o “vocabulário da erva-mate”. Em relação à influência de diferentes línguas na constituição desse vocabulário, e que evidencia essas trocas culturais, vale trazer o que afirmam Justiniano e Isquierdo (2005, p. 99-100, grifo do autor): “Ao conquistarem o Sul de Mato Grosso do Sul, paraguaios brasileiros e alguns argentinos, trouxeram para a região os seus costumes, os seus hábitos lingüísticos e foram essas normas léxicas, amalgamadas à norma local, que deram origem ao vocabulário da erva-mate. É o encontro de línguas, nessa região de fronteira, onde o português, o guarani e o espanhol se ‘fundem’ para nomear a planta, os instrumentos, os caminhos e os meios de locomoção, os tipos de erva, a vestimenta e a culinária, as diversões e as crenças, os tipos de bebida, hábitos culturais – **pé de erva, caatin, arbolera; garfo, tororembô, tambora; tapê de carreta, picada principal, carreta toldada; erva quê, caa tudyia, erva cancheada; plantilha, ponchilho, manga, cajarê, tortilha, loco; sortija, caa yari, Virgem de Caacupê; tereré, mate, cocido, mate solúvel; roda de tereré**. Muitos outros exemplos registrados no VEM ilustram esse amálgama lingüístico no âmbito do léxico, pois 43 % de todo o vocabulário são constituídos de lexias de línguas estrangeiras: 17 % da língua guarani com uma pequena contribuição de outras línguas indígenas (tupi, quíchua, mapuche, kaingang); 12 % da língua espanhola, com alguns americanismos; e boa parcela de híbridas – 14 %; o restante, 57 % são de base portuguesa.”. Acrescente-se, a essas considerações, o que afirma Teno (2003, p. 161): “Os grupos de lexias que compõem o campo léxico dos habitantes e o da atividade extrativista deixam transparecer marcas de miscigenação lingüística, tendência essa justificável em função da condição de fronteira da região focalizada. Na extração e comercialização da erva-mate conviviam pessoas oriundas de diferentes etnias, o que se reflete no vocabulário do trabalhador do erval.”

percebe-se que, embora houvesse, ali, uma baixa densidade demográfica, uma área que começava a ser demarcada, explorada e, povoada⁸⁴, havia, sim, um contato intenso entre os indivíduos dos diferentes países.

[...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela um lugar singular: À primeira vista é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. (MARTINS, 1997, p. 150).

Desse modo, percebe-se nos trabalhadores dos ervais o quanto de sua cultura foi modificado pelas circunstâncias próprias de seu processo migratório, mas também se notam quantos elementos trouxeram de seu país e empregaram no seu dia-a-dia, modificando também a cultura local.

É certo defender a processualidade da subjetividade. Não foi diferente com os “trabalhadores migrantes”. Pelo contrário, essa dinamicidade envolveu todo o seu “ser”, na medida em que não era apenas uma parte deste que era constantemente desafiada. No caso do trabalhador migrante, este “desaparece” quando desaparecem as condições que o constituem como tal. Além disso, é preciso considerar que na sociedade capitalista a própria sobrevivência do trabalhador está condicionada à venda da força de trabalho.

Todas essas questões têm relação com o processo educativo, já que esse está complexamente vinculado às diversas facetas que envolvem a vida do sujeito. Além do fato de a educação se constituir de acordo com as configurações da sociedade em que se desenvolve, há que se considerar, como explicitado no início desse tópico, que o processo educativo tem papel fundamental na inserção do sujeito nos diferentes espaços sociais ao longo de sua vida.

Houve um processo educativo quando o trabalhador paraguaio aprendeu o seu ofício, assim como houve um processo educativo quando esse trabalhador se deslocou para Mato Grosso e, na condição de “trabalhador migrante” precisou se

⁸⁴ “[...] toda imigração de trabalho contém em germe a imigração de povoamento que a prolongará; inversamente, pode-se dizer que não há imigração reconhecida como de povoamento (com exceção talvez dos deslocamentos de populações que a colonização requer ou ainda dos movimentos de populações consecutivos ao estado de guerra ou aos remanejamentos de fronteiras) que não tenha começado com uma imigração de trabalho.” (SAYAD, 1998, p. 67).

integrar às condições próprias do local, como a cultura, o ambiente, as relações de trabalho, etc.

Além disso, embora o presente capítulo traga como discussão a constituição da subjetividade por intermédio da educação, não se pode ignorar que esta última também é constituída pela subjetividade social própria do espaço em que se desenvolve, ou seja, a educação constitui a subjetividade e é, também, constituída por ela. A trajetória singular do grupo de trabalhadores paraguaios também teve implicações para sua educação que, apesar de ser um processo determinado por condições universais, também se constitui e se manifesta de formas singulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscou-se analisar as memórias de Hélio Serejo e identificar nelas elementos que possibilitassem conhecer as relações sociais estabelecidas entre os trabalhadores dos ervais na fronteira sul de Mato Grosso com o Paraguai, no período denominado “Ciclo da Erva-Mate”, que estendeu-se de 1883 até 1947, de modo a apreender o processo educativo desses trabalhadores e a constituição de sua subjetividade.

Discutiu-se que a exploração dos ervais mato-grossenses ocorreu logo após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). O ambiente dos ervais passou a ser conhecido no período de demarcação da fronteira internacional. Thomaz Larangeira, que viera de Santa Catarina, participou da referida Comissão e posteriormente passou a fornecer víveres a ela. Nas viagens que realizou nesse período, tomou contato com os ervais nativos e interessou-se em explorá-los. No ano de 1878, iniciou a industrialização da erva-mate e requereu concessão no ano seguinte ao governo de Cuiabá para explorá-la legalmente. Argumentou que, caso essa atividade progredisse, poderia beneficiar os próprios cofres públicos. No ano de 1882, obteve a concessão e passou a explorar novas técnicas e contratar uma legião de trabalhadores paraguaios, que tinham experiência com a elaboração da erva-mate devido à herança da cultura guarani. Não houve dificuldade nesse processo de contratação, pois após a guerra os referidos trabalhadores encontravam-se em situação precária em seu país. Os ervais mato-grossenses apresentavam-se como uma alternativa promissora àquela situação.

A empresa encontrou um cenário favorável ao seu crescimento, devido à vasta área para exploração, aos favorecimentos políticos, à ligação com o capital financeiro – quando da associação dos irmãos Murtinho à empresa, em 1892, também sócios do Banco Rio-Mato Grosso –, à qualidade do produto exportado, às constantes encomendas, à ligação com empresas argentinas, ao domínio da região favorecido pela ausência de órgãos de fiscalização estatais e ao regime de trabalho adotado – que consistia em endividar o trabalhador no momento da contratação e cobrar caro pelos produtos que este consumia nas comissarias pertencentes à própria empresa.

Enquanto a empresa crescia e aumentava também o seu domínio dentro do Estado, os trabalhadores eram submetidos a condições precárias de vida, num ambiente já naturalmente hostil e permeado pela violência. Exerciam funções extremamente perigosas e nocivas à saúde. Tais condições colocam-se como contraposição à relevância do trabalho que desempenharam para a ascensão daquela atividade econômica. Havia trabalhadores de todas as idades, inclusive meninos que vivenciavam os mesmos desafios dos adultos.

Os trabalhadores paraguaios, como se explicitou, deslocaram-se de seu país devido à precariedade em que se viram após a guerra. O que possuíam era o conhecimento sobre o seu ofício. Dispuseram, então, desse conhecimento, quando lhes surgiu a “oportunidade” nos ervais mato-grossenses. Ali, os trabalhadores se depararam com inúmeras limitações, mas o que estava em questão era a sua sobrevivência. Em nome dela, venderam sua força de trabalho – e com esta, também uma parte de si.

É notável, no entanto, que não aceitaram passivamente as determinações da empresa. Fazendo uso do conhecimento que detinham, empregaram muito de sua cultura no seu dia-a-dia e no seu trabalho. Buscaram, ainda, alternativas para se desvencilhar daquela situação, inclusive planejando fugas. Compartilharam interesses comuns e, assim, constituíram um grupo que, embora anônimo em muitas páginas da historiografia sul-mato-grossense, teve sua importância reconhecida, admirada e registrada pelo memorialista Hélio Serejo.

O menino Hélio Serejo, desde os primeiros contatos que teve com o grupo de trabalhadores, alimentou grande curiosidade por suas vivências, para ele tão diferentes de tudo o que já havia visto. O jovem Serejo viu de perto e ouviu dos próprios trabalhadores desde os mais difíceis eventos – como as mortes, as doenças e as próprias atividades ali exercidas –, até os momentos mais descontraídos – como as festas, as conversas, as amizades, etc. Enquanto acompanhava essas vivências, as registrava. Assim compôs uma obra rica em detalhes, cujos leitores, ao tomarem contato, quase podem se ver diante dos acontecimentos narrados. A obra de Hélio Serejo tem movimento, pois foi produzida a partir da dinâmica das relações sociais.

Uma leitura ainda que diletante da referida obra traz muitos elementos. Mesmo os leitores mais desatentos podem verificar, nos pequenos textos, eventos de grande relevância. Há textos que, em poucas linhas, possuem um conteúdo repleto de possibilidades de análise. Desse modo, se uma leitura espontânea – sem objetivos

anteriores – já pode revelar um conteúdo bastante rico, o que dizer de uma leitura mais atenta, rigorosa e aprofundada? Descortina-se, então, uma infinidade de possibilidades de análise, inúmeros elementos que, uma vez esmiuçados e relacionados com a teoria, podem trazer à tona muito da história de Mato Grosso do Sul.

Desse modo, o referencial teórico numa perspectiva histórico-crítica iluminou o relato do autor e possibilitou que dele fossem extraídas discussões que estavam subjacentes. Na obra analisada, o autor permite a discussão sobre a relação de trabalho, o processo educativo, o processo migratório e a empresa Matte Larangeira.

É importante que sejam trazidas aqui as questões que fomentaram este estudo e as reflexões possíveis de serem desenvolvidas a partir da análise realizada. 1) O que Hélio Serejo retrata/revela acerca das relações sociais estabelecidas na área de fronteira? 2) Que elementos da memória o referido escritor nos oferece para se conhecer a educação dos trabalhadores dos ervais? 3) Como se constituiu a subjetividade do homem dos ervais por meio da educação ali desenvolvida?

Segundo os objetivos estabelecidos no início da pesquisa, o referencial adotado e a metodologia empregada, puderam-se identificar na obra do autor, no que se refere às relações sociais: a relação de trabalho, o processo migratório e a organização da empresa ervateira.

Sobre as relações de trabalho, analisaram-se na obra de Serejo as diferentes funções que envolviam a produção da erva-mate, decorrentes da divisão manufatureira do trabalho que ali se estabeleceu. Os trabalhadores, que herdaram o conhecimento da cultura guarani para a elaboração do produto, não dominavam todo o processo, mas possuíam um conhecimento especializado e, segundo Serejo, conheciam as demais funções, o que lhes permitia empregar um ritmo próprio de trabalho e manifestar a sua cultura por meio de intervalos no seu dia de trabalho, festas e feriados.

Ressalte-se, no entanto, que ainda que os trabalhadores tivessem essa relativa “autonomia” no exercício de suas funções, estas estavam limitadas à própria condição de exploração à qual estavam submetidos, já que o crescente endividamento que contraíam lhes impedia de afastarem-se dos domínios da empresa. Além disso, como o próprio Serejo afirma, os trabalhadores tomavam as encomendas como se fossem os “donos do compromisso” e empenhavam-se de tal

modo na sua execução que os contratos eram cumpridos e o produto tinha sua qualidade reconhecida pelos compradores.

Embora tivessem um papel fundamental no crescimento da atividade econômica, no entanto, recebiam apenas os recursos mínimos para continuar trabalhando. A adaptação ao ambiente não era fácil, pois além da dificuldade do próprio trabalho, as “ranchadas” eram localizadas em locais de difícil acesso, suscetíveis a animais e doenças que ameaçavam a própria vida dos que ali se instalavam. Para enfrentar tais desafios, contavam com as rezas e plantas medicinais ou, nos casos mais graves, com o hospital em Campanário, cujo acesso também era difícil. É notável o papel que a religiosidade desempenhou na vida desses trabalhadores. Diante de tamanhas limitações que se colocavam à sua vida, a fé era um meio de conformação, e ao mesmo tempo de esperança de que os sofrimentos pelos quais passavam eram temporários e necessários, devido a uma “predestinação”.

Quanto ao processo migratório, percebe-se um período significativo, que influenciou na própria constituição daquela fronteira e no povoamento do Estado. Esse fluxo migratório, decorrente de questões econômicas, – e da instabilidade política que se instalou no Paraguai após a guerra – representou fortes trocas culturais entre mato-grossenses e paraguaios. Serejo evidencia as necessidades econômicas dos trabalhadores como elemento determinante da sua emigração e as dificuldades de suas condições de vida na sua imigração.

Esse movimento migratório não ocorreu de forma “espontânea”, já que decorreu de necessidades que se colocaram aos trabalhadores paraguaios, porém não foi totalmente heteronômico, ou seja, não foi obrigatório. Desse modo, o deslocamento teve motivações importantes, mas mesmo assim havia a opção de migrar ou não. Quanto à chegada desses migrantes a Mato Grosso, não aparece na obra de Serejo nenhuma hostilidade relacionada especificamente ao fenômeno, mas é preciso considerar que o migrante paraguaio era necessário nesse momento histórico em que a fronteira ainda começava a ser constituída. Além disso, embora não seja objeto deste estudo, no período de nacionalismo que teve início na década de 1930, os estrangeiros começaram a ser vistos com contrariedade e políticos e estudiosos voltaram seus olhos para a fronteira como um local problemático à identidade nacional.

Em relação à empresa ervateira, o autor permite discutir sobre a rápida ascensão da atividade econômica e sua conseqüente influência e envolvimento com o

meio político, a organização e o investimento no aprimoramento técnico e de infraestrutura, assim como os elementos econômicos e políticos que desencadearam o seu declínio.

A dimensão que tomou a empresa, a extensão de seu domínio, não se medeia apenas pelos milhões de hectares que abrangia, mas também pela influência política e econômica dentro e fora dos limites do Estado e do País. Pode-se afirmar que, quanto maior o seu poder econômico, maiores os favorecimentos políticos que obtinha e, quanto maior a sua influência política, mais se expandia economicamente.

Sua ascensão deveu-se a um cenário econômico caracterizado pelos crescentes monopólios e seu declínio foi decorrente da crise do capitalismo enfrentada a partir da década de 1920, que afetou as exportações brasileiras. Quanto ao cenário político, a sua ascensão deveu-se também ao envolvimento de políticos influentes com os quais Thomaz Larangeira tinha contato e, também o seu declínio foi em parte influenciado pelas já citadas medidas nacionalistas adotadas no governo de Getúlio Vargas.

Sobre o processo educativo, é possível extrair da obra de Hélio Serejo elementos referentes a uma educação não-formal – relativa ao conhecimento técnico de seu trabalho –, e a uma educação informal – relativa aos demais elementos culturais, como a religião, os costumes, a linguagem utilizada, enfim, os aspectos que vieram compor uma visão de mundo própria do grupo e que permeava o seu trabalho e a constituição de sua subjetividade.

Ao partir de uma concepção ampla de educação ao considerá-la o processo que ocorre ao longo da vida do homem e lhe permite inserir-se nos diferentes espaços sociais, identifica-se uma educação ocorrida nas relações de trabalho e no processo migratório do trabalhador paraguaio.

Essa educação, portanto, embora não envolvesse conteúdos escolarizados, desenvolvia-se a partir dos conhecimentos obtidos nas práticas do dia-a-dia. Não deixava de ter, no entanto, um caráter hegemônico, já que formava os homens para a execução de funções parciais e contribuía na sua inserção nas condições da divisão manufatureira do trabalho. Era uma educação desenvolvida pelos próprios trabalhadores, o que tornava o seu fazer carregado de elementos próprios de sua cultura que dificultavam a imposição de uma maior disciplina, porém acabou por contribuir para a exploração exercida pela empresa sobre os próprios trabalhadores.

No que se refere à migração, identifica-se que tanto o migrante teve de aprender a viver no novo ambiente em que se instalou, quanto imprimiu nesse ambiente os conhecimentos que trazia consigo. O migrante paraguaio incorporou elementos da cultura e do modo de vida desse local, porém também passou os seus conhecimentos adiante, no processo educativo que se desenvolvia na escola do trabalho.

No que se refere à discussão sobre subjetividade, neste trabalho há a compreensão de que a relação desta com a educação não parte de um ou outro desses polos, mas consiste numa reciprocidade. Desse modo, não apenas se busca apreender como a subjetividade se constitui por meio da educação, mas também como a educação é organizada pelos diferentes grupos, a partir de sua subjetividade social.

No caso dos trabalhadores dos ervais, a divisão do trabalho também é determinante na constituição de sua subjetividade – tanto individual quanto social. Partindo da concepção de que o “ser” do homem provém de suas ações, quando estas são executadas de forma fragmentada e não há um domínio completo e uma consciência do trabalho realizado, o homem sofre um processo de “mutilação”. Por executar uma parte e não ter consciência plena de seu papel, o homem também passa a ser **parcial**.

Por outro lado, a constituição e o estabelecimento de certos elementos culturais próprios do grupo ao seu espaço social partem justamente das ações deste e dos conhecimentos empregados na sua prática. Em outras palavras, o mesmo trabalho parcial que limita o indivíduo é o meio que lhe possibilita se constituir e se afirmar como **sujeito**, ainda que um sujeito que ainda não possa agir livremente sobre a sua vida.

Ao mesmo tempo em que as determinações históricas constituem o indivíduo, este também é um sujeito construtor da história. Desse pressuposto parte a concepção de que a subjetividade não é apenas o resultado de elementos externos, mas da relação entre o homem e o mundo. No caso dos trabalhadores dos ervais, não apenas as condições sociais em que se encontravam constituíam a sua subjetividade, mas também a sua ação diante dessas condições. Embora submetidos a uma condição de exploração e reduzidos a uma ferramenta do capital, eram sujeitos essenciais à atividade econômica. Ainda que limitados pela divisão do trabalho, usufruíam de seus conhecimentos para estabelecerem e afirmarem sua cultura.

Outro elemento fundamental, na sociedade capitalista, é a oposição capital *versus* trabalho, que acaba por unir as diferentes categorias de trabalhadores num grupo maior, que é a sua **classe social** – ainda que não haja uma consciência dessa sua condição de classe. É preciso considerar, ainda, que a existência do trabalhador na sociedade capitalista está condicionada à venda de sua força de trabalho e, portanto, nesse processo de reificação, o “ser” do trabalhador se concretiza quando este vende uma parte de si.

Quanto à condição de **migrantes** e **fronteiriços** dos trabalhadores dos ervais, há que se considerar as relações de alteridade e a reciprocidade das influências culturais, a interdependência entre migração e trabalho e a superfluidade de sua identidade coletiva devido à instabilidade das relações de trabalho e ao caráter provisório do fluxo migratório. No entanto, apesar desse constante desafio colocado à existência do grupo de trabalhadores migrantes, é preciso considerar que esse mesmo grupo se afirmou e acabou contribuindo na constituição da cultura local.

São essas as questões possíveis de serem discutidas a partir das memórias de Hélio Serejo. Espera-se que estudos posteriores abranjam a análise das demais obras e seja possível trazer à tona novas discussões e um aprofundamento das considerações aqui levantadas. No entanto, já foi possível identificar elementos importantes acerca da subjetividade dos trabalhadores dos ervais e de seu processo educativo – levando-se em consideração que a obra aqui analisada, “Carai”, é a principal do autor no que se refere ao Ciclo da Erva-Mate.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai.** Tese (Doutorado). Fortaleza: UFC, 2005.

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea.** Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. **As reformas pombalinas da instrução pública no Brasil Colônia: mapeamento prévio para a produção do estado da arte em história da educação.** Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_043.html>
Acesso em: 08 mar. 2009.

_____. **Da história à história da educação.** Dissertação (Mestrado). São Carlos: UFSCAR, 1981.

_____. O universal e o singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: ALVES, G. L. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular.** Campo Grande, MS: UNIDERP, 2003.

ARRUDA, G. O trabalho paraguaio na Matte Laranjeira. **ARCA – Revista de divulgação do arquivo histórico de Campo Grande, MS.** Campo Grande, n. 4, 1993, p. 44-47.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 3. ed. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.

BOEIRA, A. D. **A população paraguaia no município de Jardim em Mato Grosso do Sul: cultura e identidade.** Dissertação (Mestrado). Presidente Prudente: UNESP, 2001.

BONAMIGO, C. A. **O trabalho cooperativo como princípio educativo: a trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BRASIL. Decreto nº 8799, de 9 de dezembro de 1882. Concede permissão a Thomaz Laranjeira para colher herva-matte na Província do Matto Grosso. In: **Colecção das leis do Imperio do Brazil de 1882.** Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/Conteudo/Colecoes/Legislacao/leis%201882v2%20740a/indice%201882%2001.pdf>> Acesso em 8 set. 2009.

BRITO, S. H. A. **Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930 - 1954)**. Tese (Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2001.

CENTENO, C. V.. **A educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930)**: crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura. Dissertação (Mestrado). Campo Grande: UFMS, 2000.

_____. **Educação e Fronteira com o Paraguai na Historiografia Mato-Grossense (1870-1950)**. Tese (Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2007.

ClAVATTA, M. **Mediações históricas de trabalho e educação**: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CORRÊA, L. S. **A Fronteira na História Regional**: o sul de Mato Grosso (1870-1920). Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 1997.

CORRÊA, V. B. **Fronteira Oeste**. Campo Grande: UFMS, 1999.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985.

DEMARTINI, Z. B. F. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa. In: **Pro-Posições**, Campinas, n. 3, p. 215-228, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/45-artigos-demartinizbf.pdf>> Acesso em: 09 set. 2009.

_____. Questões teórico-metodológicas da história da educação. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Org.). **História e história da educação**. O debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados, 1998, p. 65-78.

FABIANO, L. H.; PALANGANA, I. C. Identidade e cultura mercantilizada. In: **23ª Reunião Anual da ANPEd**, 2000, Caxambu/MG, p. 1-17. Caxambu, 2000.

FEDATTO, N. A. F. **Educação/cultura/fronteira**: um estudo do processo educativo cultural na fronteira Brasil/Paraguai. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC, 1995.

_____. Educação em Mato Grosso do Sul: limitações da escola brasileira numa divisa sem limites na fronteira Brasil-Paraguai. In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **Território sem limites**. Estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 491-510.

FERNÁNDEZ ENGUITA, M. **A face oculta da escola.** Educação e trabalho no capitalismo. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. **Trabalho, escola e ideologia.** Marx e a crítica da educação. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FRAGOSO, J. L. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: LINHARES, M. Y. (Org.) **História Geral do Brasil.** 9 ed. rev. atual.. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 144-187.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política.** São Paulo: Cortez, 1999.

GOLGHER, A. B. **Fundamentos da migração.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Sujeito e subjetividade:** uma aproximação. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

HAESBAERT, R; SANTA BÁRBARA, M. J. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. In: **GEOgraphia**, 2001, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 33-46, 2001, Disponível em:

<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/53/51>> Acesso em: 2 out. 2009.

HALBWACHS, M.. **A memória coletiva.** Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006

JUSTINIANO, A. L.; ISQUERDO, A. N. O vocabulário do homem ervateiro na fronteira do Brasil com o Paraguai. In: **Revista Guavira Letras.** 2005, Três Lagoas, n. 2, p. 81-98, dez. 2005.

KAHMANN, A. C. **Fronteira, identidade, narrativa:** tradição e tradução em Sérgio Faraco. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

KONDER, L. **Marxismo e alienação:** contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LANG, A. B. S. G.. Imigrantes portugueses em São Paulo: reconstruindo identidades. In: **XXIII Encontro Anual da ANPOCS**, 1999, Caxambu/MG. – p. 1-9. Caxambu, 1999.

LENIN, V. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 2 ed. São Paulo: Global, 1982.

LEONTIEV, A. N. Artigo de introdução sobre o trabalho criativo de L. S. Vigotski. In: VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 425-470.

_____. O homem e a cultura. In: LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978. Disponível em:
<<http://www.propp.ufms.br/ppgedu/geppe/todososartigos.htm>> Acesso em: 22 fev. 2010.

MARTINS, J. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Vol. 1 Tomo 1. (Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. Salário, preço e lucro. In: MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Vol. 1 Tomo 1. (Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 71-119.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas** – Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, [198-], p. 13-47.

MARX E ENGELS. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1983.

MAZZA, D. A leitura sociológica do folclore: a contribuição de Florestan Fernandes. In: **24ª Reunião Anual da ANPEd**, 2001, Caxambu/MG, p. 1-16. Caxambu, 2001.

MESQUITA, Z. Procura-se o coração dos limites. In: LEHNEN, A. C.; CASTELLO, I. R.; SCHÄFFER, N. O. (Org.) **Fronteiras no MERCOSUL**. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 69-73.

MONTEIRO, H. M. O aprofundamento do regionalismo e a crise do modo liberal. In: LINHARES, M. Y. (Org.) **História Geral do Brasil**. 9 ed. rev. atual.. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 302-315.

MOTTA, M. A. A. **A apropriação da cultura no processo educativo**: a constituição do sujeito em Manoel de Barros e Mário Quintana. Dissertação (Mestrado). Campo Grande: UFMS, 2008.

NOGUEIRA, M. A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

OLIVEIRA, S. N. S. **De mangazeiros a quilombolas: Terra Educação e Identidade no Quilombo de Mangal e Barro Vermelho**. Dissertação (Mestrado). Salvador: UNEB, 2006.

PEREIRA, J. H. V. A. As ciladas da escrita: regionalismos e plurilingüismo em contextos culturais de fronteira. In: **16º Congresso de Leitura do Brasil - COLE - No mundo há muitas Armadilhas e é preciso quebrá-las**, 2007, Campinas/SP. –p. 1-12. Campinas, 2007.

_____. **Educação e fronteira: processos identitários de migrantes de diferentes etnias**. Tese (Doutorado). São Paulo: FEUSP, 2002.

_____. **Migração de estudantes na fronteira do Brasil com o Paraguai**. Dissertação (Mestrado). Campo Grande: UFMS, 1997.

PIMENTEL, A. O Método da Análise Documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>> Acesso em: 12 set. 2007.

POHL, A. I. **Representações de guerra: o conflito com o Paraguai e a narrativa nacional na obra A Retirada da Laguna de Visconde de Taunay – a identidade nacional e a integração platina**. Dissertação (Mestrado). Santa Maria: UFSM, 2005.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro. v. 5. n. 10, 1992. p. 200-212.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, E.. Prefácio. In: SEREJO, H.. **Pelas orilhas da fronteira...** Curitiba: Lítero-Técnica, 1981

_____. **Os 13 pontos de Hélio Serejo**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1980.

SANCHES, R. A. S. **Fotografias sociolingüísticas sob a ótica das atitudes lingüísticas na região de fronteira: Ponta Porã e Pedro Juan Caballero**. Dissertação (Mestrado). Três Lagoas: UFMS, 2006.

SARTORI, A. **A constituição das identidades no "mundo" dos brasileiros e italianos**: o papel da escola na campanha de nacionalização nas décadas de 1930 e 1940 em Nova Trento – SC. Dissertação (Mestrado). Itajaí: UNIVALI, 2005.

SAVIANI, D. O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Org.). **História e história da educação**. O debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados, 1998, p. 7-15.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 10 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: DUARTE, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEREJO, H. Pelas orilhas da fronteira. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. **Obras completas de Hélio Serejo** – Vol. 5. Campo Grande:

IHGMS, 2008, p. 93-171.

_____. Carai. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. **Obras completas de Hélio Serejo** – Vol. 6. Campo Grande: IHGMS, 2008, p. 9-161.

_____. Carai ervateiro. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. **Obras completas de Hélio Serejo** – Vol. 8. Campo Grande: IHGMS, 2008, p. 5-67.

_____. Homens de aço. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. **Obras completas de Hélio Serejo** – Vol. 1. Campo Grande: IHGMS, 2008, p. 223-278.

_____. Palanques da terra nativa. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. **Obras completas de Hélio Serejo** – Vol. 5. Campo Grande: IHGMS, 2008, p. 173-220.

_____. Textos esparsos e Glossário. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. **Obras completas de Hélio Serejo** – Vol. 9. Campo Grande: IHGMS, 2008, p. 171-287.

_____. Vida de erval. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. **Obras completas de Hélio Serejo** – Vol. 4. Campo Grande: IHGMS, 2008, p. 61-112.

SILVA, E. E. M. Q. **Pensando as fronteiras e as identidades na obra de Érico Veríssimo: O continente (1949)**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 2003.

STEFANES, I. **Retórica e argumentação: fundamentos para a análise de um discurso do sul-mato-grossense Hélio Serejo**. Dissertação (Mestrado). Assis: UNESP, 2006.

TENO, N. A. C. **Um estudo do vocabulário da erva-mate em obras de Hélio Serejo**. Dissertação (Mestrado). Três Lagoas: UFMS, 2003.

TOLEDO, C. A. A.; GIMENEZ, J. C.. Educação e pesquisa: fontes e documentos. In: CASIMIRO, A. P. B. S.; LOMBARDI, J. C.; MAGALHÃES, L. D. R. (Org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas: Editora Alínea, 2009, p. 109-125.

VALENTE, A. L. **Educação e diversidade cultural: um desafio da atualidade**. São Paulo: Moderna, 1999.

VIEGAS, C. L. O. **Marcha por uma literatura sul-mato-grossense: o conto regional de Hélio Serejo**. Dissertação (Mestrado). Três Lagoas: UFMS, 2004.

WILLIAMS, R. **Cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

APÊNDICES

Apêndice A – Quadros do estado da arte

QUADRO 1 - Palavras-chave "educação" e "fronteira" no banco de dados da Capes

Autor	Título	Tipo de trabalho	Curso	Ano	Instituição
Airton Rodrigues da Silva	Conhecimento e educação em experiência de associativismo e cooperativismo no meio rural - o caso de Santo Cristo/RS	Dissertação	Educação nas Ciências	2005	UNIJUÍ
Alexandre Regio da Silva	A educação na fronteira cerrado-amazônica: reterritorialização no meio rural do Médio Araguaia - MT	Dissertação	Geografia	2004	UFF
Ana Cláudia Gomes de Souza	Escola e reafirmação étnica: o caso dos Pataxó de Barra Velha, Bahia	Dissertação	Ciências Sociais	2001	UFBA
Ângela Ariadne Hofmann	Karaí Nhe? e Katu: discussões em torno da escola em um comunidade Guarani	Dissertação	Educação	2004	UNISINOS
Antônio Inácio Andrioli	Trabalho coletivo e educação: um estudo das práticas cooperativas do PCE - Programa de Cooperativismo nas Escolas - na região fronteira noroeste do estado do RS	Dissertação	Educação nas Ciências	2000	UNIJUÍ
Berenice Lagos Guedes de Bem	O gaúcho, a dominação masculina e a educação na fronteira sul-rio-grandense: o passado no presente.	Dissertação	Educação	2004	UFPEL
Carla Villamaina Centeno	A Educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930): Crítica da Histografia Regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura	Dissertação	Educação	2000	UFMS
Carla Villamaina Centeno	Educação e fronteira na historiografia mato-grossense (1870 - 1950)	Tese	Educação	2007	UNICAMP
Cledes Markus	Identidade étnica e educação escolar indígena	Dissertação	Educação	2006	FURB
Elisa Maria Jorge da Cunha	"Eu sei que não vou chegar aos 17 anos" um estudo das medidas sócio-educativas em Cáceres-MT, uma cidade de fronteira	Dissertação	Educação	2006	UFMT
Emília Darci de Souza Cuyabano	Nas lições das águas: sensibilidades em movimento - um estudo sócio-antropológico de alunos ribeirinhos do Alto Pantanal do Mato Grosso, fronteira Brasil-Bolívia	Tese	Educação	2005	USP

Flávia Cavalcanti Gonçalves Kaveski	Alfabetização de jovens e adultos nas escolas formais em Ponta Porã-MS - Reflexões sobre a prática docente	Dissertação	Educação	2002	UCDB
Heitor José Cademartori Mendina	Currículo diversificado em pólos/escolas rurais em Santana do Livramento-RS	Dissertação	Educação	2000	PUCRS
Ignes Tereza Peixoto de Paiva	Clima organizacional e cultura escolar: uma análise na Escola Estadual Almirante Tamandaré - comunidade Indígena Umariáçu II - Município de Tabatinga	Dissertação	Educação	2006	UFAM
Jacira Helena do Valle Pereira	Migração de estudantes na fronteira do Brasil com o Paraguai	Dissertação	Educação	1997	UFMS
Jacira Helena do Valle Pereira	Educação e fronteira: processos identitários de migrantes de diferentes etnias	Tese	Educação	2002	USP
Liliana Soares Ferreira	Trabalho, profissionalidade e escola no discurso das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental	Tese	Educação	2006	UFRS
Luiza Maria Krieger Gattiboni	Participação dos pais e responsáveis na gestão escolar	Dissertação	Educação	2001	PUCRS
Maria Izabel de Bortoli Hentz	Nas vozes da educação escolar indígena, os sentidos dos discursos dos professores xokleng como elemento constitutivo da identidade	Tese	Linguística	2005	UFSC
Nilce Aparecida da S. F. Fedatto	Educação/cultura/fronteira - um estudo do processo educativo cultural na fronteira Brasil/Paraguai	Tese	Educação: História, Política, Sociedade	1995	PUCSP
Patrícia Denicoló David	Bilingüismo de elite: possibilidades e limitações no oeste paranaense	Dissertação	Letras - Linguagem e Sociedade	2005	UNIOESTE
Paulo César Duarte Paes	Ensino e aprendizagem na prática da redução de danos	Tese	Educação	2006	UFSCar
Silvana da Silva Rufino	Nos elos de uma filiação multiracial: a adoção inter-racial nos limiares da educação intercultural	Dissertação	Serviço Social	2003	UFSC
Sílvia Helena Andrade de Brito	Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930 - 1954)	Tese	Educação	2001	UNICAMP

Organização: Silva, 2008

QUADRO 2 - Palavras-chave "fronteira", "identidade" e "cultura" no banco de dados da Capes

Autor	Título	Tipo de Trabalho	Curso	Ano	Instituição
Álvaro Augusto Neves Musolino	A Estrela do Norte: Reserva Indígena do Uaçá	Dissertação	Antropologia Social	2000	UNICAMP
Alvina Denize Boeira	A população paraguaia no município de Jardim em Mato Grosso do Sul: cultura e identidade	Dissertação	Geografia	2001	UNESP
Andréa Brugin dos Santos Ferreira	Fronteiras Territoriais nos Quilombos da Amazônia Legal: Uma Expedição Geográfica	Dissertação	Geografia	2001	UNB
Andrea Cristiane Kahmann	Fronteira, Identidade, Narrativa: Tradição e Tradução em Sérgio Faraco	Dissertação	Letras	2006	UFRGS
Ângelo Inácio Pohl	Representações de guerra: o conflito com o Paraguai e a narrativa nacional na obra A Retirada da Laguna de Visconde de Taunay – a identidade nacional e a integração platina	Dissertação	Integração Latino-Americana	2005	UFSM
Clóvis Alencar Butzge	Linguagem e identidade de pescadores do Lago de Itaipu	Dissertação	Letras - Linguagem e Sociedade	2006	UNIOESTE
Daniela Cristiane Ota	A informação jornalística em rádios de fronteira: a questão da binacionalidade em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Porto Quijarro	Tese	Ciências da Comunicação	2006	USP
Elza Elisabeth Maranhão Queiroz da Silva	Pensando as fronteiras e as identidades na obra de Erico Verissimo: O continente (1949)	Dissertação	História	2003	PUCRS
Ema Marta Dunck Cintra	Vozes silenciadas: situação sociolinguística dos Chiquitano do Brasil - Acorizal e Fazendinha-MT	Dissertação	Letras e Linguística	2005	UFG
Hegrisson Carreira Alves	Aspectos lingüísticos e socioculturais da	Dissertação	Letras - Linguagem e Sociedade	2006	UNIOESTE

	linguagem do jeitinho brasileiro				
Ivone Steffanes	Retórica e argumentação: fundamentos para a análise de um discurso do sul-mato-grossense Hélio Serejo	Dissertação	Letras	2006	UNESP
José Lindomar Coelho Albuquerque	Fronteiras em Movimento e Identidades Nacionais: a imigração brasileira no Paraguai	Tese	Sociologia	2005	UFC
Liliana Cristina da Silva Barros	Repertórios Musicais em Trânsito: Música e Identidade indígena em São Gabriel da Cachoeira, AM	Tese	Música	2006	UFBA
Manuel Ferreira Lima Filho	Pioneiros da Marcha para o Oeste: Memória e Identidades na Fronteira do Médio Araguaia	Tese	Antropologia	1998	UNB
Maria Raimunda Costa Holanda Llorens	Línguas fronteiriças e integração regional franco-brasileira: por um ensino relacional do português na Guiana e do Francês no Amapá	Dissertação	Letras: Linguística e Teoria Literária	2005	UFPA
Odair Eduardo Geller	O contestado entre Santa Catarina e o Paraná: uma questão de limite territorial nos limites da Nação	Dissertação	História	2006	UPF
Roberta Brandalise	Comunicação e cultura: sementes híbridas em campos cercados na fronteira Brasil-Argentina	Dissertação	Ciências da Comunicação	2006	USP
Roseli Áurea Soares Sanches	Fotografias sociolinguísticas sob a ótica das atitudes linguísticas na região de fronteira: Ponta Porã e Pedro Juan Caballero	Dissertação	Letras	2006	UFMS
Victor Hugo Veppo Burgardt	Bravas gentes. Cotidiano, identidade e representações. Terra Indígena Raposa/Serra do Sol	Tese	História	2006	UNB

	e Parque Nacional Canaima. Ambiências de Boa Vista (Brasil) e Cidade Bolívar (Venezuela) - (1970-2005)				
--	--	--	--	--	--

Organização: Silva, 2008

QUADRO 3 - Palavras-chave "fronteira", "identidade" e "cultura" no banco de dados da Capes

Autor(a)	Título	Tipo de trabalho	Curso	Ano	Instituição
Anderson Sartori	A Constituição das Identidades no "Mundo" dos Brasileiros e Italiani: o papel da escola na campanha de nacionalização nas décadas de 1930 e 1940 em Nova Trento – SC	Dissertação	Educação	2005	UNIVALI
Carlos Antônio Bonamigo	O trabalho cooperativo como princípio educativo: a trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Dissertação	Educação	2001	UFRGS
Denise Cogo	Multiculturalismo, comunicação e educação, possibilidades da comunicação intercultural em espaços educativos	Tese	Ciências da Comunicação	2000	USP
Edinaura Almeida de Araújo	Negros da Mãe D'água - De Grupo Espírito de Luz a Grupo Cabaçal (1946 a 2005): Religiosidade, prática educativa e cultura popular	Dissertação	Educação	2005	UFPB
Eliana Campos Pojo	Travessia educativa de comunidades ribeirinhas no contexto da Amazônia	Dissertação	Educação	2003	Universidade Metodista de São Paulo
Eliana Müller de Mello	Da Caixa de Pandora surge a oleria das Helenas: desafios curriculares	Dissertação	Educação	2004	UNISINOS
Luz Esperanza Zuniga Balanta	A etnoeducação – uma dimensão pedagógica para a construção da identidade étnica afrodescendente no litoral do Pacífico Colombiano (1993-1999)	Dissertação	Antropologia	2000	UFPE
Margareth de Lourdes Oliveira Nunes	À procura da identidade perdida: o caso Maurehi	Dissertação	Letras e Linguística	2002	UFG
Maria Batista Lima	Mussuca, laranjeiras, lugar de preto mais preto – cultura e educação nos territórios de predominância afrodescendentes sergipanos	Dissertação	Educação	2001	UERJ

Maria das Graças Reis Cardoso	A Educação nas Áreas Remanescentes de Quilombos no Maranhão: um estudo da realidade educacional das comunidades negras rurais de Castelo e Cajueiro no município de Alcântara	Dissertação	Educação	2005	UFMA
Marilene Leal Paré	Auto-Imagem e Auto-Estima na criança negra: um olhar sobre o seu desempenho escolar	Dissertação	Educação	2000	PUCRS
Maristela Souza Torres	Interculturalidade e educação: um olhar sobre as relações interétnicas entre alunos Iny Mahadu e a comunidade escolar na Região do Araguaia	Dissertação	Educação	2003	UFMT
Rosângela Costa Araújo	Sou discípulo que aprende, meu Mestre me deu lição: tradição e educação entre Angoleiros Bahianos (Anos 80 e 90)	Dissertação	Educação	1999	USP
Roseli Figueiredo Martins	A identidade de meninas negras: o mundo do faz-de-contas	Dissertação	Educação	2006	UNESP
Ruth Lenara Gonçalves Ignácio	A construção da identidade cultural-política em escolas de assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores sem Terra: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima - Viamão/RS	Tese	Educação	2004	PUCRS
Sandra Nivia Soares de Oliveira	De mangazeiros a quilombolas: Terra Educação e Identidade no Quilombo de Mangal e Barro Vermelho	Dissertação	Educação e Contemporaneidade	2006	UNEB
Sebastião Monteiro Oliveira	Multiculturalismo e Educação na área rural de Roraima	Dissertação	Educação	2004	UFAM
Suzana Alves Escobar	Educação indígena no universo Xakriaba: saberes, cultura e história de lutas na vida e na voz do seu povo	Dissertação	Educação	2004	UFU

Organização: Silva, 2008

QUADRO 4 - Palavra-chave "Hélio Serejo" no banco de dados da Capes

Autor(a)	Título	Tipo de trabalho	Curso	Ano	Instituição
César Luiz Oliveira Viegas	Marcha por uma literatura Sul-Mato-Grossense: o conto regional de Hélio Serejo	Dissertação	Letras	2004	UFMS
Ivonete Stefanos	Retórica e argumentação: fundamentos para a análise de um discurso do sul-mato-grossense Hélio Serejo	Dissertação	Letras	2006	UNESP
Neide Araújo Castilho Teno	Um estudo do vocabulário da erva-mate em obras de Hélio Serejo	Dissertação	Letras	2003	UFMS

Organização: Silva, 2008

Apêndice B – Modelo de planilha para seleção dos textos de Hélio Serejo relacionados aos trabalhadores da erva-mate

Obra	Texto	Conteúdo	Relevância	Observação

Apêndice C – Modelo de planilha para extração das temáticas

- 1. Dados de Identificação:**
- 2. Dados complementares:**
- 3. Número de textos/títulos incluídos:**
- 4. Referência completa:**

Conteúdo da obra	Unidade de Análise	Temática